

Nelson Barros da Costa

# Linguagem, Linguística e Teoria Social



Imprensa  
Universitária  
UFC



COLEÇÃO  
DE ESTUDOS DA  
PÓS-GRADUAÇÃO



EDIÇÕES  
UFC

# Linguagem, Linguística e Teoria Social

**Presidente da República**

Michel Miguel Elias Temer Lulia

**Ministro da Educação**

José Mendonça Bezerra Filho

**Universidade Federal do Ceará - UFC**

**Reitor**

Prof. Henry de Holanda Campos

**Vice-Reitor**

Prof. Custódio Luís Silva de Almeida

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**

Prof. Antônio Gomes de Souza Filho

**Pró-Reitor de Planejamento e Administração**

Prof. Almir Bittencourt da Silva

**Imprensa Universitária**

**Diretor**

Joaquim Melo de Albuquerque

**Conselho Editorial**

**Presidente**

Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães

**Conselheiros**

Prof.<sup>a</sup> Angela Maria R. Mota Gutiérrez

Prof. Ítalo Gurgel

Prof. José Edmar da Silva Ribeiro

**Nelson Barros da Costa**

# **Linguagem, Linguística e Teoria Social**



Fortaleza  
2017

**Linguagem, Linguística e Teoria Social**  
Copyright © 2017 by Nelson Barros da Costa

Todos os direitos reservados

IMPRESSO NO BRASIL / PRINTED IN BRAZIL

Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará (UFC)  
Av. da Universidade, 2932, fundos – Benfica – Fortaleza – Ceará

**Coordenação editorial**

Ivanaldo Maciel de Lima

**Revisão de texto**

Leidyane Viana

**Normalização bibliográfica**

Marilzete Melo Nascimento

**Programação visual**

Sandro Vasconcellos / Thiago Nogueira

**Diagramação**

Víctor Alencar

**Capa**

Heron Cruz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Bibliotecária Marilzete Melo Nascimento CRB 3/1135

---

C837I Costa, Nelson Barros da.  
Linguagem, linguística e teoria social / Nelson Barros da Costa. - Fortaleza:  
Imprensa Universitária, 2017.  
128 p. ; 21 cm. (Estudos da Pós-Graduação)

ISBN: 978-85-7485-286-7

1. Linguística. 2. Análise do discurso. 3. Marxismo. I. Título.

---

CDD 410

“Nunca mais será preciso usar a couraça do silêncio  
nem a armadura das palavras”

Thiago de Mello



# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	9
<b>INTRODUÇÃO GERAL</b> .....	15
<b>MARXISMO E TEORIA SOCIAL</b> .....	19
<b>A concepção dialética da história</b> .....	20
<b>A teoria social</b> .....	23
<b>A consciência de classe e a ideologia</b> .....	25
<b>A teoria da revolução</b> .....	33
<b>A ação linguística em Lenin (a retórica revolucionária)</b> .....	36
<b>O MARXISMO E A BUSCA DE UMA TEORIA SOCIAL DA LINGUAGEM</b> .....	41
<b>A teoria marxista da linguagem</b> .....	44
A linguagem como fenômeno social.....	45
A linguagem como trabalho .....	46
A linguagem como interação.....	50
Linguagem e ideologia .....	58
Linguagem como fenômeno histórico.....	66
<b>Conclusão</b> .....	68
<b>A CRÍTICA DA LINGUAGEM COMO ESTRUTURA</b> .....	71
<b>O Estruturalismo linguístico</b> .....	72
A teoria saussuriana da linguagem.....	74
Problemas epistemológicos .....	83
A ideologia estruturalista .....	88

<b>O Gerativismo Transformacional.....</b>	<b>90</b>
A teoria chomskyana da linguagem.....	91
A crítica marxista ao Gerativismo Transformacional.....	96
A ideologia gerativista .....	102
<b>MARXISMO E LINGUÍSTICA .....</b>	<b>107</b>
<b>Alienação linguística e ciências da linguagem.....</b>	<b>107</b>
<b>A opção pela Análise do Discurso.....</b>	<b>110</b>
Análise do Discurso e o Estruturalismo.....	110
Teoria marxista da linguagem e autonomia das ciências.....	111
Análise do Discurso e teoria marxista da linguagem.....	112
A perspectiva crítica .....	113
A concepção de linguagem .....	115
O caráter interdisciplinar.....	118
<b>Considerações finais .....</b>	<b>119</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>121</b>
<b>O AUTOR .....</b>	<b>127</b>

## PREFÁCIO

O que o leitor tem em mãos agora é uma versão em livro da parte teórica de minha dissertação de mestrado em educação, “A produção do discurso operário”, que foi escrita entre 1988 e 1991, sob orientação da professora Suzana Jimenez, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, hoje aposentada. Relutei muito em publicá-la, e não foi pelo recuo do seu tempo de produção (mais de 25 anos). Um dos motivos foi a contradição entre as ideias nela manifestas e as particularidades que marcam seu período de produção.

Foi nesse período em que se deu a queda do Muro de Berlim, o esboroamento da União Soviética e, no Brasil, a primeira eleição presidencial direta após a ditadura civil-militar (1964-1985), em que Fernando Collor de Melo derrotou o candidato da frente de esquerda, o operário e líder sindical Luís Inácio da Silva. Ou seja, foi um período marcado por uma forte torrente de acontecimentos críticos, uma série de fraturas ideológicas, um tsunami de rupturas que põe em xeque o próprio conteúdo do texto. Tudo o que eu afirmava nele, com um entusiasmo e convicção quase adolescentes (eu tinha 24 anos quando comecei a escrevê-lo),<sup>1</sup> parecia estar sendo

---

<sup>1</sup> É interessante constatar que o próprio processo midiológico de produção da dissertação também sofreu uma ruptura. Inicialmente, foi manuscrito e datilografado. Em meados do processo, passou a ser digitado em letras verdes sob fundo negro, no antigo processador de texto *Redator*, que havia nos microcomputadores do laboratório de informática da

desmentido pela cena englobante da época. Fukuyama decretava “o fim da história”, e muitos dos partidos que outrora se intitulavam comunistas mudaram de nome. Os livros de Marx, Engels, Lenin e de outros marxistas sumiram das vitrines das livrarias, e quem os tinha escondia-os.

Outro motivo de minha relutância, o principal, é que não adoto mais as posições expostas na dissertação e agora neste livro. Sem ter deixado de me identificar como de esquerda ou de acreditar na possibilidade de construção de uma sociedade diferente e melhor, já não sou adepto do ideário macrorrevolucionário marxista-leninista que o texto incorpora com tanto ardor. Eu, antes de ter lido no curso de mestrado K. Marx e V. Lenin, já havia lido na graduação F. Nietzsche e W. Reich (colaborador dissidente de Freud). Hoje me volto muito mais fortemente a esses autores, por meio de M. Foucault e, principalmente, de D. Maingueneau.

Minhas pesquisas atuais, voltadas quase integralmente para o discurso literomusical brasileiro (COSTA, 2012), adotam uma perspectiva de Análise do Discurso que eu diria *microcrítica*, ainda se distanciando da perspectiva estruturalista e ainda focada na articulação entre discurso e condições ou contexto de produção. Porém, em vez de supor que uma clivagem socioeconômica determina de modo absoluto e monódico a totalidade das diferenças entre as posições discursivas da sociedade, encaminhando-as a uma bipolaridade {discurso [(dominante x dominado); (exploradores x explorados); (burgueses x proletários)]}, preferimos hoje pensar a miríade de configurações discursivas produzida pela relação constitutiva entre discurso e contexto discursivo e atravessada por relações de poder de muitas naturezas, não apenas econômicas. Acreditamos que esse campo de investigação de modo algum exclui as categorias macrossociais; ao contrário, enriquecem-nas.

---

Faculdade de Educação (Faced). De *software em software*, de conversão em conversão, milagrosamente consegui salvar o arquivo, não sem ter perdido uma parte. Do que foi salvo, portanto, parte foi voluntariamente dispensada, outra parte, involuntariamente perdida, e outras foram atualizadas e adaptadas para este livro. Há que mencionar que uma parte, presente aqui, foi publicada no v. 16, n. 1, da Revista Delta, 2000 (disponível online no endereço: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v16n1/a02v16n1.pdf>). Já a parte dispensada foi publicada parcialmente em Magalhães (1996).

Nos termos de Maingueneau (2010), é como se, em vez de pensar a enunciação do sujeito como imediatamente condicionada pela cena englobante em que ele fala (por exemplo, um operário e o contexto econômico neoliberal que ele vivencia), eu tenha passado a preferir focar o espaço discursivo constituído pela relação entre o sujeito falante e as instituições de fala que o constroem. Prosseguindo no exemplo do operário: este trabalhador, cuja condição última é marcada por sua relação de exploração em um sistema econômico, antes de ser interpelado como operário, vendedor de sua força de trabalho ao patrão, é interpelado como um “leitor e ouvinte colaborativo” por diversos gêneros discursivos, que funcionam como dispositivos mediadores entre ele e os sujeitos que o exploram, tais como jornais de fábrica, manual de instruções de máquinas, ordens e instruções gerenciais, comunicados e propagandas institucionais etc.

Mesmo sem tematizar diretamente as condições socioeconômicas de produção dos enunciados, a AD, a nosso ver, mantém seu caráter crítico na medida em que:

A análise do discurso é de toda maneira crítica pelo simples fato de que não autonomiza os textos, de que os relaciona a práticas sociais e a interesses situados. Por exemplo, o estudo de textos religiosos ou científicos numa perspectiva da análise do discurso exige que se leve em conta as instituições que produzem e gerenciam esses textos e não apenas os seus conteúdos, por mais prestigiosos que eles sejam. Não é necessário dizer que esse gesto tem uma força crítica considerável e que é muito mal recebido por certos pesquisadores.

Mais fundamentalmente, esforçando-se para modelizar as condições de emergência e de funcionamento dos textos, a análise do discurso se manifesta contra certo número de ilusões constitutivas da ideologia espontânea dos locutores, que acreditam que dizem o que pensam, que utilizam a linguagem como instrumento, etc. Toda análise do discurso implica uma perda de controle por parte dos Sujeitos, ela coloca em questão a própria categoria de Sujeito, que se encontra dispersa numa pluralidade de práticas discursivas reguladas e dominadas por um interdiscurso (MAINGUENEAU, 2010, p. 65).

No início de meu doutorado em Linguística Aplicada na PUC de São Paulo, na iminência de dar continuidade a meu trabalho com discurso político-operário, acabei mudando radicalmente. Do discurso das relações de trabalho, passei para o discurso cultural, mais especificamente para o discurso do mundo da música popular, resgatando uma antiga paixão.

O desafio, na tese, foi mostrar que a Análise do Discurso fornece instrumental teórico-metodológico capaz de contribuir para a compreensão do funcionamento dessa produção cultural, cujo papel é tão marcante na constituição de nossa identidade nacional. Mais do que isso, tratou-se de sugerir um novo campo de aplicação empírica de um conjunto de conceitos teóricos, aderindo a um movimento renovador que se inicia na década de oitenta e que teve como objetivo ampliar o universo empírico que a AD poderia enfrentar (COSTA, 2005). Utilizando tais conceitos teóricos para analisar a canção enquanto discurso, propusemos não apenas a legitimidade dessa produção simbólica enquanto realidade empírica rica e complexa, passível de investigação produtiva e reveladora, mas também a competência e a aplicabilidade da AD a um tipo de produção que não se limita a um único plano semiótico, como são os discursos mais comumente analisados por esse campo do saber.

Outro desafio foi ver a atividade de produção de canções como constitutiva de um campo institucional. Ou seja, demonstrar que, mais do que um mero meio de veicular sentimentos ou ideologias, o discurso literomusical brasileiro teria uma feição institucional peculiar. Mesmo precariamente, configurar-se-ia um espaço no qual as produções discursivas sofrem constrangimentos e regulações prévia e historicamente estabelecidas; uma instância que produziria uma tradição, uma memória, um corpo de enunciadores consagrados; um lugar que exigiria uma inscrição, um posicionamento e uma competência especial de quem pretende nele enunciar. E ainda: demonstrar que esse discurso desempenha na sociedade brasileira um papel constituinte, conforme categoria de Maingueneau (2008). Eis o projeto de investigação que passou a dar a tônica de minhas pesquisas desde 2001, bastante discrepante do que foi realizado na dissertação, mas ainda imbuído, penso eu, do mesmo espírito libertário.

Diante do que foi dito, a pergunta que não quer calar: por que publicar um texto que não representa mais a posição atual do autor, um texto de juventude? Não seria o caso de tê-lo problematizado internamente ou de tê-lo adaptado à atual posição, ou simplesmente de abandoná-lo, parafraseando Marx, à crítica roedora dos vírus de computador ou da obsolescência dos processadores de texto?

Evidentemente que não se trata mais do mesmo texto. Não devido à copidescagem, operação inevitável quando se transforma qualquer trabalho acadêmico em livro, mas porque, cumprindo o destino inexorável dos textos reportados, o que um dia foi uma dissertação de mestrado está posto em um novo contexto histórico, retextualizado (muitas passagens foram reescritas, outras eliminadas) e recontextualizado (por este prefácio e outros excertos introduzidos aqui e ali), portanto, hoje já é outro. Porém, fiz questão de manter o etos de “militante intelectual convicto” como documento de um momento que vivi e que se constituiu como parte fundamental de um percurso, daí a importância de publicá-lo.

Mantive igualmente várias falhas de pesquisador iniciante. Aponto a mais gritante: muitos autores cujas ideias são analisadas e até criticadas, como Chomsky e Wittgenstein, tiveram seu pensamento exposto através de críticos e comentaristas, por vezes citados em “apud”. Sem contar, algumas generalizações indevidas e afirmações peremptórias sem a devida sustentação argumentativa. Mesmo neste aspecto, esta publicação se justifica: como modelo a não ser seguido. Imito então o gesto de Michel Onfray:

[...] como o navio de Teseu, cuja totalidade das pranchas recolocadas termina por constituir um novo navio, havia o risco de se encontrar um novo livro. Decidi conservar o barco com seus carcomidos, suas fragilidades, suas fissuras, suas imperfeições. Não em nome do fetichismo da obra de juventude, mas pela vontade de conservar do objeto seu caráter bruto, grosseiro e malpolido (ONFRAY, 2014, p. 14-15).



## INTRODUÇÃO GERAL

A estrutura deste trabalho, que tem como objetivo refletir sobre a relação entre a linguagem e uma teoria social transformadora, como os leitores terão oportunidade de perceber, é heterogênea em seus quatro capítulos. O primeiro tem caráter descritivo. Tratamos aí da concepção marxista da história, da consciência, da sociedade e de sua transformação, e do papel da ação linguística nessa transformação. Ele visa a dar subsídios ao leitor que desconhece a visão de mundo marxista. A este leitor a leitura deste capítulo é indispensável para a compreensão da outra parte do trabalho. Para quem já é familiarizado com essa teoria, a leitura deste capítulo é prescindível.

O segundo capítulo tem por objetivo romper com o senso comum e com determinadas teorias linguísticas. De tal forma estamos submersos no mundo da linguagem, que esta aparece como óbvia e secundária. Ela se apresenta não como resultado da práxis humana, mas como uma força que nos submete e que nos foi imposta ao virmos ao mundo. Ela é vista, dessa forma, como mero instrumento que utilizamos seja para nos comunicarmos quotidianamente, seja para escrevermos trabalhos acadêmicos. Segundo essa forma de ver a linguagem, esta, ao ser analisada em si (ela deve ser analisada em si), torna-se objeto de uma ciência à parte. Logo, o estudo da linguagem deve ser formal: o estudo do veículo do pensamento, e nada tem a ver com o estudo da ideologia, cabendo esta à sociologia, à psicologia etc. Esta concepção

de linguagem é reforçada por séculos e séculos de dominação de uma filosofia da linguagem comprometida com uma visão representacionista e instrumentalista da linguagem, que tem influenciado inclusive as modernas teorias linguísticas.

Até mesmo para muitos marxistas, a linguagem tem sido completamente indiferente. Quando muito, interpretam a linguagem como mero epifenômeno superestrutural e o seu estudo como uma pseudociência de cunho idealista.

Se o senso comum da linguagem tem por origem a alienação linguística, fenômeno por meio do qual a linguagem aparece como algo que assume para os indivíduos uma autonomia e se lhe apresenta como uma força estranha que o controla – apesar de ser, na realidade, sua criatura – a indiferença marxista às questões da linguagem pode ser justificada historicamente. É que foi incontestavelmente o idealismo que se assenhorou do estudo da linguagem, trazendo em seu bojo, desde o início, a concepção da linguagem como uma realidade posterior e secundária ao pensamento e à realidade. Essa concepção, que se sofisticou e se revestiu de outros matizes, atravessou séculos, passando a predominar nas diversas teorias científicas da Linguística contemporânea. Assim, se se compreende o materialismo no âmago da luta contra o idealismo, fica claro que o acento que se dá sobre o que é o **objetivo** deve-se à sua obstinada tentativa de se diferenciar da corrente adversária. Ironicamente, esta luta o levou a assumir, senão a mesma teoria, a mesma atitude diante do fenômeno linguístico (SCHAFF, 1975).

No entanto, como veremos, a partir do início do século XX, filósofos marxistas têm-se preocupado em estudar a linguagem sob a perspectiva do materialismo histórico e dialético, tentando destacar a atualidade e importância dos estudos da linguagem para o marxismo, especialmente no que tange aos problemas da ideologia, das relações humanas e do conhecimento científico. É este então o tema do segundo capítulo: essa parte do trabalho apresenta o pensamento de alguns autores confessadamente marxistas sobre a linguagem. O objetivo é preparar a leitura do terceiro capítulo. De caráter polêmico-explicativo, ele apresenta a crítica que a perspectiva marxista vem fazendo aos fundamentos filosóficos da Linguística contemporânea

em suas duas principais vertentes: o estruturalismo saussuriano e o gerativismo chomskyano.

Por fim, no quarto e último capítulo, são apresentadas as alternativas que apontam para uma análise metódica da linguagem por um viés marxista. Em última instância, o objetivo deste capítulo e, afinal, de todo o livro, é mostrar que uma concepção social de caráter transformador embasa os fundamentos da Análise do Discurso contemporânea, mesmo considerando suas diversas tendências.



## MARXISMO E TEORIA SOCIAL

**S**obre o conteúdo deste capítulo, cabem algumas explicações. Em primeiro lugar, o fato de ele se deter, em algumas partes, nas análises de Marx e de Lenin sobre suas respectivas realidades não implica a adoção de nenhuma ortodoxia no sentido comum do termo. O objetivo aqui é dar notícia sobre as teses básicas e originais da teoria marxista. Para isto, utilizaremos a interpretação, que consideramos justa, de autores de inspiração historicista.

É evidente que muito do que está dito neste capítulo se refere a realidades e momentos históricos diferentes do de nossa época. Acreditamos, no entanto, que a estrutura básica desse pensamento e o método em que ele se inspira são perfeitamente válidos, uma vez que continuamos a viver sob um sistema econômico baseado nos mesmos mecanismos gerais de produção e reprodução, quais sejam, a geração de capital a partir da exploração da força de trabalho humana. Mesmo em um tempo em que está na moda alardear o “fim do comunismo”, em que se repensa a validade da elaboração de um projeto de sociedade concebido de modo iluminista por um partido de vanguarda, pensamos que a concepção materialista da história e da sociedade, uma teoria social da consciência sob o prisma do materialismo histórico e dialético, e, principalmente, a possibilidade de uma revolução socialista a nível nacional e mundial (incluindo o papel da ação linguística nessa revolução) ainda constituem modos de pensar válidos e importantes na contemporaneidade.

Justificamos, então, a existência deste capítulo reafirmando a necessidade de rompimento com a neutralidade positivista que impregna os meios intelectuais ligados à pesquisa linguística, o que, aliado à ignorância advinda do especialismo metafísico da formação do profissional de letras, aliena o estudo da linguagem real falada por homens concretos vivendo em sociedade.

## **A concepção dialética da história**

É sabido que a concepção marxista da história põe em relevo o papel das forças motrizes da história (o desenvolvimento das forças produtivas) em relação à consciência real dos homens que a fazem. Não que os homens não façam história, mas que este fazer é condicionado pela sua atividade material, ou seja, pela produção material de sua vida. Noutras palavras, as ideias, a consciência, o pensamento são reflexo da realidade material, que tem suas leis específicas e independentes do espírito dos homens. Esta concepção contrapõe-se à concepção idealista da história, que, ao afirmar a possibilidade de redução do real ao pensamento, considera a “consciência”, a “ideia”, a “crítica” como os motores da história. Como dizem Marx e Engels (1987, p. 146), a concepção materialista da história “tem como base o desenvolvimento do processo real da produção, partindo da produção material da vida imediata [...] ela não explica a prática a partir das ideias, mas a formação das ideias a partir da prática material...”.

Portanto, para a dialética marxista, são as contradições que se dão no interior dos diversos modos de produção das diversas épocas históricas as responsáveis pelas transformações das condições de existência social e suas respectivas modalidades de consciência que se sucedem historicamente.

Assim é que, analisando a sociedade capitalista, Marx procura verificar não só as leis que a regem, mas as leis de suas modificações, de seu desenvolvimento, isto é, as leis que determinarão a transição dessa sociedade para outra. No entanto, ele não irá investigar tais leis a partir da consciência empírica dos homens, como faria a concepção idealista. Interessa a ele partir das relações econômicas do regime capitalista. Porém, como ressalta Otávio Ianni,

[...] a análise do regime capitalista não se restringe às relações econômicas, se bem que pareça iniciar-se nesse ponto. Ao analisar o capitalismo, Marx apanha os fenômenos como fenômenos sociais totais, nos quais sobressaem o econômico e o político, como duas modificações combinadas e mais importantes das relações entre pessoas, grupos e classes sociais (IANNI, 1987, p. 7).

Ou seja, ao se debruçar sobre a sociedade capitalista, o método marxista não se reduz a uma ciência econômica. Ele investiga, de modo global, as determinações políticas, econômicas, sociais, ideológicas etc. da sociedade burguesa: como elas se organizam, como se determinam reciprocamente, que relações estabelecem. A economia é priorizada nas análises marxistas por ser o regime capitalista um tipo de sociedade em que cada vez mais as relações entre os indivíduos se transformam em relações econômicas.

Mas quais são, segundo Marx, as principais contradições do regime capitalista e que serão responsáveis pelo seu colapso final? Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels apontam algumas contradições fundamentais:

[...] no desenvolvimento das forças produtivas chega-se a uma fase onde surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no quadro das relações existentes, apenas causam estragos e não são mais forças produtivas, mas forças destrutivas (maquinaria e dinheiro); e, ligada a isto, surge uma classe que tem de suportar todos os encargos da sociedade sem usufruir de suas vantagens; que, expulsa da sociedade, é forçada à mais decidida oposição a todas as outras classes – uma classe que engloba a maioria dos membros da sociedade e da qual emana a consciência da necessidade de uma revolução radical, a consciência comunista, que se pode formar naturalmente também entre outras classes, graças à percepção da situação dessa classe (MARX; ENGELS, 1987, p. 107-108).

Esse trecho de *A ideologia alemã* contém sinteticamente as linhas principais do pensamento marxista a respeito do capitalismo e de sua transformação.

É interessante observar que Marx e Engels situam as contradições fundamentais do regime capitalista de produção em três níveis interdependentes: (1) no nível econômico ou material, isto é, no âmbito da produção e distribuição da riqueza, o capitalismo é essencialmente marcado pelo antagonismo entre a produção (altamente socializada) e a distribuição (concentrada ao máximo). Disso resulta que os produtores são cada vez mais privados de usufruir das riquezas que eles próprios produzem. Daí se estabelece a contradição de nível social (2), no sentido de que o capitalismo simplificou a divisão de classes acirrando ao extremo as diferenças de condições de existência entre os grupos sociais envolvidos diretamente no processo de produção: a burguesia e o proletariado. Como, para Marx, “a consciência social exprime e constitui as relações sociais” (IANNI, 1987, p. 22), de modo coerente com a própria situação de classe das classes em luta, chega-se ao conflito a nível ideológico (3) entre burguesia e proletariado. De um lado, a mistificação, o mascaramento das relações sociais, a falsa-consciência: a ideologia burguesa; de outro, a consciência de classe, a luta pela desmi(s)tificação, a busca da verdade: a filosofia da práxis.

Percebe-se também, na citação, que Marx e Engels colocam a questão da consciência como produto de condições objetivas. Um pouco mais adiante, na mesma obra, eles indicarão de modo mais claro o papel da consciência na luta para pôr fim aos problemas práticos criados pelo capitalismo:

A transformação em larga escala dos homens torna-se necessária para a criação em massa dessa consciência comunista, como também para o sucesso da própria causa. Ora, tal transformação só se pode operar por um movimento prático, por uma revolução; essa revolução é necessária, entretanto, não só por ser o único meio de derrubar a classe dominante, mas também porque apenas uma revolução permitirá à classe que derruba a outra varrer toda a podridão do velho sistema e tornar-se capaz de fundar a sociedade sobre bases novas (MARX; ENGELS, 1987, p. 108-109).

Como se vê, embora Marx e Engels não considerem a consciência como a força motriz da transformação, indicam que é necessário que ela seja formada em massa para garantir a manutenção da nova sociedade.

Antes de abordar de modo mais detalhado a questão da consciência, veremos como se constituem, segundo Marx, as relações sociais vigentes no regime capitalista.

## **A teoria social**

Marx demonstra que as relações predominantes no capitalismo são de exploração e dominação: no capitalismo, o operário assalariado vende sua força de trabalho ao proprietário dos meios de produção da riqueza. O preço da força de trabalho é justamente o necessário para cobrir o custo de manutenção do operário e da sua família. Acontece que, ao contrário das outras mercadorias, que devem ser trocadas de modo equivalente, a mercadoria força de trabalho tem a propriedade especial de produzir mais valor do que seu custo de produção. E é essa propriedade singular da força de trabalho que cria o capital, uma relação social que, mediante o trabalho, valoriza uma determinada quantidade de dinheiro empregada na produção de mercadorias.

Assim, o operário emprega uma parte de sua jornada de trabalho para cobrir o custo de seu sustento e de sua família, é apenas por esse tempo de trabalho que ele é remunerado pelo seu patrão (salário). Durante o restante da jornada, o operário trabalha gratuitamente para o capitalista, criando para ele a mais-valia, uma parte da qual será reinvestida na manutenção e ampliação dos meios de produção, na contratação de novos trabalhadores etc., ou seja, na reprodução do processo produtivo. Este, portanto, não é nada mais do que a transformação do dinheiro em capital, a transformação do capital em mais-valia e a transformação da mais-valia em mais capital; tudo isso por meio da exploração da força do trabalho.

Por meio do estudo da acumulação do capital, Marx pesquisa a gênese desse processo. Trata-se do processo histórico que originou as duas classes principais do sistema capitalista: a burguesia e o proletariado. A acumulação primitiva do capital pressupõe estas duas espécies bem distintas de possuidores: “de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho

alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho” (MARX, 1988, p. 252).

Marx mostra, então, como tais condições não foram dadas por acaso, por um acidente histórico. Na pré-história do capitalismo, dá-se o que ele chama de acumulação primitiva, que não é nada senão “o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção” (MARX, 1988, p. 339). É fato conhecido que a estrutura econômica do capitalismo proveio da estrutura da sociedade feudal e que a decomposição desta liberou os elementos daquela. Na sociedade feudal, o trabalhador não era livre. Ele estava vinculado diretamente ao meio de produção, seja à terra, no caso do campo (servo da gleba), numa relação jurídica de semiescravidão, seja aos instrumentos de produção artesanal, no caso das cidades (artesão), numa relação de propriedade regulamentada pelas corporações. Eis que a acumulação primitiva trata de subverter tais relações. Ela aparece como um movimento de libertação, na medida em que liberta o servo de sua servidão e o artesão das coações corporativas. Porém, trata-se, na verdade, de uma espoliação e expropriação, no sentido de que aliena do servo e do artesão a propriedade sobre os meios de produção e, conseqüentemente, a garantia de sua subsistência. Isto se deu de forma violenta e envolveu não só a classe trabalhadora da época, mas também os senhores feudais e o clero, possuidores das fontes das riquezas. A ascensão da burguesia apresenta-se, então, “como fruto de uma luta vitoriosa contra o poder feudal e seus privilégios revoltantes, assim como contra as corporações e os entraves que estas opunham ao livre desenvolvimento da produção e à livre exploração do homem pelo homem” (MARX, 1988, p. 340).

Após uma série de lutas, avanços e retrocessos, a burguesia se consolida enquanto classe hegemônica tomando o poder de Estado das classes dominantes feudais. A Revolução Francesa de 1789 marca o clímax desse processo.

Em suma, Marx mostra, coerente com sua concepção de história, que as relações sociais vigentes no capitalismo de hoje e de sua época não são produtos do acaso, mas produzidas sob condições históricas. Isso significa e supõe a existência de sujeitos históricos que, agindo de forma mais ou menos consciente, fizeram a história

de modo determinado. O capitalismo é a síntese desta práxis revolucionária: mal a sociedade capitalista é instaurada pela burguesia, uma nova classe revolucionária começa a lutar pela sua destruição. A partir deste fato, Marx afirma que a história da humanidade é a história da luta de classes. O capitalismo distingue-se dos outros regimes de produção por ter simplificado os antagonismos de classe: “[...] não fez mais do que colocar novas classes, novas condições de opressão, novos aspectos da luta, no lugar dos anteriores” (MARX, 1988, p. 253). Então, quando se estabiliza enquanto classe no poder, a burguesia age no sentido de manter e aperfeiçoar sua dominação, intensificar o processo de exploração e garantir a reprodução do processo produtivo. Sua práxis é, portanto, conservadora. O proletariado, por sua parte, desde que começou a formar-se, teve de lutar contra a expropriação inerente às relações capitalistas de produção (IANNI, 1987). Sua práxis é inicialmente economicista e atomizada, isto é, resume-se à luta por interesses imediatos, de forma individual e sem alvo definido. Progressivamente, no entanto, torna-se revolucionária, quando disputa, enquanto classe organizadora, o poder político com a burguesia.

Põe-se, então, para o materialismo histórico, o problema de como as classes representam para si e para as outras classes sua visão, seus interesses e seus anseios a respeito da luta que travam. Isto é, o problema da consciência de classe e da ideologia.

## **A consciência de classe e a ideologia**

A primeira observação que Marx faz a respeito da consciência é que, embora ela esteja intimamente relacionada com as relações de produção, ela não representa essa realidade de modo claro e completo. Há uma contradição entre a consciência das pessoas, grupos ou classes e as relações sociais de produção. Mas essa relação não é contraditória por si mesma. Ela é derivada do fato de serem contraditórias as próprias relações sociais que a originaram. No capitalismo, tais relações são de contradição e antagonismo entre os que pensam e os que executam, entre os que não produzem e tudo têm e os que produzem e nada têm, entre o mundo da riqueza e o mundo do trabalho, enfim, entre a burguesia e o proletariado.

Assim, pode-se dizer que as contradições objetivas determinam as formas da consciência.

No modo de produção capitalista, então, a consciência dos agentes sociais em luta é determinada pelo lugar que eles ocupam na produção e por sua posição na luta de classes. No caso da burguesia, classe daqueles que detêm os meios de produção, exploram a mão-de-obra assalariada e lutam para manter sua dominação política e econômica sobre as demais classes da sociedade, sua consciência é, via de regra, ora parcial, no sentido de ser incapaz de atingir o conhecimento pleno das relações sociais, ora ocultadora destas relações, no sentido de mascarar as contradições de classe presentes na sociedade. Cabe frisar que esses dois aspectos que constituem a natureza da consciência da burguesia não são estanques. Eles se modificam e se inter-relacionam no decorrer da história (ascensão, apogeu e decadência) da classe.

No início, quando a burguesia ainda lutava contra as forças do regime feudal a fim de impor seus modos de produção, ela possuía interesse em conhecer a verdade, isto é, as reais relações sociais de sua época para poder justificar sua ascensão e afirmar-se enquanto classe. É por isso que a Economia Política Clássica, enquanto ciência do capitalismo em formação, voltou-se para a pesquisa dos nexos causais internos do regime capitalista. No entanto, as condições objetivas impediam que a burguesia fosse mais longe. Ela descobre, por exemplo, que o trabalho cria valor, mas não extrai dessa descoberta as suas consequências econômicas e políticas (IANNI, 1987), fato que a levaria a revelar perigosamente a si mesma e às outras classes que seu modo de produção está assentado na exploração do trabalho humano. Assim, seus interesses de classe constituem um limite objetivo para que ela atinja uma consciência verdadeira. Porém, mal a burguesia se torna hegemônica, essa sua ciência, até então com virtudes louvadas pelo próprio Marx, ainda que limitadas, converte-se em uma economia política vulgar, que se contentava em sistematizar, tornar pedantes e proclamar, como se fossem verdades eternas, as ideias banais sobre o capitalismo (LÖWY, 1987). Ela torna-se apologética e perde sua capacidade de se aproximar do real com a profundidade conseguida pela economia clássica. Além disso, como assinala Löwy, analisando Marx, tais níveis de consciência da burguesia também podem relacionar-se:

[...] às clivagens entre frações de classes no seio da classe culminante. Por exemplo, Malthus (expressão, aos olhos de Marx, da economia política vulgar) era o sicofanta do bloco das forças conservadoras no seio da sociedade capitalista inglesa: a aristocracia fundiária, a Igreja oficial, os diversos grupos de parasitas do Estado, e a parcela mais reacionária da burguesia – em contradição com a burguesia industrial representada por Ricardo (LÖWY, 1987, p. 102).

Resumindo, a consciência burguesa (cuja expressão mais elaborada era a economia política) sofre ora de parcialidade, mesmo quando interessada em conhecer a verdade, padece dos limites existenciais da classe cujos interesses representa; ora de falsidade, tenta, quando se sente ameaçada pelo proletariado ou pelo desenvolvimento ou aperfeiçoamento do regime, falsear as reais contradições de classe, fazendo a apologia do capitalismo e exprimindo, por meio de sua ciência, interesses das classes dominantes de modo tendencioso e ostensivo.

No plano da filosofia, a consciência burguesa realiza movimento semelhante. O exemplo mais típico é o do idealismo alemão, expressão suprema dos ideais revolucionários da burguesia em ascensão. Apesar de sua origem alemã, os idealistas (Kant, Fichte, Shelling e Hegel) escreviam suas filosofias em resposta ao desafio vindo da França à reorganização do Estado e da sociedade, de modo a que as instituições sociais e políticas se ajustassem à liberdade e aos interesses do indivíduo (MARCUSE, 1978). Tal desafio constituía o objeto dos ideais da Revolução Francesa, movimento que representa a tomada do poder político pela burguesia, culminação do processo de implantação do capitalismo industrial na França. Ocorre, no entanto, que o quadro socioeconômico em que essa filosofia foi pensada, a realidade alemã, apresentava um débil desenvolvimento do modo de produção capitalista. A burguesia, fraca, dispersa, dificilmente poderia projetar sua própria revolução. Os poucos empreendimentos industriais existentes eram como ilhas no sistema feudal. Assim, enquanto a Revolução Francesa começava por assegurar a realização da liberdade (liberdade de trabalho, comércio, indústria, enfim, de propriedade), ao idealismo alemão cabia apenas se ocupar com a ideia de liberdade (MARCUSE, 1978). Essa

incapacidade de realização prática, aliada à perenidade intolerável do sistema alemão, levou os filósofos burgueses a se ocuparem com a ideia das coisas mais do que com as próprias coisas. Justamente porque se manteve distanciada do ativismo revolucionário, ao mesmo tempo que repugnante de sua realidade, a cultura idealística alemã pôde se dedicar a pensar, de forma abstrata, questões práticas demandadas pelo sistema social de formação.

Hegel é a última e máxima expressão dessa filosofia. Ele vai se elevar acima dos outros idealistas por conseguir pensar problemas práticos, como a questão do Estado, da liberdade, da razão, de uma forma história e dialética.

O pensamento de Hegel representa o idealismo mais avançado exatamente porque representa com mais lucidez os ideais revolucionários da burguesia. Após ele, o idealismo alemão adquire uma vulgaridade criticada por Marx e Engels em *A ideologia alemã*. É que, tentando superar Hegel, seus adeptos (jovens hegelianos) se limitam a:

[...] isolar um aspecto do sistema hegeliano, dirigindo-o, ao mesmo tempo, contra o sistema inteiro e contra os aspectos isolados pelos outros. Inicialmente, tomam categorias hegelianas puras, isentas de falsificação, tais como as de substância e autoconsciência; depois profanam-se as categorias com nomes mais mundanos, tais como os de Gênero, o Único, o Homem etc. (MARX; ENGELS, 1987, p. 24).

Eles reduzem, portanto, a crítica a Hegel a uma crítica da religião e, assim o fazendo, permanecem no interior do esquema hegeliano, empobrecendo-o. Feuerbach, por exemplo, considerado por Marx e Engels o único que teve “a respeito da dialética hegeliana uma atitude séria, crítica” (MARX; ENGELS, 1987, p. 60), situa-se numa posição extraordinariamente pobre em relação a Hegel, pois, no momento em que a ataca violentamente, ele se torna incapaz de recuperar as dimensões positivas do pensamento dialético (OLIVEIRA, 1989).

O que Marx constata é que tanto Hegel, em sua concepção de Estado, trabalho, alienação etc., quanto os jovens hegelianos (Bauer, Stiner etc.), em sua crítica da religião ou em seu materialismo contemplativo

(Feuerbach), apresentam inversões que obscurecem o verdadeiro caráter das coisas. A inversão hegeliana consiste na conversão do subjetivo em objetivo e vice-versa, de tal modo que, partindo da suposição de que a Ideia se manifesta necessariamente de modo empírico, o Estado prussiano surge como autorrealização da Ideia, como o “universal absoluto” que determina a sociedade civil, em lugar de ser determinado por ela (LARRAIN, 1988 apud BOTTOMORE, 1988). Assim, para Marx, Hegel não consegue ver o Estado real, instância de dominação de classe; nem o trabalho real, concretamente alienado, fonte de toda alienação.

Os jovens hegelianos, por sua vez, querem resolver pela crítica, em vez de pela ação prática, os problemas da alienação humana, proclamando que “só a crítica e os críticos têm feito a história” (MARX; ENGELS, 1987, p. 60). Quando tratam da história, por exemplo, esses filósofos limitam-se à história das representações, desligada dos fatos práticos que lhes servem de base (MARX; ENGELS, 1987). Por fim, Feuerbach, ao fazer sua crítica à religião, creditando a ela toda a alienação humana e partindo da realidade para explicar a alienação religiosa, toma a realidade do homem como uma abstração e não tematiza a relação desta realidade com a práxis. Dessa forma, Feuerbach cai numa concepção especulativa sobre a naturalidade do homem, desligada da política e da história (MARX; ENGELS, 1987). Portanto, também ele realiza uma inversão, pois acaba elaborando, na verdade, um materialismo metafísico.

Todas essas concepções (econômicas e filosóficas) que, por não partirem das condições reais da existência para explicar os problemas humanos, disfarçam-nos e, logo, contribuem para reproduzi-los, acabam favorecendo os interesses das classes dominantes. Podem ser consideradas, pois, expressão consciente ou inconsciente da consciência de classe burguesa. Em virtude da inversão que realizam, Marx as denomina de ideologia.

As verdades que a ideologia burguesa encobre e distorce – os fundamentos do modo de produção capitalista, os mecanismos de exploração do trabalho humano, de extração da mais-valia e de dominação econômica, a natureza da dominação política e ideológica por meio do Estado e de outras instituições burguesas etc. –, são justamente as que interessam à consciência de classe do proletariado. O processo de aquisição dessas verdades é historicamente longo e doloroso, cheio de avanços e refluxos.

Marx analisa a trajetória de aquisição da consciência de classe à época da ascensão burguesa na Europa. Uma projeção dessa análise na realidade brasileira esclarece bastante a atual fragmentação das esquerdas<sup>2</sup> de nosso país.

O percurso que segue o proletariado na busca da consciência de classe tem sentido oposto ao da trajetória burguesa. Se, no momento em que a burguesia é a classe revolucionária, a expressão de sua consciência produz descobertas fabulosas do ponto de vista da história universal, é neste mesmo momento em que a visão proletária é mais fragmentada, superficial e imediatista. Se, por um lado, quando a burguesia se estabiliza enquanto classe no poder, o pensamento que produz é de caráter vulgar, banal e apologético, o proletariado, por outro, produz o materialismo histórico e dialético, uma teoria completamente nova e revolucionária a respeito da realidade humana. Isto ocorre justamente porque a burguesia e o proletariado existem em relação de reciprocidade e antagonismo, de modo que a consciência de uma condiciona a consciência do outro.

No início, o proletariado existe apenas enquanto classe em si. É a burguesia que engendra as condições para a sua existência, por meio, dentre outras coisas, da libertação dos camponeses, tornando-os “livres” para vender sua força de trabalho para a indústria; do processo de exploração dos artesãos feudais, desprovendo-os dos meios de subsistência, obrigando-os a trabalhar com os meios de produção de outrem em troca de salário; da transformação de uma qualidade cada vez maior de seres em mercadoria (objetos de compra e venda), especialmente de homens, mulheres e crianças em força de trabalho assalariada; da concentração de operários em um mesmo espaço,

<sup>2</sup> O termo “esquerda” (em francês, *gauche*; em inglês, *left*; em alemão, *linke*) provém do período da Revolução Francesa, quando os membros da Assembleia Nacional do Império de Napoleão Bonaparte se dividiam entre partidários do imperador, os quais se posicionavam à direita do presidente da Assembleia, e simpatizantes da revolução, que se posicionavam à sua esquerda. Os seguidores do filósofo Hegel adotaram a mesma nomenclatura: os que propunham uma transformação radical da teoria hegeliana, convertendo-a em materialismo humanista crítico da religião e do Estado monárquico prussiano, autodenominavam-se “hegelianos de esquerda”, em oposição aos hegelianos conservadores ortodoxos, chamados por aqueles de “hegelianos de direita”.

equalizando suas condições de vida. A burguesia forjou, assim, o proletariado, “a classe dos modernos operários, os quais só vivem enquanto têm trabalho e só têm trabalho enquanto seu trabalho aumentar o capital” (MARX; ENGELS, 1984, p. 67).

A consciência operária é, então, a consciência das aparências e da imediatidade. Ela não vislumbra a interconexão entre as partes do todo social. O caráter fragmentário da classe operária, dividida pelo processo de trabalho capitalista e pela competição de interesses individuais, faz com que ela não se reconheça em relação à outra classe que a explora. Noutras palavras, ela existe objetivamente enquanto classe frente ao capital, mas não tem consciência disso. É por isso que, nesse estágio, o proletariado não sabe exatamente quem ou o que lhe oprime: revolta-se contra as máquinas, contra as mercadorias estrangeiras, contra as fábricas. Sua consciência é tomada por um sentimento nostálgico de sua antiga posição de trabalhador medieval ou agarra-se a doutrinas utópicas. As doutrinas socialistas dessa época expressam geralmente, a um só tempo, anseios reacionários (reestabelecimento de antigas condições de propriedade e de produção da velha sociedade) e utópicos (criação de projetos fantásticos de sociedades do futuro). Mesmo assim, tais doutrinas apresentam, em alguns momentos, um conteúdo crítico.

Como salientam Marx e Engels (1984), tanto o “socialismo pequeno-burguês” (pregado por elementos proletarizados do baixo campesinato da baixa burguesia), como o “socialismo crítico-utópico” contribuíram positivamente na medida em que atacam os fundamentos da sociedade existente, fornecendo assim valioso material para esclarecimento do proletariado. Porém, nenhuma dessas doutrinas considerava o proletariado capaz de atuação autônoma, nem encontrava condições materiais para o estabelecimento da consciência de classe proletária, daí partirem para a construção de sistemas utópicos baseada em uma “engenharia social”. De fato, como foi dito, na época dessas doutrinas, não havia um desenvolvimento pleno do proletariado, nem condições materiais efetivas para o estabelecimento da consciência de classe proletária. O proletariado ainda não estava constituído enquanto classe para si.

Tal processo, como foi dito anteriormente, não se dá de forma imediata nem em bloco. Passa por diversas etapas até alcançar sua

expressão suprema: a teoria marxista. Esse processo começa com a própria formação do proletariado. Por não ter consciência clara de seus interesses, ele é levado pela burguesia a lutar contra as forças remanescentes do regime feudal pré-capitalista, “contra as camadas da própria burguesia cujos interesses se encontram em conflito com os progressos da indústria e contra a burguesia dos países estrangeiros” (MARX; ENGELS, 1960, p. 24 apud IANNI, 1987, p. 29). Com isso, a burguesia “fornece aos proletários os elementos de sua própria educação política” (MARX; ENGELS, 1960, p. 24 apud IANNI, 1987, p. 29). Além disso, elementos de alto nível intelectual, provindos de classes proletarizadas pelo processo de acumulação do capital, contribuem para essa educação. Assim, à medida que socializam suas experiências comuns, no contexto de suas relações de trabalho e das suas experiências de vida cotidianas, os operários compreendem de modo cada vez mais claro as causas políticas e econômicas de sua condição. Pouco a pouco, tendem a organizar suas atividades políticas em função dessa compreensão (IANNI, 1987). Ocorre, pois, um processo de desenvolvimento da consciência que segue o seguinte curso:

1. Os operários se unem em coalizões para lutar por interesses estritamente econômicos;
2. Na medida em que a esta organização corresponde a organização dos patrões a fim de reprimi-la, os operários passam a lutar em defesa de suas associações, mais do que pelo salário;
3. O acirramento dessa luta leva a uma união cada vez maior das coalizões até se chegar a um ponto em que a consciência acaba por identificar toda a hierarquia dos seus inimigos e a compreender o Estado burguês como o núcleo do regime em que se funda sua alienação (IANNI, 1987).
4. A luta econômica transforma-se em luta política; a classe em si, em classe para si; a consciência fragmentária, em consciência de classe.

Marx assim resume todo esse processo:

As condições econômicas transformaram primeiro a massa da população [...] em trabalhadores. A dominação do capital

criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, pois, esta massa é já uma classe com respeito ao capital, mas ainda não é uma classe para si. Na luta, [...] essa massa se une, se constitui como classe para si. Os interesses que defende se convertem em interesses de classe. Mas a luta de classe é uma luta política (MARX, s/d, p. 143).

A teoria marxista pretende-se expressão filosófica e científica dessa consciência de classe proletária. O marxismo se engaja no projeto emancipatório do proletariado – a superação da sociedade de classe e a instauração da sociedade socialista – porque não há contradição entre seus princípios e os interesses e condições de existência da classe operária. Assim como os economistas clássicos são os representantes científicos da classe burguesa, os socialistas e comunistas são os teóricos da classe proletária (MARX, s/d).

## A teoria da revolução

Como foi dito, para o materialismo histórico, nada se faz na história sem a atuação do sujeito. Nesse sentido, o materialismo autêntico se contrapõe ao determinismo, que postula a inevitabilidade do socialismo. Segundo esta teoria, o declínio do capitalismo é fatal e determinado pelas leis de seu próprio desenvolvimento. Após ele, adviria o socialismo como consequência lógica de sua destruição, quer queiramos ou não.

O materialismo histórico e dialético, ao contrário, contrapõe a essa teoria da **evolução social** uma teoria da **revolução socialista**. O fato de Marx ter-se dedicado fundamentalmente ao estudo das condições objetivas (econômicas) da revolução, impediu que ele desenvolvesse, no mesmo nível, uma teoria política revolucionária que orientasse a prática política do movimento operário. Questões candentes, como a do Estado, do partido, da luta revolucionária etc., foram somente esboçadas, encontrando-se dispersas e implícitas em toda sua obra.

É Lenin quem vai desenvolver, de modo mais coerente e profundo, uma teoria marxista sobre a estrutura política do Estado burguês e sobre as estratégias e táticas de luta para a derrubada revolucionária desse Estado por um partido operário.

Sobre o Estado, Lenin postula que a verdadeira doutrina marxista o considera produto e manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe, o órgão de opressão de uma classe pela outra. Tal opressão tem como objetivo, em todas as sociedades de classe, realizar e manter a exploração das classes subalternas. No capitalismo, o moderno Estado representativo é o instrumento mais sofisticado de que o capital se serve para explorar o trabalho assalariado. Lenin afirma, apoiando-se em Engels, que a república democrática é a forma mais firme e segura de que o capitalismo se reveste para dominar, a tal ponto que não perturba nenhuma troca de pessoas, nem de instruções, nem de partidos (LENIN, 1987).

Caberia ao proletariado tomar o poder estatal e destruir a máquina do Estado burguês pela revolução violenta. A partir daí, então, o proletariado se utilizaria do Estado para exercer uma dominação política sobre a burguesia, capaz de esmagar as resistências e suas tentativas contrarrevolucionárias de restaurar o velho regime. Com o tempo, o Estado proletário deveria se extinguir, pois perderia sua função de dominação de classe.

Sobre a revolução, Lenin considera que a passagem do capitalismo ao socialismo só pode se dar por meio da luta revolucionária e que esta consiste na tomada violenta do poder estatal para e pelo proletariado, guiado e organizado pelo partido operário. Neste sentido, Lenin se opõe tanto aos que pregam que a luta econômica do proletariado conduzirá as massas à luta política, devendo esta ser uma consequência; como aos que confiam na espontaneidade das lutas das massas na realização da revolução. Ao mesmo tempo, Lenin rechaça a tese de que o socialismo possa ser atingido por meios evolucionários ou pacíficos. Tais concepções levariam, respectivamente, a um culto à luta econômica e à mobilização do partido em torno apenas da consecução de resultados econômicos para o proletariado; à passividade do partido e sua abstenção de tomar decisões referentes à luta revolucionária; ao desenvolvimento de uma política de conciliação e reformismo por parte do partido.

Quanto ao partido revolucionário, Lenin considera que ele deve ser a vanguarda revolucionária da classe operária, isto é, deve ser formado de militantes seguros, experientes e prestigiosos, dotados de alta

capacidade de tomar decisões, de liderar e organizar as massas, com clareza na compreensão das ideias marxistas, além de disciplina e fidelidade à causa revolucionária.

No entanto, sozinha, a vanguarda não passa de um grupo de revolucionários, ainda não é o partido de classe revolucionário. É necessário que ela (a vanguarda) esteja em estreita ligação com toda a classe operária e ganhe também o apoio da totalidade das massas trabalhadoras e das classes não proletárias. Para isso, é necessário fazer compromissos e alianças com as outras classes que, por um motivo ou por outro, têm seus interesses contrariados pelo grande capital. A tática do partido deve consistir em utilizar as vacilações e os interesses contrariados desses grupos e, por meio de concessões, fazê-los inclinar-se para o lado do proletariado.

Tanto no trabalho de conscientização da classe operária, quanto na tarefa de ganhar as grandes massas, o partido deve se utilizar de um intenso trabalho de agitação, propaganda e ação política. Dessa forma, a luta deve-se dar em todas as instâncias, legais ou ilegais, da sociedade burguesa. No parlamento e nos sindicatos oficiais, por exemplo, o revolucionário deve estar presente a fim de desmascarar a democracia burguesa e denunciar a exploração e a opressão junto à massa operária e camponesa. Paralelamente, os revolucionários devem lutar para criar organizações operárias ilegais que sirvam de canal de ligação com o partido. Por este instrumento, o partido organiza conselhos que agrupam as massas trabalhadoras sem distinção de profissão.

O objetivo de toda essa luta é a derrubada do regime capitalista, por meio da conquista do Estado, e a instauração do socialismo como etapa de transição para se atingir o comunismo. O socialismo seria a fase inicial do comunismo, em que o Estado deveria controlar os meios de produção, impedindo toda a forma de exploração do homem, mas ainda mantendo a regulação da distribuição dos produtos e da distribuição do trabalho entre os membros da sociedade mediante as leis do Direito. Nesta sociedade, o Estado assume a forma de ditadura do proletariado sobre a burguesia, consistindo, por isso, em democracia para o povo e em restrição às liberdades dos exploradores, opressores e capitalistas.

Quando se tiver rompido definitivamente a resistência dos capitalistas, quando estes tiverem desaparecido, quando já não existirem classes (quer dizer, quando já não existirem diferenças entre os membros da sociedade por sua relação com os meios de produção), só então desaparecerá o Estado, e será, de fato, possível a existência da sociedade comunista. Nesta sociedade, o Estado tornar-se-á supérfluo, pois desaparecerá a necessidade de opressão de uma classe sobre a outra por não existirem mais classes. Por outro lado, todos os membros da sociedade já estarão suficientemente educados para dirigirem por si mesmos os rumos da sociedade; os meios de produção passarão a ser propriedade comum, e a gestão deles será coletiva, desaparecendo a contradição entre trabalho intelectual e manual. Desaparecerá, então, o direito, e não haverá sentido em se falar em democracia, pois esta:

[...] implica a igualdade formal. E imediatamente depois de realizadas a igualdade do trabalho e a igualdade de salário, surgirá de maneira inevitável diante da humanidade a questão de seguir adiante, de passar da igualdade formal à igualdade de fato, ou seja, à aplicação da regra: ‘de cada um segundo sua capacidade; a cada um segundo suas necessidades’ (LENIN, 1987, p. 136).

## **A ação linguística em Lenin (a retórica revolucionária)**

Na teoria revolucionária de Lenin, a ação linguística tem um papel fundamental como tática do partido para a conscientização, sensibilização e conquista da adesão da classe operária e das grandes massas trabalhadoras.

Como dissemos, para Lenin, a consciência de classe não se torna consciência política se a luta do proletariado se limita à pura luta econômica. Para ele, é necessário educar as massas para levá-las a lutar em uma esfera superior àquela que se dá no âmbito estreito das relações entre patrões e operários. Trata-se da esfera política, isto é, da luta no sentido da tomada do poder de Estado das mãos da burguesia. A missão do partido seria, então, levar à massa o esclarecimento, a denúncia e a demi(s)tificação, despertando-lhe o descontentamento e a indignação a fim de incitá-la à luta revolucionária. A melhor maneira

de realizar tal tarefa seria por meio da agitação e da propaganda, concepções de autoria de Plekhanov, que Lenin desenvolve e sistematiza em seu livro *Que Fazer?* (LENIN, 1986).

Comentando a distinção de Plekhanov, Lenin traça o papel e a característica da ação do propagandista e do agitador:

[...] um propagandista, se tratar, por exemplo, da questão do desemprego, deve explicar a natureza capitalista das crises, assinalar a causa da inevitabilidade das mesmas na sociedade atual, indicar a necessidade de transformar a sociedade capitalista em socialista etc. Numa palavra, deve dar “muitas ideias”, tantas que todas essas ideias, no seu conjunto, só poderão ser assimiladas no momento por poucas (relativamente) pessoas. Pelo contrário, ao tratar do mesmo problema, o agitador tomará um exemplo, o mais flagrante e mais conhecido do seu auditório – por exemplo, o caso de uma família de desempregados morta de inanição, a miséria crescente etc. –, e aproveitando este fato conhecido por todos fará todos os esforços para inculcar nas “massas” uma só ideia: a ideia do absurdo da contradição entre o aumento da riqueza e o aumento da miséria; procurará despertar nas massas o descontentamento, a indignação, deixando ao propagandista o cuidado de dar uma explicação completa desta contradição. É por isso que o propagandista atua principalmente por meio da palavra impressa enquanto o agitador atua de viva voz (LENIN, 1986, p. 126-127).

A agitação e a propaganda devem ser realizadas em todos os espaços, legais ou ilegais, da sociedade burguesa: do parlamento à fila para comprar o pão, da imprensa à multidão de transeuntes no centro da cidade, dos sindicatos às associações de bairro, das fábricas às escolas e universidades. Trata-se de atividades fundamentais para formar as massas a fim de engajá-las na atividade revolucionária.

O agitador trabalha com fatos concretos e com um pequeno número de ideias. Em compensação, ele deve inculcá-las em um grande número de pessoas. Isto porque sua missão é tocar no lado emocional das pessoas, é sensibilizar as massas, a fim de conquistar sua simpatia para o partido e acrescentar-lhes a consciência de sua opressão e o ódio aos opressores. Seu papel deve ser eminentemente político. A agitação

revolucionária não pode se limitar a denunciar a exploração econômica do proletariado (esta, o operário já sente na carne). Ela deve denunciar, principalmente, manifestações da opressão política.

Pelo seu efeito multiplicador e pelo fato de exigir poucos recursos materiais (no máximo, um amplificador de som), a agitação tem a vantagem de levar, de forma simples e rápida, a mensagem do partido às amplas massas. Além disso, conforme a habilidade persuasiva do agitador, é a agitação que, em última instância, impulsiona as massas para a ação. A agitação deve ser levada não só aos lugares e momentos em que se aglomera grande número de pessoas, mas a todas as instâncias onde o fato (a agitação) repercutir na sociedade. O agitador também pode e deve criar as situações de agitação. Pode, ele mesmo, reunir, em determinado momento, um grupo de pessoas a fim de transmitir suas mensagens.

Quanto à propaganda, convém observar que, ao contrário da agitação, ela tem como fim a inculcação de muitas ideias em um pequeno número de pessoas. Isto porque o objeto da propaganda, por ser mais complexo, não é acessível à grande massa da população. Por ser veiculada por meio da escrita, a propaganda exige que seu destinatário saiba, no mínimo, ler, o que, nas sociedades capitalistas atrasadas, é privilégio de poucos. Ela tem, portanto, papel cognitivo e teórico. Sua função é esclarecer pela análise, fazer o leitor passar dos limites das aparências e da imediatidade dos fatos do cotidiano para a realidade, para a verdadeira essência das coisas. Enquanto o agitador parte de fatos os mais simples e concretos possíveis, o propagandista deve trabalhar com manifestações mais gerais da opressão: uma guerra, um escândalo político, uma greve, alguma medida do governo etc. deve ser pretexto para uma explicação política geral. O trabalho do propagandista deve ser mais sistemático e sistematizado do que o do agitador. Isto por questões de segurança e porque tal trabalho exige mais recursos materiais (instalações gráficas, papel, tinta etc.), de difícil obtenção e manutenção. A propaganda tem a vantagem de fixar melhor nos destinatários as questões teóricas mais complexas que inevitavelmente se põem num momento revolucionário. Ela é útil, sobretudo, entre as camadas pequeno-burguesas proletarizadas e não proletarizadas e entre as camadas operárias letradas. A propaganda pode tomar a forma de jornais (do partido e das demais instâncias organizativas – sindicatos,

conselhos, associações etc.), folhas volantes (pequeno jornal de tiragem reduzida e periodicidade irregular destinado a veicular informes-denúncias), panfletos, brochuras etc.

Entre a agitação e a propaganda, há em comum o apelo dirigido às massas pela ação concreta. O apelo pode vir, segundo Lenin, como ato isolado, “como um complemento natural e inevitável do tratado teórico, da brochura de propaganda e do discurso da agitação” (LENIN, 1986, p. 130), porém, deve estar obrigatoriamente inscrito nos próprios atos da agitação e da propaganda revolucionárias: “[...] o apelo dirigido às massas para a ação surgirá por si mesmo desde que haja uma enérgica agitação e denúncias vivas e incisivas” (LENIN, 1986).

Um ingrediente importante, tanto para a agitação quanto para a propaganda, é a chamada palavra de ordem. A palavra de ordem é a tradução verbal de um momento da tática revolucionária. Conceito motor, ela exprime o mais clara, breve e euforicamente possível o objetivo mais importante do momento: seja, em período revolucionário, o aniquilamento do adversário ou um apelo de união para as massas (“todo o poder aos *soviets*”, “proletariado de todo o mundo, uni-vos”, “o povo unido jamais será vencido” etc.) (DOMENACH, 1979). As palavras de ordem, na agitação, podem vir repetidas ritmicamente no final dos discursos ou vir contidas no interior do próprio discurso, dependendo da circunstância. Na propaganda, geralmente vêm no final de panfletos ou em forma de título de folhetos e jornais.

Lenin enfatiza que as palavras de ordem não devem ser cristalizadas como se fossem expressões de princípios. Uma palavra de ordem não é uma excitação vazia. Ela condensa a linha política do momento: “toda palavra de ordem deve ser deduzida da soma de particularidades de uma situação política determinada” (LENIN, 1917 apud DOMENACH, 1979, p. 24, tradução nossa).

Outra característica fundamental da palavra de ordem é que ela deve contemplar certos anseios, interesses e aspirações, nem sempre conscientes, de determinada(s) classe(s) ou frações de classes. Um exemplo é o caso das palavras utilizadas para exprimir duas reivindicações de milhões de camponeses-soldados do exército russo, momentos após a Revolução Soviética de 1917: “Terra e paz” (DOMENACH, 1979).

Sobre a agitação e a propaganda, Lenin (1986) chama veementemente a atenção para três aspectos:

1. Mesmo que se dispunha de um exército de milhões de agitadores e propagandistas, isto não será suficiente para levar a revolução à vitória. Sem atos de apoio, sem realizações práticas, a propaganda e a agitação não passam de verbalismo vazio. Em um regime capitalista, esta atividade se traduz pelo aporte de reivindicações, pela ação nos sindicatos e instâncias organizativas de toda sorte, enfim, por realizações concretas que demonstrem disposição sem equívocos para a concretização das reivindicações e que, inclusive, prefigurem o que será a futura sociedade socialista (LENIN, 1986).

2. É necessário que o conteúdo da propaganda e da agitação seja correto, isto é, apoiado em um conhecimento objetivo da sociedade e das tarefas revolucionárias, sob pena de criar ilusões perigosas e de levar à perda de apoios importantes para a revolução. Daí a necessidade premente de o agitador e o propagandista terem

[...] uma ideia clara da natureza econômica e da fisionomia política e social do latifúndio e do pobre, do dignitário e do camponês, do estudante e do vagabundo, conhecer os seus pontos fortes e os seus pontos fracos, saber orientar-se nas frases mais correntes e sofismas de toda a espécie com que cada classe encobre seus apetites egoístas e as suas verdadeiras entranhas, saber distinguir que interesses refletem estas ou aquelas instituições e leis e como refletem (LENIN, 1986, p. 129).

Lenin frisa ainda que a distinção entre agitadores e propagandistas não passa de uma distinção prática, baseada nas aptidões individuais. Teoricamente, agitadores e propagandistas são elementos de um todo, são todos revolucionários.

## O MARXISMO E A BUSCA DE UMA TEORIA SOCIAL DA LINGUAGEM

**E**m tempos de globalização, em que se preconiza o fim da história, das utopias e dos grandes paradigmas epistemológicos, ainda faz sentido propor uma abordagem marxista da linguagem? A resposta será negativa se reduzirmos a teoria marxista a um projeto político-ideológico. Deste modo, tal corrente teórica teria naufragado junto com os Estados totalitários do chamado “socialismo real”, tidos por muitos como a concretização da utopia socialista na Terra. Será negativa também se o marxismo for reduzido a uma economia, isto é, a uma técnica de análise das condições de produção das mercadorias de uma dada sociedade e/ou a uma doutrina de organização da produção e distribuição material de uma sociedade a ser construída. Se assim for, o marxismo não passaria de uma obsoleta forma de pensar as relações materiais entre os indivíduos e classes, baseada em formações econômicas ultrapassadas e, portanto, inaplicável às complexas sociedades atuais. Teria, ademais, tido seu fracasso comprovado pelo malogro das ineficazes economias dos países do Leste Europeu e pela derrota da política econômica dos chamados “Estados de bem-estar social”, que vigoraram nos principais países europeus nas décadas de 1960 e 1970. Será negativa, finalmente, se o reduzirmos a uma sociologia dos sistemas de relações entre as classes sociais que se sucedem historicamente, prevendo o ocaso de um sistema e o advento de outro, numa progressividade que se encaminharia

para a organização social perfeita. Nesse caso, o marxismo estaria se revelando um grande embuste, uma vez que suas previsões quanto ao fim do capitalismo vêm historicamente sendo, de modo insistente, desmentidas por um poder de renovação irresistível desse sistema, que tem sobrevivido e se renovado, e até se fortalecido, mesmo após sucessivas e catastróficas crises. Por outro lado, a história tem mostrado também que as organizações sociais criadas no “socialismo real” geraram grande insatisfação popular, decorrente da supressão de liberdades, da perseguição a minorias, dos privilégios, da corrupção etc.

É por pensarmos que o marxismo não se reduz a nenhuma dessas disciplinas que, com este trabalho, respondemos positivamente à questão. A teoria marxista, a nosso ver, pretende-se uma teoria de fundamentação geral, isto é, pretende explicar (ou fundamentar explicações de) todas as dimensões das relações inter-humanas. Isto porque a teoria marxista pensa o mundo como uma totalidade concreta. Nesse sentido, ela se opõe radicalmente à concepção metafísica, que transforma os vários aspectos do real em categorias particulares e independentes, a serem estudadas separadamente. Assim é que, para a metafísica, cada ciência deve-se encarregar de momentos isolados da atividade social do homem – o direito, a política, a moral, a economia, a linguagem etc. Cada aspecto do complexo social é, portanto, isolado, transformado em abstração e, em seguida, investigado em relação a outros aspectos de modo mecanicamente causal (KOSIK, 1986, p. 99-100). No campo da investigação linguística tradicional, por exemplo, o aspecto linguístico é abstraído da totalidade das relações sociais e, para estudá-lo, é criada uma disciplina própria, um departamento estanque e autônomo do conhecimento humano. Essa ciência, a Linguística, é, então, relacionada mecanicamente com outros departamentos igualmente estanques e autônomos. Discute-se, por esta perspectiva, por exemplo, se o social é causa ou consequência do linguístico (Sociolinguística x Etnolinguística) ou se é o social ou o psíquico a causa do linguístico (Sociolinguística x Psicolinguística).

Ocorre também de os aspectos, uma vez analisados em sua interação pluralística, serem tomados de modo a se determinar suas conexões recíprocas, excluindo-se qualquer causalidade, substituindo-se

esta por um modo de ver funcionalístico (KOSIK, 1986). Neste caso, em relação à Linguística, trata-se de delimitar áreas de interesses próprios e áreas afins a outras ciências, procurando determinar as relações que elas podem assumir a fim de se ajudarem mutuamente.<sup>3</sup>

A teoria materialista,<sup>4</sup> ao contrário, parte do conceito de que o complexo social (a formação socioeconômica) é formado e constituído pela estrutura econômica. Esta forma a unidade e a conexão de todas as esferas da vida social (KOSIK, 1986, p. 104), daí não poder o fenômeno linguístico ser investigado fora dessa unidade. Acreditamos, por conseguinte, que o monismo materialista, que concebe a realidade como um complexo constituído e formado pela estrutura econômica e, portanto, por um conjunto de relações sociais que os homens estabelecem na produção e no relacionamento com os meios de produção (KOSIK, 1986, p. 105), pode constituir a base para uma teoria crítica da linguagem. Tal teoria se apresenta, então, como crítica das teorias lógico-formalistas da linguagem e como uma tentativa de apreensão do fenômeno linguístico como parte da totalidade social.

Portanto, partindo do princípio de que “toda investigação supõe um projeto, um corpo teórico que lhe dá forma, orientação e significado” (LIMOEIRO, 1976, p. 86), tentaremos, a partir de um projeto e

---

<sup>3</sup> Esta atitude teórica subjaz às seguintes reflexões de Ferdinand de Saussure: “A Linguística tem relações estreitas com outras ciências, que tanto lhe tomam emprestados como lhe fornecem dados. Os limites que a separam das outras ciências não aparecem sempre nitidamente. Por exemplo, a Linguística deve ser cuidadosamente distinguida da Etnografia e da Pré-História, onde a língua não intervém senão a título de documento; distingue-se também da Antropologia, que estuda o homem somente do ponto de vista da espécie, enquanto a linguagem é um fato social. Dever-se-ia, então, incorporá-la à Sociologia? Que relações existem entre a Linguística e a Psicologia social? Na realidade tudo é psicológico na língua, inclusive suas manifestações materiais e mecânicas, como a troca de sons; e já que a Linguística fornece à Psicologia social tão preciosos dados, não faria um todo com ela? [...]. As relações da Linguística com a Fisiologia não são tão difíceis de discernir: a relação é unilateral, no sentido de que o estudo das línguas pede esclarecimento à Fisiologia dos sons, mas não lhe fornece nenhum. Em todo caso, a confusão entre as duas disciplinas se torna impossível: o essencial da língua [...] é estranho ao caráter fônico do signo linguístico. Quanto à Filologia [...]: ela se distingue nitidamente da Linguística, malgrado os pontos de contato das duas ciências e os serviços mútuos que se prestam” (SAUSSURE, 2000, p. 13-14).

<sup>4</sup> Para designar a mesma coisa, utilizaremos os termos teoria materialista, materialismo histórico, materialismo histórico-dialético, ou simplesmente, materialismo.

um corpo teórico de base, que seria o pensamento marxista, discutir a possibilidade de uma teoria crítica da linguagem verbal humana.

## A teoria marxista da linguagem

Não pretendemos discutir aqui a legitimidade de uma teoria marxista da linguagem, nem desenvolver uma análise exaustiva da relação entre a teoria marxista e as teorias linguísticas. Limitar-nos-emos a relatar sumariamente a concepção de linguagem de alguns autores confesadamente marxistas e sua crítica às duas principais teorias linguísticas contemporâneas: o Estruturalismo e o Gerativismo Transformacional, o que será feito de forma sintética. Procuraremos nos utilizar do que há de comum entre tais autores, a fim de compor um pensamento teórico-crítico a respeito da linguagem e da Linguística, dotado de unidade interna, de tal modo que se possa situá-lo em bloco diante das tendências dominantes da ciência linguística moderna.<sup>5</sup>

Podemos dizer, então, que o que se vai expor neste capítulo objetiva ir ao encontro de uma teoria linguística de fora da Linguística, do mesmo modo como, na própria história da Linguística, a ruptura metodológica “formalismo x pragmatismo” teve sua gênese fora dos limites das discussões teóricas internas da Linguística.

Indo além, podemos afirmar que mesmo as rupturas no interior de uma mesma perspectiva teórica ou epistemológica (exemplo: estruturalismo saussureano e estruturalismo chomskyano) têm suas origens nas “acomodações” que se dão no interior do substrato teórico que a fundamenta.

Não se trata, então, como faz de certo modo a História da Linguística, de traçar a evolução das teorias da linguagem por meio da exposição dos impasses teóricos que marcaram a obsolescência de uma e a ascensão de outra abordagem. Partimos da crença de que os momentos de renovação e de revolução não se dão “por pura continuidade com a teoria, o método, a técnica e o objeto anterior, nem por algum processo que

<sup>5</sup> Parafraseando Antônio Guido de Almeida (ALMEIDA, 1986).

nada tem a ver com eles (como uma geração espontânea). Dão-se através de uma forma específica de negação de sua própria base, do seu ponto de partida. [...] Toda investigação supõe (então) um projeto, um corpo teórico que lhe dá forma, orientação e significado” (LIMOEIRO, 1976, p. 86), e é justamente apreendendo esse projeto e esse corpo teórico de base e fazendo sua crítica do ponto de vista do materialismo histórico que alguns autores desenvolveram, a partir de algumas observações de Marx e Engels, uma teoria marxista da linguagem.

### A linguagem como fenômeno social

A tese fundamental de Marx e Engels sobre a linguagem é a de que esta é, essencialmente, e não apenas contingentemente ou secundariamente, um fenômeno social (RADICS; KELEMEN, 1988).

Abordada pela primeira vez em *A ideologia alemã* (MARX; ENGELS, 1987), a concepção de linguagem de Marx é inseparável de sua concepção materialista da história. Para ele, duas condições são fundamentais para o desenvolvimento histórico dos homens: a produção material de sua própria vida no trabalho e a produção da vida alheia pela procriação. Tanto uma como a outra aparecem ao mesmo tempo como relações sociais – no sentido de que se dão como fruto de cooperação de vários indivíduos – e como relações naturais – na medida em que são guiadas por necessidades biológicas. Isto é, para existir, o homem precisa, junto com outros homens, produzir os meios de satisfação de suas necessidades primárias (comer, beber, ter habitação, vestir-se etc.) e secundárias (novas necessidades produzidas pela satisfação das primeiras). Além disso, ele precisa renovar sua vida pela procriação, criando famílias.

São estes os requisitos que, segundo Marx, precedem a consciência. Esta não surge do nada, por concessão divina. Ela é produzida, uma vez que, para Marx e Engels, ela surge com a necessidade dos homens de manterem intercâmbio a fim de produzirem a vida. A consciência também não é pura. Por um lado, a consciência é, antes de mais nada, a consciência do imediato, “do meio sensível mais próximo e consciência da conexão limitada com outras pessoas e coisas situadas

fora do indivíduo que se torna consciente” (MARX; ENGELS, 1987, p. 43). Por outro lado, ela se exterioriza (ela é exteriorização) pela linguagem (seu substrato material).

Como se vê, para Marx e Engels, há uma relação dialética entre a consciência e a linguagem, o que significa que a linguagem não é a consciência (e vice-versa), uma não se reduz a outra. Porém, as duas se implicam mutuamente, uma não pode ser pensada sem a outra.

Daí que a linguagem, assim como a consciência, é de natureza essencialmente social –“existe para os outros homens e, portanto, existe também para mim mesmo” (MARX; ENGELS, 1987) –, pois nasce da necessidade de interação (trabalho, comércio, troca) entre os homens.

## A linguagem como trabalho

A tese que afirma ser a linguagem um fenômeno social, que surge com a necessidade de intercâmbio, é suplementada por Engels com a hipótese empírica de que ela (assim como também a consciência) se origina do trabalho (RADICS; KELEMEN, 1988). Engels coloca a relação entre trabalho e linguagem como uma relação em que o trabalho tem anterioridade na transformação do macaco em homem: “Primeiramente o trabalho e, em seguida, em consequência dele, a palavra; eis os dois principais estímulos sob cuja influência o cérebro do macaco, apesar de toda a semelhança, foi, pouco a pouco, se transformando em cérebro humano” (ENGELS, s/d, p. 12).

A partir de Engels, várias abordagens marxistas procuraram remontar a gênese da linguagem ao trabalho. Mas é o italiano Ferruccio Rossi-Landi quem vai, a nosso ver, superar a concepção genética da relação linguagem-trabalho. Por um lado, Rossi-Landi discorda de Engels quanto à anterioridade do trabalho sobre a linguagem, e, por outro, rechaça a tese contrária, defendida por linguistas como Leonard Bloomfield: “Discutir como se tenham constituído antes os produtos e os instrumentos físicos enquanto extensões do braço ou os signos e as palavras enquanto extensões da mente é duplamente absurdo: isso porque a mente, fenômeno social, é ela mesma aquela dupla extensão, formando-se graças a ela” (ROSSI-LANDI, 1985, p. 73).

Para Engels, o aperfeiçoamento do trabalho conduziu a uma aproximação cada vez maior dos membros da sociedade primitiva, pois exigiu a multiplicação dos casos de ajuda mútua, de ação comum, o que levou ao surgimento da consciência da utilidade dessa colaboração. Dessa consciência, surge a linguagem como forma de suprir a necessidade de comunicação gerada pelo desenvolvimento do trabalho: “Os homens atingiram um ponto em que tinham alguma coisa a dizer uns aos outros” (ENGELS, s/d, p. 11).

A nosso ver, Rossi-Landi encara de uma forma mais dialética a questão, aproximando-se com mais fidelidade da forma como é compreendida a linguagem em *A ideologia alemã*. Para ele, o homem é um ser que fez e faz a si próprio realizando trabalho e produzindo linguagem simultaneamente: “Para instituir relações de trabalho e de produção, o homem tinha que falar, comunicar, coisa que ocorreu no decorrer daquela instituição, de modo inextricável e solidário, uma vez que o homem só poderia falar e comunicar pela instituição daquelas relações” (ROSSI-LANDI, 1985, p. 73).

Essa visão dialética da relação trabalho/linguagem leva Rossi-Landi a considerar que a linguagem não apenas pressupõe as relações de trabalho, mas ela mesma é trabalho. Para o autor, o homem deve ser diferenciado do animal não somente porque produz instrumentos de trabalho, mas também porque fala, produz enunciados, instrumentos de comunicação. É falando e trabalhando que o homem constitui o social, formando historicamente a si mesmo. Assim, para Rossi-Landi, o ato de constituir relações instrumentais com a natureza (“trabalho não-linguístico”) e o ato de constituir relações comunicativas com outros homens (“trabalho linguístico”) estão em um mesmo plano.

Mas em que se fundamenta o autor para considerar a linguagem trabalho? Que argumentação teórica ele se utiliza para defender tal concepção?

Rossi-Landi parte do conceito de trabalho em Marx, mais precisamente das categorias “trabalho em geral” e “trabalho humano”.

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx estuda como os fisiocratas, ao considerarem a agricultura como o único trabalho produtivo, não entendiam o trabalho em sua generalidade e abstração. Por outro lado, comentando Hegel, afirma a grandeza deste por ter

concebido o homem em si como resultado de seu próprio trabalho. Segundo Rossi-Landi, quando Marx fala nas “forças genéricas” que, possibilitadas pela ação conjunta dos homens enquanto resultado da história, viabilizam a ação do homem como ser genérico, estaria considerando trabalho não só a atividade manipulativa consciente, mas a atividade objetivadora em geral.

Decorre daí – da concepção de trabalho como trabalho em geral – que tudo aquilo que traz a marca da intervenção transformadora do homem é produto de um trabalho que ele realizou. O próprio homem é, então, resultado histórico de seu próprio trabalho.

Ora, se as palavras e mensagens não existem prontas na natureza, elas são produzidas pelo homem, sendo, portanto, produto de trabalho humano. Não conferir à linguagem o caráter de trabalho seria, para Rossi-Landi, considerá-la, em primeiro lugar, como algo apenas natural, como a digestão ou a respiração, isto é, como algo que não sofre condicionamentos históricos. Além de empiricamente insustentável, essa tese nega a existência de qualquer elemento diferencial entre os homens e os animais em relação à linguagem que não seja o fator biológico:

Limitamo-nos, então, a constatar que o homem “tem a capacidade de falar”, e os animais não; ou então, graças ao reducionismo biologicista, tenta-se fazer passar como explicação do advento e da presença de um fenômeno extremamente complexo como a linguagem e as línguas, uma ou outra característica do animal homem, considerado justamente, no caso, como mero animal (ROSSI-LANDI, 1985, p. 67).

Em segundo lugar, negar o trabalho linguístico seria considerar a linguagem como algo simplesmente não natural, meta-histórico. Ou seja, a linguagem e as línguas seriam vistas como algo estranho à relação do homem com a natureza. Tal visão remete a explicações míticas e idealistas do fenômeno linguístico.

Assim, tem-se que, para Rossi-Landi, a linguagem, formando-se na dialética da satisfação das necessidades, ou seja, dentro do processo de instituição das relações de trabalho e de produção, é também trabalho humano, e as línguas, sua objetivação necessária. É a partir dessas

considerações teóricas que ele desenvolve sua homologia da produção (produção material – produção linguística).<sup>6</sup>

Por meio da categoria trabalho linguístico, Rossi-Landi toma, então, posição em relação à famosa distinção da linguística saussuriana linguagem-língua-fala:

O trabalho lingüístico entendido socialmente deve então nos lembrar a parole do Saussure oficial e, em geral, os concretos atos lingüísticos de que tanto falam os lingüistas, somente na medida em que a parole e os atos lingüísticos se opõem à língua como produto. O trabalho lingüístico está antes do lado da language, na medida em que se opõe tanto à parole, por ser coletivo e não individual, quanto à langue, por ser trabalho e não produto. Tomando o language como mera combinação de langue e parole, exclui-se o estudo das técnicas coletivas e comunitárias do language. A bipartição entre língua e fala deve ser substituída por uma tripartição: o trabalho lingüístico (coletivo) produz a língua (coletiva) sobre a qual e por cujo meio se pratica a fala dos indivíduos, cujos produtos refluem para o mesmo reservatório coletivo de onde foram retirados seus materiais e instrumentos (ROSSI-LANDI, 1985, p. 71).

Percebe-se que Rossi-Landi propõe um esquema em que as relações entre as partes são vistas de uma forma dinâmica e dialética: a

---

<sup>6</sup> O fato de, em nenhum momento, o autor considerar as especificidades do “trabalho não linguístico” ou material em relação ao “trabalho linguístico” merece, ao nosso ver, as devidas críticas. Afinal, como ressalta Stalin (1968 apud PONZIO, 1974), entre a língua e os instrumentos de produção existe uma diferença radical: estes produzem bens materiais, e o poder que determinado grupo social tem de controlá-los é o fator responsável por sua posição dominante na sociedade. Já a língua não produz qualquer riqueza acumulável e seu papel nas relações de poder é derivado. Ou seja, o capital simbólico detido pelas classes dominantes não é a causa de sua dominação, mas efeito desta, e, no máximo, serve para reforçar esta dominação. Outro problema da referida homologia advém do perigo de se pensar uma relação, a princípio, comunicativa, com o mesmo paradigma utilizado para se pensar as relações instrumentais. Feitas tais ressalvas, pensamos que o aparelho conceitual criado para a abordagem do trabalho tem-se revelado produtiva nos estudos lingüísticos (especialmente na Análise do Discurso), haja vista que já é corriqueiro o emprego de expressões como “produção linguística”, “condições de produção dos enunciados”, “capital simbólico” etc.

linguagem é o trabalho linguístico geral, realizado pela humanidade em sua práxis comunicativa histórica. Os produtos desse trabalho são as línguas. Elas são a sua objetivação, assim como os produtos materiais são a objetivação do trabalho material humano. Elas também, a um só tempo, são material de um trabalho linguístico ulterior, isto é, “objetos sobre os quais se exercem novas elaborações” e instrumentos desse trabalho, enquanto fornecedores de elementos (palavras, mensagens) com os quais trabalhamos e produzimos a própria língua. A fala consiste justamente na apropriação individual desses elementos. Porém, ela é individual somente porque é considerada individualmente. O modelo dessa operação é social, no sentido em que ela atua com instrumentos e num ambiente que são sociais. Para Rossi-Landi, a presença física e individual do falar e do falante contribuiu para desviar a atenção do fato de que a contribuição individual da fala é também um fato social, visto que, quando falamos, falamos numa língua e por meio de uma língua construída socialmente.

Daí que Rossi-Landi aponta não só a natureza essencialmente social da fala, mas também o seu caráter comunicativo, isto é, o fato de a linguagem só ter sentido enquanto ato de troca de mensagens. Falar é fazer circular expressões e mensagens em um mercado linguístico. Estas, por sua vez, “servem para satisfazer necessidades expressivas e comunicativas, como exprimir, denotar, conotar, informar, referir, qualificar, comandar, rogar, raciocinar, conectar entre si diferentes pedaços do mesmo material linguístico, e assim por diante” (ROSSI-LANDI, 1985, p. 88-89).

## A linguagem como interação

A concepção de linguagem como comunicação não é, no entanto, muito cara a alguns autores marxistas. Eles assumem uma postura crítica em relação ao termo, que pode dar a entender que sujeitos livres se relacionam livremente mediante a linguagem, o que seria uma visão idealista, no sentido de não conferir com a realidade. Além disso, a palavra “comunicação” sugere pleno entendimento entre sujeitos, o que, de igual forma, nem sempre corresponde ao real. Por fim, pode-se entender

o termo em questão como transmissão de informações de um sujeito para outro sujeito através de um veículo, o que suporia conceber a linguagem como um código, algo que certamente constitui uma de suas dimensões, mas que diz muito pouco de complexidade do fenômeno linguístico.<sup>7</sup> Portanto, uma teoria marxista da linguagem deve ir além de uma concepção comunicativa.

Os linguistas marxistas preferem a palavra “interação” para designar o caráter ativo dos proferimentos linguísticos. Trata-se, no entanto, de um “uso marxista” de uma perspectiva inaugurada pelo idealismo, ou, para empregar um termo da dialética, de uma superação dialética da moderna concepção de linguagem.

Foi o filósofo alemão Ludwig Wittgenstein o grande responsável por essa formulação, ao realizar uma crítica radical da concepção tradicional de linguagem, inaugurada por Aristóteles e dominante no Ocidente durante séculos. Wittgenstein é, no início de suas reflexões filosóficas, um positivista-lógico preocupado com a elaboração de uma “linguagem ideal”, extremamente rigorosa, livre das imprecisões da linguagem do dia a dia, e que seria o instrumento universal e imprescindível a todas as ciências (OLIVEIRA, 1996). Pouco a pouco, ele foi se afastando das concepções que fundamentavam tais preocupações, decisivamente influenciado por suas discussões com o economista marxista italiano Ricardo Sraffa (OLIVEIRA, 1996; ROSSI-LANDI, 1985).

A crítica que Wittgenstein faz, em sua segunda fase, à concepção aristotélica da linguagem (que é também a sua crítica na fase inicial) concentra-se sobre dois aspectos fundamentais. O primeiro diz respeito à relação da linguagem com o pensamento e com a realidade. Para ele, tal discussão remete a uma concepção representacionista da linguagem, isto é, que imagina a linguagem como uma maneira de representar uma realidade dada de antemão e independente da própria linguagem. Esta se vê pensada como um meio secundário de expressão dos pensamentos, que poderiam se formar sem ela, e de representação de uma realidade,

---

<sup>7</sup> Sobre a crítica da linguagem como código, ler Verón (1980).

que a ela preexistiria. A linguagem serviria, então, basicamente para se falar sobre coisas, e sua relação com a realidade adviria de uma semelhança natural com o mundo, isto é, de uma associação convencional e arbitrária entre as palavras e as coisas e de uma semelhança natural entre as frases e os estados de coisas (ALMEIDA, 1986).

O segundo aspecto refere-se à relação entre a linguagem e os usuários. A concepção tradicional caracteriza-se, fundamentalmente, por conceber a linguagem como uma atividade essencialmente monológica e individual e apenas acidentalmente comunicativa e social. Se a linguagem é pensada como exercendo, sobretudo, uma função expressiva e representativa, ela pode ser descrita como uma atividade que interessa aos indivíduos na medida em que estes se ocupam com os seus pensamentos e os correspondentes objetos e estados de coisas (ALMEIDA, 1986). Ou seja, para a concepção tradicional, a linguagem é uma atividade derivada de uma relação subjetiva em que ela não está presente, sendo ela, no dizer de Aristóteles, “símbolos dos estados de alma”, e, estando estes em conexão imediata com o real, o sujeito falante, por sua intuição, capta diretamente as relações simbólicas (palavra-ser). Além disso, estas próprias são instituídas pela intervenção de um “espírito significante” que determina originariamente os sentidos das palavras, e não por forças sociais atuando historicamente.

O aspecto comunicativo e interacional da linguagem é relegado, então, a um plano secundário. A crítica wittgensteiniana consiste justamente em elevar este aspecto a um nível primário. Em primeiro lugar, para Wittgenstein, a linguagem não pode ser reduzida a atos de denotar objetos e enunciar estados de coisas. Segundo ele, a teoria representacionista da linguagem engana-se gravemente sobre a natureza da linguagem. Qualquer exame atento dos fatos revela que não usamos a linguagem unicamente para falar sobre as coisas, mas também para realizar uma multidão de outros atos que não podem ser reduzidos ao simples ato de denotar objetos e descrever estados de coisas. Há outras funções linguísticas além da denotação e expressão. Temos, por exemplo, a função exercida pela exclamação, pela enumeração, pelo uso de demonstrativos etc. – em nenhum desses casos, podemos dizer que estamos designando um objeto ou descrevendo um fato. Além

disso, ao falar, também nos dirigimos aos outros, por exemplo, para pedir socorro, para dar ordens etc. (ALMEIDA, 1986).

Contudo, é exatamente quando se concentra no segundo aspecto referido que a sua crítica se mostra efetiva. Wittgenstein mostra, em sua obra *Investigações filosóficas*, que a função expressivo-representativa é inseparável de sua função comunicativa. Por meio do conceito de jogo de linguagem, ele vai mostrar que a função denotativa (o ato de falar sobre coisas) é apenas um entre os inumeráveis tipos de relações que se estabelecem quando os sujeitos se comunicam pela linguagem. Além disso, as palavras só adquirem função e sentido por seu uso, inexistindo uma linguagem separada de situações interativas linguísticas e extralinguísticas. Isso significa, por exemplo, que a palavra “cão” existe designando o ser cão (animal quadrúpede, doméstico, mamífero etc.), não porque há intrínseco a ela algo que a faça designar esse ser, nem porque um “espírito significante” convencionou que este seria o seu nome, mas porque historicamente assim tem sido feito em determinados contextos (em outros, “cão” pode designar satanás, como outrora talvez tivesse designado um ser diferente). O mesmo ocorre com as chamadas proposições.

Assim é que a concepção de linguagem de Wittgenstein, baseada no conceito de jogos de linguagem, apoia-se em três pilares (ALMEIDA, 1986; OLIVEIRA, 1990):

- 1) Em primeiro lugar, no plano da relação linguagem-pensamento, tal concepção postula que a linguagem humana é, acima de tudo, a capacidade de estabelecer uma interação com o outro sujeito. A compreensão do significado de uma palavra é inseparável do processo de socialização em que se dá a internalização de normas e papéis. A competência linguística do falante é basicamente uma competência comunicativa, isto é, para falar não é suficiente a capacidade de aplicar sistematicamente regras fonéticas, sintáticas e semânticas: há que dispor de uma habilidade natural para o aprendizado das atividades, normas e papéis envolvidos no ato de falar (ALMEIDA, 1986).
- 2) Em segundo lugar, no plano da relação linguagem-realidade, a ideia é a de que o significado de uma expressão não é função de uma

convenção arbitrária ou daquilo que cada um de nós pode pensar individual ou privadamente na intimidade de sua vida mental, mas função de um aprendizado, ou seja, a significação é o resultado de uma prática social aprendida dentro de um determinado contexto sócio-histórico. Para compreender, portanto, a significação de uma expressão linguística, faz-se necessário recorrer ao seu uso e às normas e práticas sociais que subjazem a seu uso.

3) Finalmente, no plano da relação linguagem-usuários, tem-se que a linguagem faz parte de uma “forma de vida”, isto é, falar é um meio de realizar um ato regrado socialmente, é uma maneira de estabelecer interações entre sujeitos e, portanto, um modo de viver em sociedade. A linguagem é, então, entendida como uma ação humana e, enquanto tal, como interação, isto é, como ação social que, por este motivo, não pode ser explicada como produto de um único sujeito.

Tal concepção realizou uma verdadeira revolução na maneira de pensar a linguagem, até então concebida sempre na perspectiva do sujeito isolado ou da consciência do indivíduo. Wittgenstein não só rompeu com toda a tradição ocidental de concepção de linguagem, como também lançou as bases de uma nova ótica de consideração da linguagem. Aprofundando a perspectiva inaugurada por ele, os filósofos da Escola de Oxford (Austin, Ryle, Searle) procuraram desenvolver certos conceitos de seu pensamento, no âmbito da filosofia analítica, criando a chamada “teoria dos atos de fala”. Interessa-nos aqui o uso que o marxismo pode fazer desta concepção. Mais uma vez, é Rossi-Landi (1985) que se coloca, postulando um “uso marxiano de Wittgenstein”.

Depois de especular sobre uma possível influência do marxismo sobre o pensamento de Wittgenstein, apoiando-se em dados biográficos e em uma análise comparativa de formulações marx-wittgensteinianas, Rossi-Landi submete à crítica, do ponto de vista do materialismo histórico, algumas categorias do filósofo alemão. Ele organiza essa crítica em quatro pontos, dos quais nos interessam três:

1. Para o autor, Wittgenstein está correto quando critica o mito de que a linguagem possa desenrolar-se “dentro” de uma única pessoa.

Porém, para Rossi-Landi, Wittgenstein, mesmo concebendo a linguagem como pública, isto é, como atividade intersubjetiva que requer regras exteriores, não consegue atingir o social. Trata-se de uma concepção ainda privada (mesmo que esse “privado” se refira a duas ou mais pessoas), dado que a concepção de “jogo” abstrai o seu caráter social, ou seja, o fato de que a linguagem representa uma dimensão constitutiva da totalidade das relações sociais.

2. Para Rossi-Landi, a noção wittgensteiniana de uso linguístico diz respeito a algo já produzido, portanto, já existente: dada certa palavra, nós a usamos, e isto é o seu significado. Tal formulação está correta, mas não diz tudo a respeito da significação. Em primeiro lugar, escapa a Wittgenstein o aspecto ativo do usuário na significação. Falta a ele a noção de trabalho: os falantes não somente usam as palavras; ao usá-las, lançam mão do produto de um trabalho linguístico passado e efetuam trabalho novo sobre esse produto. Em segundo lugar, o autor austríaco não percebe que os produtos da linguagem, quando jogados no mercado linguístico, comportam-se uns em relação aos outros como objetos de valor cuja significação é disputada pelos usuários da língua. “Os instrumentos de que nos servimos para comunicar, ele os considera [...] como nos sendo dados, e portanto como ‘naturais’, uma espécie de riqueza da qual dispomos livremente” (ROSSI-LANDI, 1985, p. 59). Em suma, trata-se de perceber que as palavras não possuem somente valor de uso, mas também, um valor de troca, e é este que, em nossa sociedade, determina-lhes a significação.

3. As críticas que Wittgenstein faz à concepção tradicional da linguagem utilizada pela filosofia se encaminham para a denúncia de uma “alienação linguística”, mas ele não as aprofunda perguntando pelas causas e porquê sócio-históricos de tal fenômeno. Falta-lhe uma teoria da sociedade e da história sobre a qual fundamentar suas pesquisas. Tem-se uma concepção não metafísica, mas ainda não materialista, permanecendo ao nível do idealismo.

Outros autores, como Michel Pêcheux (1988), irão acentuar sua crítica na concepção de sujeito que está implícita na ideia de jogos de

linguagem, assim como em outras teorias afins (retórica, hermenêutica, pragmática, teoria da enunciação etc.). Para Pêcheux, toda teoria que concebe a linguagem como uma ação comunicativa entre sujeitos livres é ilusória, cometendo o que ele denomina de “ilusão do sujeito”.

Inspirado em Althusser, Pêcheux defende a tese de que, em uma formação social como a capitalista, os sujeitos que participam do processo de interação linguística são, na realidade, assujeitados como sujeitos ideológicos, de tal modo que cada um enuncia a partir do lugar que ocupa no seio da contradição de classes própria de um dado modo de produção, tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade. Assim, todo ato de enunciação é ideológico, no sentido de que é condicionado por valores que se orientam conforme a posição de classe dos enunciadores.

Um desdobramento crítico dessa tese de Pêcheux é que a noção de “jogo de linguagem” supõe, ou pode dar a entender, uma paridade entre os participantes: indivíduos face a face que estabelecem um contrato em que um atribui ao outro uma competência linguística (ou comunicativa, como prefere Wittgenstein) análoga, além de legitimarem e aceitarem mutuamente os papéis em que estão investidos. Não se trata de negar a possibilidade de existência empírica de tal concepção, mas de demonstrar seu caráter ideal.

Oliveira (1990) salienta que, em perspectiva semelhante, Jürgen Habermas também se posiciona criticamente em relação ao que ele chama de idealismo hermenêutico da tese dos jogos de linguagem, argumentando que o modelo de compreensão intersubjetiva pela linguagem só dá conta de uma dimensão imediata do fenômeno comunicativo: enquanto os participantes de uma relação interativa conservam a capacidade de controlar suas possibilidades de entendimento e conflito, eles podem vivenciar na prática o jogo linguístico. O que ocorre, porém, é que isto quase nunca é possível, porque, no sistema capitalista, os mecanismos sistêmicos (econômicos, políticos, ideológicos etc.) que regem as relações pessoais perturbam sistematicamente os processos de entendimento.

Voltando a Pêcheux, observamos que, para ele, também a teoria semântica de Wittgenstein parece ser insuficiente. Aqui, do mesmo modo, a ausência de uma teoria social pertinente se constitui em um problema. Pêcheux concorda com Wittgenstein quando este afirma que

o sentido de uma palavra (de uma expressão, de uma proposição etc.) não existe em si mesmo. Porém, não são os sujeitos falantes que, livremente, por meio do uso que delas fazem, instituem o seu sentido. Este é, no entender de Pêcheux, determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo nos processos sócio-históricos em que as palavras, expressões e proposições são produzidas (PÊCHEUX, 1988).

Noutras palavras, o que o sujeito diz é determinado pelas condições sócio-históricas nas quais ele o diz. Portanto, uma palavra terá um sentido *a* ou *b* conforme seja dita de tais ou quais lugares no interior de uma formação social. Para Pêcheux:

[...] não se está quite com o materialismo histórico apenas pela inversão da teoria “comunicacional” da linguagem em uma teoria instrumental e pragmatista segundo a qual a linguagem serve, primordialmente, para agir sobre outrem. [...] a filosofia analítica anglo-saxônica desemboca, de boa vontade, numa teoria da linguagem que, por meio das noções de pressuposição<sup>8</sup>, de performativo<sup>9</sup> e de enunciação<sup>10</sup>, tende a “explicar” as relações jurídico-políticas e ideológicas como um jogo verbal no qual subjetividades se afrontam em ato, buscando, umas e outras, se pegar em todos os sentidos do termo: em suma, a luta de morte dos sujeitos-falantes! (PÊCHEUX, 1988, p. 254).

Assim, os processos interativos deverão, ao contrário, ser explicados à luz de uma teoria social. No entanto, como pondera Rossi-Landi, as sérias reservas feitas sobre os limites da teoria inaugurada por Wittgenstein não devem impedir-nos de ver o fato de que ela deu início a uma crítica radical de uma concepção equivocada que dominava há

<sup>8</sup> Diz-se pressuposta determinada informação que, embora não esteja presente em uma mensagem, constitui-se como condição necessária para sua validade ou eficácia comunicativa.

<sup>9</sup> Denomina-se performativo o proferimento linguístico cuja execução consiste na realização de determinado ato. Assim, o proferimento da frase “eu prometo voltar amanhã” é a efetuação do ato de prometer. É também a denominação do verbo que marca a performatividade do proferimento.

<sup>10</sup> Enunciação é o ato individual de utilização da língua. Opõe-se a enunciado: enquanto este é o resultado de uma enunciação, esta é constituída pelo conjunto dos fatores e dos atos que provocam a produção de um enunciado (DUBOIS et al., 1990).

séculos o pensamento filosófico e científico, e de aproveitar suas conquistas para a construção de uma teoria concreta da linguagem. Caberia ao materialismo histórico esta tarefa.

## Linguagem e ideologia

É sabido que existem duas concepções diferentes dentro do marxismo a respeito do conceito de ideologia. Ambas têm na obra de Marx e Engels sua matriz teórica. A primeira concebe a ideologia como uma representação incompleta e mutilada do real e, principalmente, como uma apresentação desse real que o inverte, ocultando e dissimulando, em seguida, suas contradições (LEFEBVRE, 1987). É no livro *A ideologia alemã* que Marx e Engels tratam de modo mais explícito do conceito, tomando como alvo de sua crítica, especificamente, a crítica da religião e da filosofia de Hegel que os jovens hegelianos vinham desenvolvendo, como abordamos em item anterior. Noutras obras, Marx estende o conceito para a economia e a política burguesas. Trata-se de uma concepção restrita, pois não é qualquer falsa-consciência que é ideologia, crítica ou negativa, tendo em vista que designa interpretações distorcidas e, conseqüentemente, ocultadoras de uma realidade contraditória.

A outra concepção marxiana de ideologia, deduzida a partir de passagens esparsas em toda a obra de Marx e Engels, é, ao contrário, neutra e designa quaisquer formas de consciência provindas das classes sociais. Trata-se, neste caso, de um fenômeno superestrutural do qual o próprio marxismo seria um exemplo.

Lenin aprofunda essa segunda concepção, dando-lhe conotação francamente positiva. A ideologia passa a estar ligada a interesses de classe. Existiriam, no capitalismo, uma ideologia burguesa dominante, de propósitos conservadores, e uma proletária, de propósitos revolucionários, que corresponderia à crítica da ideologia burguesa.

Com relação à linguagem, podemos observar que os dois conceitos de ideologia são pertinentes para a teoria marxista da linguagem. Quando o conceito negativo é usado, diz-se que a linguagem manifesta a ideologia. Quando o conceito neutro é utilizado,

diz-se que o ideológico condiciona o linguístico ou simplesmente está na linguagem.

A relação entre linguagem e ideologia é abordada vagamente por Marx, e parece-nos que é o conceito neutro o utilizado. A reflexão marxiana a este respeito parece ser guiada por um silogismo: para Marx, as ideias não existem separadamente da linguagem; logo, se as ideias são expressão da realidade material, o uso linguístico traz a marca das relações e das ideologias de classe (RADICS; KELEMAN, 1988).

Tal tese foi interpretada por linguistas soviéticos influenciados pelas concepções de Nicolas Marr, na década de 30, como significando que a linguagem tem um caráter de classe e, assim sendo, é parte da superestrutura. De acordo com Marr ([1926] apud RADICS; KELEMAN, 1988), a linguagem surgiu como um meio de dominação de classe e foi determinada pela luta de classes em todas as fases de seu desenvolvimento. Devido à unidade do processo de criação da linguagem, todas as línguas conhecidas poderiam ser reduzidas aos mesmos elementos, ao passo que as diferenças entre elas deveriam ser explicadas pelo fato de terem surgido em diferentes fases do processo de desenvolvimento. A determinação de classe significava, para Marr, que as diferentes línguas representavam o produto de diferentes classes e não de comunidades tribais, étnicas ou nacionais (MARR [1926] apud RADICS; KELEMAN, 1988).

A concepção de Marr foi combatida política e teoricamente por Josef Stalin (STALINE, 1969). Em primeiro lugar, para Stalin, a língua não pode ser considerada uma superestrutura. Ao contrário desta, que se altera conforme a modificação ou substituição da base econômica, a língua não apresenta mutações no léxico essencial nem em sua estrutura gramatical e sintática quando há modificações ou mesmo transformações na base econômica. Além disso, a superestrutura reflete a ideologia da classe dominante e atua em prol dos interesses dessa classe para a manutenção de uma estrutura econômica. A língua, no entanto, segundo Stalin, não é criada por uma classe, e sim por toda a sociedade, por todas as classes da sociedade; satisfaz as necessidades não apenas de uma classe qualquer em detrimento de outras classes, mas, do mesmo modo, satisfaz as necessidades de todas as classes da sociedade.

Em suma, conforme Stalin, a língua não é uma superestrutura (nem é ideológica) e não é classista. Ela seria, tal como um instrumento de produção – uma máquina ou uma ferramenta –, indiferente às classes e à sua luta, podendo servir igualmente à burguesia e ao proletariado, ao regime capitalista e ao regime socialista, com a diferença de que a língua não produz riquezas.

Como se vê, Stalin opõe a uma concepção que absolutiza o caráter ideológico e classista da linguagem uma concepção que nega absolutamente esse caráter. O que ele faz é também, a nosso ver, contrapor uma concepção idealista a uma concepção materialista vulgar, ou, como prefere Pêcheux (1988), uma concepção direitista a uma concepção esquerdista.

Assim, se é verdade que a língua é “indiferente” à divisão de classes e suas lutas, isso não quer dizer que as classes sejam indiferentes à língua. “Ao contrário, elas a utilizam, de modo determinado, no campo de seu antagonismo, especialmente de sua luta política” (BALIBAR, 1966, p. 22 apud PÊCHEUX, 1988, p. 92). Portanto, como observa Ponzio (1974), há que precisar a tese de Stalin de que a língua não é classista. Tal formulação é verdade se por isto se entende que a língua não é o instrumento ideológico próprio e exclusivo de uma única classe. A língua é, porém, classista no sentido de que o discurso em que é empregada pode apresentar-se como ideológico, sustentado por um projeto social particular, tanto se a língua se destina à manutenção do sistema social e da estratificação social existente, da ordem constituída, como se se destina à sua transformação ou à sua destruição.

O erro de Marr é, portanto, o de não perceber a autonomia relativa do sistema linguístico em relação à luta de classes. Quer dizer, a língua, enquanto sistema, possui uma ductilidade, não encontrável na mesma medida nos demais fenômenos superestruturais, que a torna base comum tanto para o idealista como para o materialista, tanto para o reacionário como para o revolucionário, enfim, para ideologias de grupos de poder ou de classes sociais distintas. Além disso, como indica Ponzio (1974), tomar a língua como superestrutura é perder de vista a especificidade que a distingue precisamente de todos os fenômenos superestruturais: a língua entra em jogo em todos os aspectos da cultura como instrumento

de organização, constituição e especificação das relações sociais, das experiências vividas, das relações com a natureza etc.

Stalin, por sua vez, equivoca-se quando ignora que todo uso linguístico se inscreve numa relação ideológica de classe. Ou seja, que o uso concreto que se faz da língua pode se prestar a servir a esta ou àquela classe social, pode funcionar a serviço do sistema social constituído ou pode realizar-se como instrumento de luta, de crítica ao sistema.

Contudo, as duas concepções incorrem em um erro comum: reduzem a linguagem a um sistema formal e abstrato, esquecendo-se ambas que, como foi mencionado alhures, o que a constitui fundamentalmente tanto em sua dimensão objetivada (língua), como em seu aspecto de uso individual (fala), é o fato socioideológico da interação verbal que se realiza historicamente, ou seja, o trabalho linguístico-social dos falantes.

No mesmo contexto histórico e no interior da mesma polêmica (relação linguagem-ideologia-classes sociais), as ideias do historiador e filólogo Mikhail Bakhtin e seu grupo<sup>11</sup> apontam para uma superação das duas concepções, introduzindo à reflexão novos e originais elementos que tiveram grande influência não somente sobre a concepção marxista da linguagem, mas também sobre o que se chama hoje de Linguística Pragmática.

Em seu livro *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin/Volochínov questiona as bases teóricas que fundamentam as concepções de Marr e Stalin.<sup>12</sup> O autor russo também considera a linguagem como fenômeno socioideológico, mas, para ele, o lugar da realização do ideológico na linguagem não está na língua como um sistema abstrato de formas, mas no signo linguístico, na palavra. Para mostrar isso, Bakhtin/Volochínov utiliza um conceito de ideologia bastante amplo: além de designar as manifestações culturais em geral, ideologia diz do que é relativo a índices de valor que se confrontam, determinados pelos conflitos de interesses sociais. Nesse sentido, para ele, todo signo é ideológico, pois está sujeito a critérios

<sup>11</sup> Denominado "Círculo de Bakhtin": V. Volochínov, P. Medvedev, dentre outros.

<sup>12</sup> Uma análise interessante sobre a polêmica que envolveu os três autores soviéticos pode ser encontrada em Vogt (1989).

de avaliação (se é verdadeiro ou falso, correto ou incorreto, justificado ou não, bom ou ruim etc.). Isto ocorre porque “o ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata. Esta refração é determinada pelo confronto de interesses sociais, ou seja, a luta de classes” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1988, p. 46).

Assim é que exatamente pelo fato de as diferentes classes sociais utilizarem-se de uma só e mesma língua, em todo signo confrontam-se índices de valores contraditórios:

O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. (É) esta plurivalência social do signo ideológico [...], este entrecruzamento dos índices de valor, que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir. O signo, se subtraído às tensões da luta social, degenerará em alegoria, tornar-se-á objeto de estudo dos filólogos e não será mais um instrumento racional e vivo para a sociedade (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1988, p. 46).

Para Bakhtin, a palavra é o signo que revela de forma mais nítida o fenômeno ideológico. Precisamente porque a palavra é um signo neutro, puro, pois não está ligada exclusivamente a nenhum campo ideológico particular, é que ela pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa etc. Além disso, por ser a palavra produzida pelos próprios meios do organismo individual, sem nenhum recurso a uma aparelhagem extracorpórea, ela é capaz de servir como material semiótico da consciência, podendo funcionar com ou sem expressão externa (discurso interior): “É devido a esse papel excepcional de instrumento da consciência que a palavra funciona como elemento essencial que acompanha toda criação ideológica seja ela qual for. A palavra acompanha e comenta todo ato ideológico” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1988, p. 37).

Desse modo, é graças a tais propriedades fundamentais que a palavra se revela o indicador mais sensível de todas as transformações sociais. No entanto, diferentemente de Marr, para quem a determinação da infraestrutura sobre a linguagem é regida pela causalidade mecânica, e de Stalin, que nega qualquer determinação, a palavra, na sua concepção, está dialeticamente relacionada com os planos da organização social.

A palavra, então, estando presente tanto na infraestrutura quanto na superestrutura, não se reduz nem a uma nem a outra: de um lado, ela é condicionada pela organização social dos indivíduos, refletindo e refratando a realidade material dessa organização (infraestrutura); de outro, ela possui sempre um índice de valor social, o que a insere em parte no domínio da ideologia (superestrutura).

Outra tendência dentro do pensamento linguístico marxista é a de tomar o discurso como o lugar por excelência de realização da ideologia.

Rossi-Landi (1985), por exemplo, aborda essa questão adotando uma concepção negativa de ideologia. O pensador italiano parte da premissa de que a totalidade da situação humana está imersa na alienação. Esta seria consequência inevitável do fato histórico da diferenciação ou distanciamento entre homem e natureza – fato negativo, porém remediável no curso da história humana. A alienação consistiria, basicamente, em uma série de separações, advindas desse fato histórico, que se apresentam de formas diferenciadas na história humana e que, de modo geral, expressam-se pela separação fundamental entre consciência e práxis. Daí a separação entre teoria e prática, saber e fazer, planejamento e execução etc. Da separação desses elementos, resulta o caráter de falsidade de cada um deles. Haveria, então, uma falsa consciência (a consciência separada da práxis), tomando-se o ponto de vista da consciência, e uma falsa práxis (a práxis separada da consciência), tomando-se o ponto de vista da práxis. Rossi-Landi distingue ainda a falsa-consciência daquilo que ele designa por falso-pensamento ou ideologia, uma forma mais desenvolvida e elaborada de falsa-consciência.

Assim, a característica fundamental da ideologia é que ela é uma “racionalização discursiva, isto é, uma sistematização teórica de uma atitude ou estado de falsa-consciência”, ou seja, “a ideologia é falsa-consciência tornada falso-pensamento por meio da elaboração sócio-cultural e do uso da linguagem numa língua, com tudo que isso comporta em termos de condicionamentos quanto em termos de possíveis mistificações” (ROSSI-LANDI, 1985, p. 136).

Portanto, tem-se que a linguagem é considerada constitutiva da ideologia. É na instância do discurso, no sentido da linguagem elaborada, que a ideologia se manifesta: “qualquer discurso é necessariamente

mais ou menos ideológico. Isso significa que ele desenvolve de modo mais ou menos explícito alguma espécie de projeto social ou que remete a ele e pode, em última instância, ser a ele reconduzido” (ROSSI-LANDI, 1985, p. 144).

O que é original no pensamento de Rossi-Landi a esse respeito é que, para ele, qualquer que seja o projeto social manifestado pelo discurso – conservador ou revolucionário – este projeto é ideológico, expressão de um falso-pensamento. Isto porque, para o autor italiano, “qualquer discurso é situacional, isto é, pertence a uma situação histórico-social determinada. Qualquer situação está embebida de falsa-consciência; e como é discurso, isso ocorre no nível do falso-pensamento, isto é, da ideologia” (ROSSI-LANDI, 1985, p. 144).

Evidentemente que, para Rossi-Landi, os dois projetos fundamentais, o inovador e revolucionário e o conservador e reacionário, não são ideológicos na mesma medida: “Todas as ideologias privilegiam seu próprio discurso. As ideologias conservadoras o privilegiam estaticamente, fundando-o no passado e subtraindo assim o seu objeto ao devir histórico-social. [...] Elas são levadas a se fazerem passar por não-ideológicas” (ROSSI-LANDI, 1985, p. 145).

O discurso revolucionário também é ideológico e tem seu próprio privilegiamento. No entanto, ele se distingue do anterior porque se reconhece como tal e funda seu objeto no futuro: “Não existindo subtração ao histórico-social, trata-se de um discurso que visa restaurar o pensamento revolucionário como projeto social, tendo em vista o fim último da reunião de consciência e práxis” (ROSSI-LANDI, 1985, p. 145).

Como se vê, para Rossi-Landi, a ideologia não só se constitui pela linguagem, como também define um modo de ser desta.

Outro autor que toma o discurso como espaço de realização da ideologia é Michel Pêcheux. Inspirado em Althusser, esse autor concebe a ideologia (ou “formação ideológica”, como prefere chamar) como um conjunto de atitudes e representações referentes a posições de classes. Como Althusser (2001), ele entende que a ideologia tem uma existência material, isto é, ela se realiza por atos e representações concretos, e não de modo ideal ou espiritual. Para os dois autores, a ideologia tem a função de assegurar a dominação de classe por meio

da reprodução das relações de produção. Ela realiza tal operação chamando os indivíduos a se posicionarem, a ocuparem o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas) antagonistas no modo de produção. Assim, por exemplo, na escola, aparelho ideológico sumamente importante na formação social capitalista, o indivíduo adquire um conjunto de conhecimentos e práticas que irão habilitá-lo a desempenhar “conscienciosamente” a tarefa quer de explorado, de proletário, quer de explorador, de capitalista. Esse conjunto de conhecimentos e práticas somados aos atos, símbolos e comportamentos relacionados ao modo de ser escolar constitui uma formação ideológica de determinado tipo. O que Pêcheux acrescenta em relação a Althusser é a postulação de que o discurso é a materialidade mais importante do conjunto da materialidade ideológica. Em uma dada conjuntura histórica, uma formação ideológica como a escolar, por exemplo, “comportaria uma ou várias formações discursivas que determinariam o que pode e deve ser dito sob a forma de arenga, sermão, aula, texto didático, redação etc.” (PÊCHEUX; FUCHS, 1987, p. 166).

Tentando inserir Pêcheux e Rossi-Landi na polêmica linguagem/classe social/ideologia, citada anteriormente, podemos dizer que Pêcheux contribui para a discussão afirmando que, se as diversas classes que compõem a sociedade falam a mesma língua, o certo é que elas não falam o mesmo discurso, tendo em vista que este é determinado ideologicamente em função da posição social do falante e de outros elementos que compõem as condições de produção de seu discurso.

Rossi-Landi, por sua vez, postula que a linguagem em seu nível elaborado (discurso) é o instrumento do planejamento social de classe: logo, o discurso não tem nem produção nem audiência universais. Falando, o falante trabalha ideologicamente por um projeto social explícito ou implícito que pode ser conservador ou revolucionário. Assim agindo, ele se insere em um lugar no sistema social ou reitera uma posição que ele já ocupa. O receptor, por sua vez, não ouve o que quer, nem exatamente o que o falante quer que ele ouça. Sua recepção é, da mesma forma, determinada ideologicamente. Portanto, a ideia de que a linguagem serve à sociedade como um todo indiferentemente é pura abstração. Essa tese é,

ela própria, ideológica, no sentido em que procura ocultar as reais contradições existentes nos processos linguístico-interacionais da sociedade.

Muitos outros autores marxistas tematizaram a questão linguagem-ideologia, bem como as demais questões tratadas neste tópico. Se não foram citados ou não tiveram destaque, é porque nosso objetivo se limitou a mostrar, de forma muito geral, o quadro teórico no qual autores representativos abordam a linguagem. No caso específico da relação com a ideologia, esse procedimento é particularmente forçoso. Não só tal conceito tem sentidos assaz diversificados, como praticamente cada autor pensa a relação entre os dois fenômenos de forma diferente dos demais. Este fato torna um estudo mais detalhado extremamente extenso, o que, evidentemente, não comportaria no espaço deste trabalho. O importante é ficar registrado que, de uma forma ou de outra, num ou noutro sentido, a imbricação entre linguagem e ideologia é enfatizada pela teoria marxista. Talvez seja este posicionamento que marque a diferença radical entre tal concepção e as teorias linguísticas de orientação positivista.

## Linguagem como fenômeno histórico

A teoria marxista encara a linguagem como um fenômeno puramente histórico, diferentemente das posições sistêmicas, estaticistas, para as quais a língua é uma totalidade abstrata, um sistema atemporal, inerte, em que as partes ocupam uma posição fixa e vazia num todo inalterável. Segundo essa concepção, a relação entre as partes da língua é uma relação de identidade e oposição formal em que cada uma se define pela exclusão de todas as outras. Isto é, *a é a* porque não é *b*, não é *c*, não é *d* etc. O movimento evolutivo desses elementos é externo e mecânico, ou seja, determinado bruscamente e casualmente por uma causa externa: a fala. Essa evolução determina, por sua vez, a configuração do sistema, cuja estrutura, porém, continua sempre a mesma.

O materialismo histórico e dialético tem uma posição diferente. Conforme foi dito, ele prefere tomar a linguagem como totalidade concreta parcial, isto é, como “um todo que possui sua própria estrutura (e que, portanto, não é caótico, ou o é só na aparência), que se desenvolve

(e, portanto, não é imutável nem dado de uma vez por todas), que se vai criando (e que, portanto, não é mutável apenas em suas partes isoladas, na maneira de ordená-las) (KOSIK, 1986, p. 36), inserida indissolivelmente em uma totalidade histórico-social igualmente aberta.

Para o materialismo histórico, a evolução da linguagem, inclusive de seus níveis de totalidades parciais de caráter objetivado (fonológico, morfológico etc.), dá-se por meio de uma conjugação dialética de um movimento interno, que provém de seus próprios fatos e fenômenos, com um movimento externo, que os envolve no devir universal (LEFEBVRE, 1987). Assim, o movimento histórico da linguagem ou da língua não é uma sucessão contínua de fatos no tempo, nem uma sucessão mecânica de causas e efeitos. O materialismo postula que a história da linguagem, assim como a história em geral, é um movimento resultante do trabalho (linguístico) dos homens (práxis) em seus diversos estágios de organização social. Este trabalho se dá justamente na interação: “*a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes*” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1988, p. 124, grifos do autor).

Trata-se de um trabalho sobre formas passadas, que toma já-ditos como referência dialógica (o que é dito sempre é uma resposta ou continuidade de discursos passados); sobre enunciações presentes, que interage com discursos *in presentia* (quer em situações conversacionais, quer em outras formas de interação institucional, como manifestações políticas ou discurso de sala de aula, quer na forma escrita que é ativada no momento da leitura); e sobre discursos futuros, que antecipa possíveis respostas, precavendo-se, por intermédio de mecanismos argumentativos vários, de prováveis vias de desconstrução pelo outro. Enfim, “*a língua constitui um processo de evolução ininterrupto, que se realiza através da interação verbal dos locutores*” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1988, p. 127).

Portanto, enquanto imersa em um contexto sócio-histórico, a linguagem evolui em estreita relação (dialética, e não mecânica) com as relações sociais: “*as relações sociais evoluem (em função das infraestruturas), depois a comunicação e a interação verbais evoluem no quadro*

das relações sociais, as formas dos atos de fala evoluem em consequência da interação verbal, e o processo de evolução reflete-se, enfim, na mudança das formas da língua” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1988, p. 127).

Contudo, é preciso lembrar que, quando se fala em história da língua, não se está pensando em *diacronia*, do modo como pensavam os linguistas históricos, os quais, conforme argumenta Bakhtin/Volochínov (1988, p. 28), dotam a forma linguística de uma substância própria, tornam-na um elemento isolável, capaz de assumir uma existência histórica separada, independente, isolada tanto do contexto social de produção, quanto do “sistema da língua”, transformada numa coisa situada fora do domínio da ideologia, fazendo parte do mundo dos objetos técnicos. Dessa forma, a história da língua humana perde o caráter de história da cultura humana e passa a funcionar como a história das coisas, ou seja, torna-se evolução, diacronia.

Assim, a história da língua torna-se a história das formas lingüísticas separadas (fonética, morfologia etc.) que se desenvolvem independentemente do sistema como um todo e sem qualquer referência à enunciação concreta. A propósito da história da língua tal como a concebe o objetivismo abstrato, Vossler, com razão, diz o seguinte: “Pode-se comparar grosseiramente a história da língua [...] com a história do vestuário: essa última não é um reflexo da concepção de mundo ou do gosto de uma época; ela fornece-nos listas cronológica e geograficamente ordenadas de botões, alfinetes, chapéus e fitas. [...] esses botões e essas cifras chamam-se, por exemplo, /e/ aberto e fechado, /t/ surdo ou /d/ sonoro etc.” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1988, p. 106).

## Conclusão

Como se deve ter notado, as cinco características consideradas fundantes do fenômeno linguístico pela concepção marxista estão em relação indissociável. Nenhum aspecto pode ser ignorado, nem tampouco menosprezado em função de outro. Esta visão é incompatível com o reducionismo operado pelos estruturalismos de todos os matizes. Desse modo, o falante aqui não é considerado o terminal de execução do sistema sociolinguístico nem da gramática inata. O falante e sua

fala são sínteses particulares de múltiplas determinações. A fala é social, e aprender a falar não é simplesmente aprender a usar uma técnica combinatória. Aprender a falar é construir, interagindo com os outros, um espaço de significação do ser, de suas práticas cotidianas (políticas, econômicas, ideológicas etc.). Ao se organizar socialmente, esse espaço se intersecciona com o espaço dos outros e de acordo com as práticas e ideologias que se inter-relacionam na formação social. Ademais, ao mesmo tempo em que esse espaço é trabalhado em cotejo com espaços já-construídos, ele mesmo se constitui como espaço já-construído com o qual se confrontarão discursos futuros, constituindo-se, portanto, como intrinsecamente histórico.



## A CRÍTICA DA LINGUAGEM COMO ESTRUTURA

**D**uas vigorosas vertentes teóricas dominaram a Linguística no século XX: o Estruturalismo e o Gerativismo Transformacional. Ambas fazem parte, na verdade, de uma mesma concepção filosófica: o estruturalismo.<sup>13</sup> Antes de descrever a primeira vertente e expor a crítica que os marxistas fazem a ela, é importante compreender o contexto histórico e filosófico que engendrou o Estruturalismo linguístico.

Sabe-se que, desde o século XVIII, existe a preocupação em encontrar um método capaz de estudar objetivamente os fatos sociais (LÖWY, 1987). Em sua luta contra o obscurantismo medieval e os dogmas da doutrina social e da política feudal que ainda prevaleciam nos meios culturais, os intelectuais burgueses desse século estavam empenhados em libertar a pesquisa social dos interesses e paixões das classes dominantes da época. Para eles, a tendenciosidade com que os fatos sociais eram estudados entravava o desenvolvimento do conhecimento social. Para evitar isso, era necessária a criação de uma ciência da sociedade tão imune à interferência de preconceitos e ideologias

---

<sup>13</sup> Grafaremos Estruturalismo (com inicial maiúscula) para designar a teoria linguística concebida na Europa por Ferdinand de Saussure e continuadores (Hjelmslev, Martinet etc.) e nos Estados Unidos por Leonard Bloomfield e Kenneth Pike. Grafaremos estruturalismo (com inicial minúscula) para o nome da teoria filosófica que influenciou não só a Linguística, mas também todas as ciências sociais.

quanto a Física e a Matemática. A primeira tentativa de realizar esse projeto optou por tomar de empréstimo os métodos de investigação próprios às chamadas ciências da natureza (Química, Física, Biologia etc.).

Como reflexo desse naturalismo positivista, a Linguística surge, no século XIX, aplicando os métodos da Biologia (biologismo) e da Física (fiscalismo). Utiliza, então, métodos comparativos destinados a descobrir afinidades e parentescos entre idiomas como se estes fossem organismos vivos.

Outra corrente teórica contemporânea e hostil ao positivismo, que teve influência decisiva na Linguística dessa época, foi o historicismo ou romantismo. De origem alemã, o historicismo surge, enquanto movimento filosófico, como reação conservadora à filosofia do Iluminismo (filosofia que deu origem à concepção positivista) e, enquanto movimento político, como reação conservadora à Revolução Francesa. Nostálgico do passado pré-capitalista, das instituições medievais, o historicismo defende a tese da historicidade de todo fenômeno cultural, social ou político. Sendo assim, eles não poderiam ser compreendidos senão através do estudo de suas origens.

Esse romantismo, de caráter idealista, determinou o surgimento dos métodos etimológicos e históricos na Linguística. Ou seja, a Linguística deveria se preocupar, predominantemente, em estudar línguas antigas (latim, sânscrito, grego etc.) a fim de descobrir uma possível língua original da qual se teriam originado todas as outras línguas.

O pensamento científico sobre a linguagem foi marcado pelo conflito entre essas duas posições, prevalecendo o objetivismo positivista não historicista, concretizado pela corrente do Estruturalismo linguístico.

## **O Estruturalismo linguístico**

O Estruturalismo linguístico é, portanto, a síntese da oposição dialética entre o positivismo empirista e o romantismo idealista historicista (CÂMARA JÚNIOR, s/d). É o suíço Ferdinand de Saussure o grande responsável pela realização dessa síntese, exposta em seu livro, de publicação póstuma, *Curso de linguística geral* (SAUSSURE,

2000).<sup>14</sup> Do primeiro, ele recusa a aplicação mecânica dos métodos das ciências da natureza para o estudo da linguagem, postulando a necessidade de um método que desse conta da especificidade do fenômeno linguístico. No entanto, a ideia de conceber a língua como objeto do conhecimento científico, como algo que poderia ser dissecado ou anatomizado como uma planta ou um animal, separado do estudo filosófico, hermenêutico, estético etc. e de outros fenômenos interligados (o pensamento, o ser, o conhecimento, a cultura etc.), foi reaproveitada. Também a concepção da objetividade do conhecimento de um objeto humano e social foi plenamente aceita como princípio metodológico. Além disso, foi absorvida pelo Estruturalismo de Saussure a postulação do estudo dos estados de língua, isto é, da investigação da língua como modelo formal recortado sincronicamente.

Do romantismo, Saussure rejeita a ideia de que a ciência linguística deveria basear-se exclusivamente na continuidade histórica das línguas e analisar sua evolução histórica, pondo em pauta a necessidade de um estudo sincrônico. Aceita, no entanto, a asserção de que existem diferenças fundamentais entre os fatos naturais e os fatos históricos e, conseqüentemente, entre as ciências que os estudam. Logo, corrobora a tese de que a língua, enquanto fato social, pertence

---

<sup>14</sup> As pesquisas contemporâneas têm descoberto novas dimensões do pensamento de Ferdinand de Saussure (cf. BOUQUET, 2000). Hoje já é consenso se falar de, pelo menos, “quatro Saussures”: o jovem Saussure linguista histórico, que publicou aos 20 anos um tratado sobre o sistema de vogais das línguas indo-europeias; o Saussure dos anagramas, que pesquisou anagramas poéticos dos poetas latinos, entre os anos de 1906 a 1909; o Saussure acadêmico, professor da Universidade de Genebra, institucionalizado em um ambiente acadêmico dominado pela perspectiva epistemológica com a qual rompe, tendo que apresentar uma postura de segurança e conhecimentos acabados; o Saussure dos manuscritos não publicados, pensador profundo, interessado em problemas filosóficos relativos à ciência e que se mostra mais reflexivo, apresentando mais perguntas e hipóteses do que resultados. Todos esses perfis seriam divergentes do Saussure que se apresenta no *Cours de Linguistique Générale*, livro que consiste, na verdade, em uma compilação e síntese de notas de aula e anotações de alunos de um curso ministrado na referida universidade entre 1907 e 1911 e que foi publicado em 1916, três anos após sua morte, por seus colegas Charles Bally e Albert Sechehaye. É este Saussure do *Cours* que vai influenciar praticamente todo o pensamento linguístico do Ocidente, seja as correntes que procuraram desenvolver sua perspectiva, seja os pontos de vista que se constituíram em contraposição a ele, seja as que buscaram um meio termo. É, portanto, o pensamento exposto nesse livro que está sendo debatido aqui.

aos fatos históricos, tendo que ser estudada por uma ciência social própria e autônoma. Mais especificamente, assimila a ideia da existência de leis de transformação dos signos (ainda que distintas das leis de seu funcionamento sincrônico), da língua como instituição social e do caráter arbitrário dos signos – teses defendidas por linguistas historicistas que o precederam.

Enfim, o Estruturalismo de Saussure consistiu na tentativa pioneira e mais bem-sucedida de construir um método próprio para uma ciência social. Durante décadas, a Linguística chegou mesmo a se confundir com o Estruturalismo e a ser considerada “ciência piloto” de todas as ciências humanas. O método estruturalista chegou a influenciar, inclusive, o próprio marxismo, instaurando um paradoxo de uma concepção histórica a-histórica. No nosso entender, trata-se de concepções radicalmente opostas tanto metodologicamente quanto ideologicamente. Neste livro, cabe-nos mostrar isso no âmbito das teorias da linguagem, a partir da crítica de pensadores marxistas à matriz estruturalista de Ferdinand de Saussure.

Para tanto, o Estruturalismo saussureano será abordado em dois aspectos: o teórico, que tratará de questões “internas” (método, categorias, objeto etc.), e o ideológico, que tratará dos valores, concepções de mundo, de ciência etc. presentes implícita ou explicitamente na teoria de Saussure.

## A teoria saussuriana da linguagem

A concepção de linguagem de Saussure é inseparável de duas questões: o ponto de vista da observação e o método. Com efeito, se a linguagem é, como ele afirma, “multiforme e heteróclita; cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica” (SAUSSURE, 2000, p. 17), pertencente, além disso, tanto ao domínio social quanto ao individual, era necessário eleger, dentre os diversos fatos que o fenômeno linguístico envolve, um que fosse suscetível à classificação, categorização e análise que uma postura científica exigia. Este fato é a língua (*langue*), que seria o objeto primeiro de uma ciência própria: a Linguística.

Mas o que seria a língua no entender de Saussure? Seria o sistema de formas fonéticas, gramaticais e lexicais de uma língua, que teria as seguintes características fundamentais:

1. A língua opõe-se à fala (*parole*). Esta é a dimensão individual da linguagem e envolve tanto “as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal”, como “o mecanismo psicofisiológico que lhe permite exteriorizar essas combinações” (SAUSSURE, 2000, p. 22). É por meio da prática da fala que os indivíduos como um todo instituem a língua. Daí esta ser uma instituição social, isto é, uma espécie de contrato tácito estabelecido entre os membros de uma comunidade. No entanto, a língua não depende do indivíduo, que por si só não pode nem a criar nem a modificar, cabendo-lhe simplesmente compreender o seu funcionamento para utilizá-la e se comunicar com os outros. Do ponto de vista do sistema linguístico, os atos individuais não passam de simples refrações ou variações fortuitas, ou mesmo, de deformações das formas normativas da língua (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1988). Não têm interesse, por isso, para a Linguística (ou, no máximo, teriam secundariamente, em seu aspecto psicofísico), em virtude de seu caráter, por natureza, incoerente, instável, sujeito às vontades individuais, conseqüentemente, inapreensível por qualquer abordagem científica.

2. A língua é um sistema de valores. Os componentes de um sistema linguístico não são entidades autônomas, mas se definem por suas relações com os outros membros do sistema. Para explicar este princípio, Saussure compara a língua com o jogo de xadrez. No xadrez, assim como na língua, as unidades básicas (peças) possuem identidades em função das diferenças de valor que cada uma possui em relação às outras, e não devido a suas propriedades físicas. Assim, é possível substituir qualquer peça por outro objeto qualquer, desde que se lhe atribua o mesmo valor da peça que foi substituída. Poder-se-ia, então, no caso da língua, utilizar a forma “pato” em substituição à forma “bato” e vice-versa, contanto que ambas assumam suas devidas funções no sistema.

3. Isto leva imediatamente à questão da arbitrariedade do signo. Para Saussure, “o laço que une o significante ao significado”, isto é, “o signo linguístico”, é arbitrário (SAUSSURE, 2000, p. 81). Portanto, embora seja o signo uma unidade indissolúvel entre um conceito (significado) e sua representação sonora ou gráfica (significante), o elo que os une não é natural nem inevitável. Não há nada intrínseco ao significante ou ao significado que os faça compor um signo.

Em suma, exteriormente, um signo é um valor, algo que só se define em relação a outro signo; internamente, é uma relação, uma associação arbitrária de um conceito a uma imagem acústica. A língua é o sistema dos signos verbais.

Assim considerada, Saussure propõe que a língua seja estudada sob duas perspectivas independentes: a perspectiva sincrônica, relativa ao “eixo das simultaneidades, concernente às relações entre coisas existentes, de onde toda intervenção do tempo se exclui” (SAUSSURE, 2000, p. 95), e a perspectiva diacrônica, relativa ao “eixo das sucessões”, concernente à evolução das coisas no tempo.

Saussure concede maior importância à primeira perspectiva, para a qual deveria a Linguística fundamentalmente se voltar: “o aspecto sincrônico prevalece sobre o outro, pois, para a massa falante, ele constitui a verdadeira e única realidade. Também a constitui para o linguista: se este se coloca na perspectiva diacrônica, não é mais a língua o que percebe, mas uma série de acontecimentos que a modificam” (SAUSSURE, 2000, p. 106).

Como se pode notar, a língua, tal como foi definida por Saussure só pode ser apreendida por uma perspectiva sincrônica. Suas leis são próprias e desvinculadas das leis de sua evolução. Ela exigiria, portanto, uma ciência própria que se oporia a uma ciência da fala e a uma ciência da história da língua. Por outro lado, a língua se constitui como tal em função de ser tomada como objeto de um método. Daí que a Linguística estrutural toma a si própria como a Linguística e toma a linguagem em função de seu método, convertendo-a no objeto língua.

A concepção da linguagem do *Cours* marcou profundamente as ciências da linguagem, mas também suscitou críticas e reformulações

entre os próprios estruturalistas. Interessa-nos aqui a crítica do ponto de vista do materialismo histórico e dialético, que trazemos a seguir.

Para efeito de exposição, tomemos tal crítica em dois aspectos: o teórico, que abordará questões “internas” (método, categorias, objeto etc.), e o ideológico, que inferirá os valores, as implicações de ordem política, as concepções de mundo, de ciência e de linguagem presentes implícita ou explicitamente no estruturalismo saussuriano.

### *O objeto*

Para Marx, a questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é teórica, mas prática (MARX; ENGELS, 1987). Portanto, o primeiro passo da crítica ao Estruturalismo é questionar em que medida o objeto da Linguística saussuriana, o sistema da língua, conforma-se à realidade.

Para Bakhtin/Volochínov (1988), a língua como sistema de regras rígidas e imutáveis não existe nem do ponto de vista objetivo nem subjetivo. Isto é, se analisarmos por uma ótica objetiva, sem levar em conta as impressões da consciência individual subjetiva, a língua aparece não como um sistema sincrônico, mas como uma corrente em fluxo ininterrupto, em nenhum momento em equilíbrio. Por outro lado, do ponto de vista da consciência subjetiva do locutor, esta não percebe nem se utiliza da língua como um sistema de formas normativas:

Na realidade, o locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas (para o locutor, a construção da língua está orientada no sentido da enunciação da fala). [...] Para ele, o centro de gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na nova significação que essa forma adquire no contexto. O que importa não é o aspecto da forma lingüística que, em qualquer caso em que esta é utilizada, permanece sempre idêntico. Não; para o locutor o que importa é aquilo que permite que a forma lingüística figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta dada. Para o locutor, a forma lingüística não tem importância enquanto sinal estável e sempre igual a si mesmo, mas enquanto signo sempre variável e flexível. Este é o ponto de vista do locutor (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1988, p. 92-93).

Tampouco, do ponto de vista do receptor, a língua funciona como um sistema sincrônico:

O essencial na tarefa de descodificação não consiste em reconhecer a forma utilizada, mas em compreendê-la num contexto concreto preciso, compreender sua significação numa enunciação particular. Em suma, trata-se de perceber seu caráter de novidade e não somente de conformidade à norma. Em outros termos, o receptor, pertencente à mesma comunidade lingüística, também considera a forma lingüística utilizada como um signo variável e flexível e não como um signo imutável e sempre idêntico a si mesmo (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1988, p. 93).

Assim, para Bakhtin/Volochínov, na prática viva da língua, a consciência lingüística do locutor e do receptor nada tem a ver com um sistema abstrato de formas (a língua), mas apenas com a linguagem, no sentido de conjunto de contextos de uso de cada forma particular.

Segundo o autor, portanto, o objeto da Linguística saussuriana é abstrato. Ele é, na verdade, um constructo teórico resultante de uma análise que isola abstratamente elementos das unidades reais da cadeia verbal, das enunciações. Assim procedendo, essa análise esvazia o conteúdo ideológico do signo, imobiliza o processo verbal, reduz o fenômeno lingüístico a uma enunciação monológica, enfim, separa artificialmente os atos enunciativos de seus contextos lingüísticos reais. Daí Bakhtin/Volochínov denominar essa concepção de objetivismo abstrato (objetivismo porque, segundo ela, a língua é independente do sujeito falante, e abstrato porque considera o fenômeno lingüístico para além das situações reais de uso).

### *Categorias*

#### *O social e o individual; a língua e a fala*

As categorias de análise da língua assim considerada são igualmente inadequadas para captar o fenômeno lingüístico real. Começemos pelas categorias “social” e “individual”, as quais Saussure relaciona, respectivamente, à “língua” e à “fala”.

Augusto Ponzio (1974) observa que o modo de Saussure considerar o social é o mesmo adotado pelo sistema capitalista. Trata-se, portanto, de um modo burguês de conceber o social. Assim, o social é visto como aquilo que exerce sobre o indivíduo um constrangimento externo; não é função do sujeito, mas resultado passivo das práticas individuais. Ou seja, trata-se do social que é produto da socialização capitalista, assim descrita por Marx e Engels:

O poder social, isto é, a força produtiva multiplicada que nasce da cooperação de vários indivíduos exigida pela divisão do trabalho, aparece a estes indivíduos, porque sua cooperação não é voluntária, mas natural, não como seu próprio poder unificado, mas como uma força estranha situada fora deles, cuja origem e cujo destino ignoram, que não podem mais dominar e que, pelo contrário, percorre agora uma série particular de fases e de estágios de desenvolvimento, independente do querer e do agir dos homens e que, na verdade, dirige este querer e este agir (MARX; ENGELS, 1987, p. 49-50).

O social alienado do regime capitalista de produção é tomado, portanto, como o ser social.

Por sua vez, o individual que caracterizaria a fala é tomado como oposto ao social. Enquanto o social é “sofrido” pelos indivíduos, o individual é expressão de sua liberdade. Trata-se, aqui também, de tomar o individual do idealismo burguês. Na teoria da linguagem, como na sociedade burguesa, o indivíduo é concebido de forma ambígua. Na sociedade, a emancipação política conquistada pela revolução burguesa reduz o homem, de uma parte, a indivíduo egoísta independente – o homem em sua existência sensível, imediata, “o homem do mundo das necessidades, do trabalho, dos interesses particulares” (MARX; ENGELS, 1987, p. 197); de outra, a homem político – o *citoyen*, o homem abstrato, artificial, o homem como ser alegórico, moral. Na linguagem, o homem que fala pratica “um ato individual de vontade e inteligência” (SAUSSURE, 2000, p. 22), exprime seu pensamento pessoal. No entanto, é a fala que constitui e faz evoluir a língua. Porém, o falante, assim tomado, é o falante abstrato.

A fala, por esse aspecto, não passa da “soma do que as pessoas dizem” (SAUSSURE, 2000, p. 27).

Definindo a língua como produto social, da forma como o adjetivo social é concebido, Saussure torna-se incapaz de perceber que o falante e sua experiência privada são também produto social e que o que o indivíduo diz relaciona-se de maneira dialética com a produção linguística geral de sua comunidade. Noutras palavras, tomando a língua como abstratamente social e a fala como abstratamente individual, Saussure esquece que cada vez que um locutor, falante concreto, diz uma palavra, ele está colaborando para que a língua continue mantendo um determinado traço ou, inversamente, para que ela venha a modificar-se, ou ainda, para que ela continue mantendo duas variantes desse mesmo traço (POSSENTI, 1988). No entanto, esse falante, trabalhador de sua língua, não é um indivíduo em si mesmo, no sentido burguês e saussuriano do termo. Ele é, sim, um sujeito socialmente produzido, cuja enunciação é socialmente condicionada.

Cabe aqui, portanto, uma diferenciação entre as categorias de indivíduo e sujeito. O indivíduo é meramente um corpo humano vivo na sociedade, uma unidade de força de trabalho no sistema capitalista de produção. Já o sujeito ocupa uma posição ativa no contexto da produção social e material da sociedade. A linguagem é expressão de sua subjetividade a se confrontar ou a incorporar a expressão das outras subjetividades. É a totalidade dessas práticas linguísticas de sujeitos concretos que enunciam, ora individualmente, ora coletivamente, atos de fala, alguns mais, outros menos, mas todos marcados ideologicamente, visto que eles ocupam posições diversas na sociedade de classes. Tal totalidade, na realidade, constitui a linguagem. Nesse sentido é que se pode considerar a língua como social, isto é, como prática social, e não como ser social, falas individuais associadas que se fundem ou se somam.

Em suma, como afirma Bakhtin/Volochínov (1988), a tese fundamental de Saussure, que postula que a língua se opõe à fala como o social ao individual, sendo a língua o absolutamente social e a fala o absolutamente individual, consiste no *proton pseudos* (a primeira mentira) do objetivismo abstrato.

## *História e sistema*

É fato que a teoria saussuriana reconhece a radical historicidade da língua (CULLER, 1979). Por sua vez, sabe-se que a teoria marxista da linguagem afirma que a língua é um fenômeno puramente histórico. Haverá neste ponto um consenso entre as duas teorias que até então temos mostrado como antagônicas? É evidente que não. Entretanto, isto não será compreendido se não tivermos clara a concepção de história que cada uma utiliza.

A respeito da história, a concepção estruturalista incorre em duas contradições fundamentais. Primeiramente, o reconhecimento da historicidade da linguagem serve como argumento para uma abordagem a-histórica da mesma. Em segundo lugar, um pensamento de fundo racionalista acaba por conceber a história como uma força irracional.

Tais contradições são inseparáveis. Saussure opõe rigorosamente sincronia à diacronia (é sintomático que ele não use o termo história).<sup>15</sup> Isto é, a história é um domínio irracional que rompe a pureza lógica do sistema sincrônico da língua (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1988). É a prática da fala que faz a história da língua, e como a fala é, para Saussure, um domínio “dependente da vontade dos indivíduos que a falam”, por conseguinte, incoerente e alógica, a história da língua é a história das transgressões, dos acidentes, dos erros dos falantes.

No entanto, tal concepção de história é perfeitamente coerente com a concepção de língua de Saussure e tem sua origem nas próprias condições históricas que a gestaram.

Desde sua origem, a reflexão linguística é marcada pela necessidade metodológica do estudo das línguas mortas que se conservaram em

---

<sup>15</sup> “Diachronie” em vez de “histoire”: “Les deux parties de la linguistique, ainsi délimitées, feront successivement l'objet de notre étude. La *linguistique synchronique* s'occupera des rapports logiques et psychologiques reliant des termes coexistants et formant système, tels qu'ils sont aperçus par la même conscience collective. La *linguistique diachronique* étudiera au contraire les rapports reliant des termes successifs non aperçus par une même conscience collective, et qui se substituent les uns aux autres sans former système entre eux” (SAUSSURE, 1971, p. 140).

documentos escritos. Como afirma Bakhtin/Volochínov, “a lingüística elaborou seus métodos e categorias trabalhando com monólogos mortos, ou melhor, com um *corpus* de enunciações desse tipo, cujo único ponto comum é o uso da mesma língua” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1988, p. 28). Quando se procura interpretar um texto em língua morta, é necessária uma metodologia que dispense o conhecimento de como falava o povo a que pertencia essa língua. Não importa a história dessa língua ou do seu uso, mas o seu funcionamento.

Tal concepção reduz, então, a língua a um “sistema de formas”, sendo “históricas” as substâncias dessas formas, mas não o “sistema”, que é estável e imutável.

Assim, como argumenta Bakhtin/Volochínov (1988), o objetivismo abstrato dota a forma lingüística de uma substância própria, torna-a um elemento realmente isolável, capaz de assumir uma existência histórica separada, independente, enquanto que ao sistema é negado o direito ao desenvolvimento histórico. Isolada desse modo, tanto do contexto social de produção, quanto do “sistema da língua”, a forma se transforma em puro sinal, isto é, numa coisa situada fora do domínio da ideologia, fazendo parte do mundo dos objetos técnicos. Logo, a história da língua humana perde o caráter de História da cultura humana e passa a funcionar como a história das coisas, ou seja, torna-se evolução, diacronia.

Assim, a história da língua torna-se a história das formas lingüísticas separadas (fonética, morfologia, etc.) que se desenvolvem independentemente do sistema como um todo e sem qualquer referência à enunciação concreta. A propósito da história da língua tal como a concebe o objetivismo abstrato, Vossler, com razão, diz o seguinte: “Pode-se comparar grosseiramente a história da língua [...] com a história do vestuário: essa última não é um reflexo da concepção de mundo ou do gosto de uma época; ela fornece-nos listas cronológica e geograficamente ordenadas de botões, alfinetes, chapéus e fitas. [...] esses botões e essas cifras chamam-se, por exemplo, /e/ aberto e fechado, /t/ surdo ou /d/ sonoro, etc.” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1988, p. 106).

## Problemas epistemológicos

Dissemos anteriormente que o estruturalismo se opunha ao positivismo por recusar uma aplicação mecânica dos métodos das ciências naturais ao estudo da linguagem e que, neste ponto, ele estaria de acordo com o historicismo idealista ao postular um método próprio para um objeto que ele tinha como social, da esfera das ciências humanas.

Pode-se perceber agora que o que efetivamente o Estruturalismo linguístico fez foi reduzir o objeto linguagem, ou melhor, tomar a linguagem apenas em sua dimensão objetivada. Desse modo, ele permanece positivista, pois seu objeto não é verdadeiramente histórico. Seu positivismo está justamente em reduzir um fenômeno histórico-social a um fenômeno histórico-natural.

Do ponto de vista do materialismo histórico, tais contradições devem-se a uma série de equívocos cometidos pelo Estruturalismo, dentre os quais se destacam:

*- A redução do objeto a pretexto de satisfazer uma exigência metodológica*

Vimos que, de sua parte, o materialismo histórico concebe o real como totalidade concreta (KOSIK, 1986). Não se trata de subordinar o real a um princípio epistemológico ou a uma exigência metodológica, mas de apreendê-lo em sua concreticidade. Tampouco se trata de um método que pretenda ingenuamente conhecer todos os aspectos da realidade, sem exceções, e oferecer um quadro “total” da realidade, na infinidade de seus aspectos e propriedades; trata-se, ao contrário, de partir da realidade e do conhecimento que dela se tenha como realidade (KOSIK, 1986). Não se trata, portanto, a exemplo do procedimento de Saussure, de buscar dentro do real caótico (a linguagem) uma subtotalidade estrutural (a língua). Ora, a linguagem, como parte de uma totalidade, é ela mesma uma subtotalidade cujas partes relacionam-se dialeticamente e cuja estruturalidade cabe ao cientista pesquisar, não como uma imanência, mas como resultado de forças decorrentes das ações dos falantes.

- *O esvaziamento do todo em relação às partes opondo a imutabilidade daquele à historicidade daquelas*

A totalidade parcial da língua concebida pelo Estruturalismo é uma totalidade abstrata, intemporal, inerte, na qual as partes ocupam uma posição fixa num todo inalterável. Como dissemos anteriormente, na perspectiva estrutural, a relação entre as partes é uma relação de identidade e oposição formal em que cada uma se define pela exclusão de todas as outras: *a* é *a* porque não é *b*, não é *c*, não é *d* etc. A mudança da relação entre esses elementos é um movimento externo e mecânico, ou seja, determinado bruscamente e casualmente por uma causa externa: a fala. A configuração do sistema, no entanto, continua sempre a mesma.

Para o materialismo histórico e dialético, uma totalidade concreta (não esvaziada) é determinada pela interação de contradições que formam a unidade. Assim, em *a* está *não a*, isto é, *a* é ao mesmo tempo *a* e *não a*. Noutras palavras, cada elemento contém em si o germe de sua destruição, a sua negação. A luta desses contrários conduz à destruição de *a*, o que não é senão a sua superação, pois não levará a *b*, mas a *a'*, quer dizer, a um novo elemento que manterá traços essenciais do antigo. Além disso, *a* mantém relações recíprocas com os demais elementos do conjunto, de modo que sua mudança contribui para a modificação do conjunto. O acúmulo de alterações nas partes que compõem o todo determina a crise do conjunto, o que acarreta a transformação qualitativa da totalidade. Tanto o movimento de conservação no interior das partes, como o processo lento de alterações dão a impressão de estabilidade da totalidade, o que permite que esta seja estudada como uma estrutura. No entanto, ao contrário do estruturalismo, que busca analisar no real o imóvel, o equilíbrio, o estável, o método dialético “busca penetrar – sob as aparências da estabilidade e de equilíbrio – naquilo que já tende para o seu fim e naquilo que já anuncia seu nascimento. Busca, portanto, o movimento profundo (essencial) que se oculta sob o movimento superficial” (LEFEBVRE, 1987, p. 238). É apenas este movimento superficial que o estruturalismo é capaz de captar, pois que o verdadeiro movimento, o movimento dialético da totalidade lhe escapa. Falta a ele perceber a gênese, o desenvolvimento e a transformação do todo, o movimento dialético de estruturação e desestruturação do todo.

- *A concepção de uma totalidade fechada (a língua)  
à parte e independente de uma totalidade  
considerada caótica (a linguagem)*

Para o materialismo histórico e dialético, nada é isolado. “Isolar um fato, um fenômeno, e depois conservá-lo nesse isolamento, é privá-lo de sentido, de conteúdo, e imobilizá-lo artificialmente, matá-lo” (LEFEBVRE, 1987, p. 238). Não que o ato de isolamento não seja necessário para o conhecimento científico. O materialismo dialético não nega que a metodologia científica deva arrancar os fatos do contexto originário. No entanto, ele entende que os fatos são partes de uma totalidade concreta e que só no interior dela eles adquirem sentido. Tal separação, portanto, é apenas um primeiro momento de um movimento de pensamento que deve voltar ao concreto, ou seja, reinsserir o fato isolado na totalidade complexa. O equívoco do Estruturalismo é abstrair e permanecer na abstração. Em suma, o que efetivamente o Estruturalismo realiza é uma operação que, inicialmente, nega ao real o *status* de totalidade concreta, em seguida e em consequência, armado de princípios metodológicos, constrói abstratamente seu objeto, permanecendo na abstração. Daí resulta que seu objeto é uma totalidade fechada, pretende esgotar o real considerado sistemático; vazia, “despreza a riqueza do real, isto é, a sua contraditoriedade e multiplicidade, para levar em conta apenas aqueles fatos que estão de acordo com o princípio abstrato” (KOSIK, 1986, p. 49); abstrata e estática, estrutura imutável e em equilíbrio.

*Valor (a arbitrariedade do signo)*

Vimos que a noção de valor em Saussure é fundante de sua concepção de língua e de sua semântica. Tal noção é a mesma que é utilizada pela economia política, conforme esclarece o próprio Saussure: “como em Economia Política, estamos perante a noção de valor; nas duas ciências, trata-se de um sistema de equivalência entre coisas de ordem diferentes: numa, um trabalho e um salário; noutra, um significado e um significante” (SAUSSURE, 2000, p. 95).

Os signos, além de suporem um sistema interno de equivalência, também fazem parte do sistema de equivalência que é a língua. Assim, “mesmo fora da língua, todos os valores parecem estar regidos por esse princípio paradoxal. Eles são sempre constituídos: 1º por uma coisa dessemelhante, suscetível de ser trocada por outra cujo valor resta determinar; 2º por coisas dessemelhantes que se podem comparar com aquela cujo valor está em causa” (SAUSSURE, 2000, p. 95).

O valor linguístico é, pois, da mesma forma que o valor de troca em Economia Política, determinado por uma troca no interior do signo e por uma troca entre esse signo e outros signos dentro do sistema linguístico (PONZIO, 1974).

Ponzio (1974) observa que a categoria valor, tal como é empregada por Saussure, é a mesma utilizada pela Economia Política burguesa. Esta pretende estudar a mercadoria pela análise de suas relações de troca, prescindindo da investigação das relações de produção. Com efeito, as mercadorias aparecem para os homens como se fossem dotadas de vida própria. Elas, que não passam de frutos de determinada relação social entre os homens, aparecem para os próprios homens como figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. É o que Marx (1988) chama de “caráter fetichista da mercadoria”, decorrente de um modo social peculiar de produção. É a partir dessa forma fetichizada da mercadoria que a Economia Política burguesa analisa o valor, e é por isso que jamais se pergunta por que tal forma oculta determinado conteúdo, por que, portanto, o trabalho se oculta pelo valor de seu produto (MARX, 1988).

Analogamente, para Ponzio (1974), Saussure, empregando em relação à linguagem a categoria valor de troca, concebe o valor linguístico de uma palavra como sua posição dentro da língua, isto é, como determinado pela troca significado-significante que se realiza no signo pela sua relação com as demais palavras, da mesma forma que o valor da mercadoria, em sua forma fenomênica, expressa-se na troca com o dinheiro e com as outras mercadorias dentro do mercado. Ignorando que as relações que as palavras assumem entre si não passam de expressão de uma relação entre o trabalho dos falantes, Saussure permanece, então, no nível fetichizado dos signos linguísticos.

Isto se dá não somente por uma compreensão ou interpretação deformada do processo real de comunicação, mas também porque o caráter fetichista é próprio de tal processo na forma como ele se realiza no sistema de produção linguística da sociedade burguesa (PONZIO, 1974).

Saussure não percebe que os signos verbais são trocáveis uns pelos outros dentro de uma língua e entre línguas porque têm todos em comum a qualidade de ser produto de trabalho humano linguístico, porque têm em comum uma “substância social”.

Assim também, com respeito à relação de câmbio interno do signo (significante-significado), Saussure permanece no reino das aparências ao afirmar o seu caráter arbitrário. Vimos que, para ele, os signos linguísticos seriam arbitrários porque a relação significante-significado não é determinada por um vínculo natural. A teoria da natureza arbitrária do signo se baseia, pois, sobre o pressuposto de que o que não é natural é arbitrário. Para Ponzio (1974), porém, admitir que qualquer significado, dado que está vinculado em uma língua com determinado significante e em outra língua com um significante distinto, possa ser representado por qualquer significante, é admitir a existência de significados fora do linguístico. Para Ponzio, então, a relação de um significante a um significado não é casual porque produto de um trabalho linguístico. Trata-se do resultado de um processo histórico-social, de um trabalho social de muitos anos de determinada comunidade linguística.

Se existe um significado que pode ser expresso por significantes distintos de línguas distintas, é porque tais línguas são expressão de um mesmo sistema de produção linguística e de produção econômica; ou então porque – ainda que pertençam a línguas e sistemas sociais distintos – os signos com significado comum não pertencem a eles de maneira específica, não caracterizam sistemas de produção linguística diferentes, não são palavras-chave que evidenciam a estrutura social de um estado de língua determinado.

O que ocorre é que Saussure toma como exemplos, para demonstrar a arbitrariedade do signo, justamente palavras que não são típicas de sistemas sociais específicos – tais como cavalo, árvore etc. Tal tese é insustentável quando se pensa em signos como “democracia”, “justiça”, “trabalho”, “família”, “social”, “propriedade” etc.

Em resumo, Saussure não consegue ultrapassar as aparências do fenômeno da significação e, tal como a economia política burguesa, mantém-se no mundo fetichizado das coisas. A teoria da arbitrariedade do signo é apenas um dos exemplos da ilusão daí resultante. A relação significante-significado não é arbitrária nem natural, ela é histórico-social, pois, assim como os fatores do processo interativo-comunicacional, ela resulta de trabalho linguístico. Ela é, enfim, histórica e socialmente motivada.<sup>16</sup>

### A ideologia estruturalista

A partir do que foi exposto, é possível depreender que, por mais neutras que possam aparentar as reflexões de Saussure, subjaz a estas uma ideologia que reflete as ideias dominantes do capitalismo da passagem do século.

Podemos identificar traços dessa ideologia se analisarmos as teorias de fundo, anteriores e contemporâneas a Saussure e que influenciaram o seu pensamento.

Já foi demonstrado o parentesco entre as ideias de Saussure e as do sociólogo francês Émile Durkheim (CULLER, 1979). A proposta epistemológica de Durkheim consiste em que o estudo científico dos fatos sociais não pode estar fundado em nenhum juízo de valor. O pesquisador deve esforçar-se por chegar à imagem adequada dos fatos evitando toda deformação provocada por suas antipatias ou simpatias pessoais (GOLDMANN, 1978). Os fatos sociais devem, então, ser estudados como “coisas”, “de fora”. A despeito dessa postulação, a sua obra revela-se notadamente parcial e conservadora, deixando transparecer claramente uma ideologia que valoriza a ordem social existente. Um exemplo é o modo como Durkheim define as formas “normais” da vida social. Para ele, elas são gerais em toda extensão da espécie,

---

<sup>16</sup> Contemporaneamente, trata-se de uma questão vital para os movimentos de defesa identitária de minorias sociais, como o LGBT e o negro: não é absolutamente indiferente para esses movimentos usar uma ou outra palavra para denominar suas identidades. Não dá no mesmo, por exemplo, usar as denominações “lésbica” e “sapatão” ou “gay” e “veado”.

sendo encontradas, se não em todos os indivíduos, pelo menos na maior parte deles (GOLDMANN, 1978). O que fugiria às “normas da vida social” seria o crime, ao qual, universalmente, parte da sociedade reage com a punição. A tendência que as sociedades e os indivíduos teriam para instituir e aceitar as normas, bem como para punir os seus desvios, seria explicada a partir da coerção social e do “amor natural às instituições”. Conforme Durkheim, “As instituições nos coagem e nós temos vantagens no seu funcionamento e nessa própria coação” (GOLDMANN, 1978, p. 31).

Percebe-se claramente a ideologia conservadora que se revela nessa teoria. Ela identifica o estabelecido com o normal, além de encobrir as relações de exploração e dominação de classe existentes na sociedade, esquecendo-se (ou omitindo) que as normas nela estabelecidas são instituídas conforme os interesses da classe dominante.

Embora a perspectiva conservadora da sociologia de Durkheim e sua proposta epistemológica aparentem estar em contradição, o fato é que elas são, na verdade, perfeitamente coerentes. A sua proposta epistemológica carrega, no fundo, uma ideologia da neutralidade científica que tem por objetivo isentar o pesquisador social de um posicionamento diante de uma sociedade conflituosa. Ela representa, por outro lado, o não reconhecimento da diferença de natureza entre a realidade social e a realidade natural, caracterizando justamente o que se chama de positivismo, corrente filosófica dominante na ciência social burguesa.

Isto posto, cremos que fica claro que o Estruturalismo de Saussure herda a mesma postura epistemológica, categoria de social e, consequentemente, a mesma ideologia de Durkheim. Neste, a ordem social é valorizada, seus conflitos são eludidos, e o fenômeno da subversão é encarado como uma “anormalidade”. Naquele, a sociedade é destituída de conflitos, de relações de poder. Ela é simplesmente o contrário do indivíduo, ou ainda, a soma dos indivíduos que a compõem. A língua descrita pelo linguista é abstraída da sociedade real em que funciona. Ela é artificialmente separada da prática social. Desse ponto de vista, o Estruturalismo se mostra profundamente a-histórico e politicamente reacionário (CALVET, 1975).

Do ponto de vista dos antecedentes filosóficos, a corrente teórica de Saussure vai se inserir na polêmica secular entre os adeptos da identidade e

os adeptos da dialética, entre os partidários da imobilidade e os partidários do movimento, entre os adeptos do estático e os adeptos do dinamismo, em suma, entre revolucionários e contrarrevolucionários (LEFEBVRE, 1968). O Estruturalismo representa o momento em que a tendência imobilista passa da concepção de sistemas especulativos (como os das antigas filosofias) para a concepção de sistemas teórico-práticos, reais e inteligíveis.

Dessa forma, o Estruturalismo linguístico consiste no primeiro passo de uma ideologia que objetiva, por meio de reduções, aplicar uma racionalidade sistêmica aos fatos sociais. Tomando-se como modelo o sistema linguístico (tido como lapidar, puro, imutável e em equilíbrio), aponta-se uma correspondência formal entre a estrutura da língua e a estrutura da sociedade. Assim,

[...] esta ideologia subentende que as sociedades e os grupos que as constituem, como seres vivos e os seres em geral, têm necessidade de um princípio interno que os mantém em existência. Este princípio de coesão e de coerência, estrutura latente ou em vias de aparecimento, é a única coisa importante. A desestruturação? É a ameaça, o lado mau a ser abolido com urgência, o mal. Segundo esta ideologia, as sociedades encontraram seu princípio estruturador num sistema em ato, seja econômico, cultural ou político (LEFEBVRE, 1968, p. 44).

Em suma, percebe-se que o princípio estruturalista de culto à imobilidade, ao sistema, está em perfeita sintonia com os interesses das classes dominantes, pois, mais do que ninguém, a elas interessa a manutenção e a apologia da ordem.

## O Gerativismo Transformacional

Consideramos que o Gerativismo Transformacional, de Noam Chomsky,<sup>17</sup> representa uma renovação crítica do Estruturalismo

<sup>17</sup> Todas as críticas feitas neste trabalho ao pensamento de Noam Chomsky se referem única e exclusivamente à questão da linguagem. Sabe-se que o pensador americano é também ativista de esquerda e formulador de uma pujante crítica ao sistema capitalista e à política geoeconômica de seu país e dos demais países ocidentais, incluindo-se aí Israel e Japão. É de se lamentar a dualidade contraditória desse pensador, que se divide

saussuriano, apontando questões cuja solução transcende os limites dessa teoria. Nesse sentido, o pensamento chomskyano realiza melhor do que qualquer outro a reflexão, a tomada de consciência da tradição linguística, ao mesmo tempo em que desenvolve até as últimas consequências os pressupostos implícitos dessa tradição, seja para aceitá-los, seja para rejeitá-los (PONZIO, 1974).

Com efeito, embora o Gerativismo se apresente como contestação ao pensamento da Linguística Estruturalista, ele permanece nos limites da tradição estrutural, podendo se notar, inclusive, semelhanças nas categorias, nos cortes epistemológicos e no aparelho conceitual.

Não obstante se tratar de um tipo de estruturalismo, a originalidade do pensamento de Chomsky, especialmente quanto às temáticas novas que ele introduz na teoria da linguagem, faz com que ele mereça uma análise crítica específica por parte da teoria marxista da linguagem.

## A teoria chomskyana da linguagem

A abordagem chomskyana da problemática da linguagem nasce do encontro das perspectivas da Lógica Simbólica, da Matemática e da Linguística e propõe-se a superar os limites da Linguística Estrutural, acusando-a de reduzir a investigação linguística à tarefa de estabelecer inventários e classificações de unidades e de apresentar, assim, uma visão taxonômica das línguas naturais (PONZIO, 1974; LOPES, 1979).

Do mesmo modo que a Matemática e a Lógica Simbólica se ocupam em construir línguas artificiais, a teoria linguística pretende reconstruir a gramática das línguas naturais, isto é, das regras que permitem ao falante produzir, a partir de um número finito de elementos, uma quantidade infinita de expressões linguísticas novas.

Acusando o Estruturalismo clássico de concentrar-se nos aspectos fonológico e morfológico e de relegar a sintaxe a segundo plano, a gramática de Chomsky elabora uma teoria sintática que ocupa uma posição central nos quadros de uma descrição sincrônica da língua (LOPES, 1979).

---

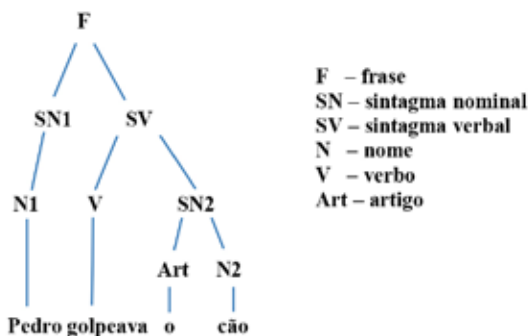
entre dois posicionamentos antagônicos e não porosos: um pensamento político avançado e um pensamento linguístico conservador.

Tal teoria aponta para a existência, na gramática de qualquer língua (mecanismos mentais responsáveis pela elaboração das frases), de uma componente capaz de gerar estruturas abstratas de todas as possíveis orações. Além dessa componente, denominada *componente sintática de base*, a teoria sintática distingue também uma componente capaz de transformar tais estruturas abstratas em estruturas superficiais (*sintático transformacional*).

Noutras palavras, para Chomsky, a componente sintática de uma gramática tem duas missões: gerar as estruturas de base, ou profundas, das frases, e transformar tais estruturas em estruturas superficiais. Tal operação pode ser descrita representando-se cada etapa de aplicação das regras por símbolos de categorias gramaticais que se hierarquizam em forma de árvores.

Assim, a descrição do processo de geração de frases começa pelo símbolo F, que designa o nível mais abstrato, passa por diferentes símbolos de categorias gramaticais (como SN – sintagma nominal, SV – sintagma verbal, V – verbo etc.) e termina por certo número de elementos lexicais e gramaticais.

A base da frase “Pedro golpeava o cão” poderia, por exemplo, formar-se da seguinte maneira:



A essa teoria sintática, o Gerativismo Transformacional integra uma teoria semântica, que dá uma interpretação das frases geradas pela componente sintática da gramática gerativa, e uma teoria fonológica,

que atribui uma representação fonética à estrutura superficial de tais frases. A gramática de uma língua se apresenta, portanto, como um sistema de regras que pode ser analisado em três componentes: a componente fonológica, a componente sintática e a componente semântica.

A partir dessa concepção de gramática e de língua, Chomsky trata de definir o papel da linguística. Em primeiro lugar, a ela não caberia apenas descrever as estruturas dos enunciados existentes, como faz o Estruturalismo de Saussure. O problema é, principalmente, reconstruir e explicar o comportamento do sujeito falante que, na base de uma experiência linguística limitada, é capaz de produzir e compreender ilimitado número de frases novas (SCHAFF, 1975).

Em segundo lugar, a análise linguística deve estabelecer quais são as frases gramaticais de uma língua, distinguindo-as das não gramaticais, que não fazem parte da língua. Deste modo, a gramática gerativo-transformacional deve gerar, isto é, caracterizar todas as possíveis frases de uma língua, estabelecendo a modalidade de sua formação.

Em terceiro lugar, ela não pode se limitar a elaborar lista de frases ou elementos. Ela deve dar conta não só das estruturas, mas das transformações que tais estruturas podem sofrer.

Em suma, o estudo linguístico deve tematizar as regras que subjazem à formação das expressões linguísticas, isto é, reconstruir racionalmente o sistema implícito de regras generativas.

Percebe-se que a teoria chomskyana distingue sua teoria<sup>18</sup> – que pretende ocupar-se de uma capacidade linguística, de enunciados possíveis, de processos gerativos – de uma teoria que se ocuparia de uma atuação linguística, de enunciados específicos efetivamente proferidos. Tal distinção é formulada a partir de dois conceitos básicos: a *competência*, ou seja, o sistema de regras que o falante possui e põe em funcionamento no momento da execução efetiva, e a *performance*, isto é, o uso efetivo da língua em situações concretas. A linguística chomskyana pretende ser, então, uma teoria da competência linguística.

---

<sup>18</sup> É importante alertar que Noam Chomsky tem, durante as últimas décadas, reelaborado esse modelo teórico. Porém, não houve alterações significativas do ponto de vista epistemológico.

A teoria chomskyana da linguagem, como se vê, não se limita à linguística. Estende-se também aos problemas da psicologia e da filosofia da linguagem.

No plano da psicologia, Chomsky trava uma polêmica com as teorias psicolinguísticas comportamentalistas, que tentam explicar a aquisição da linguagem baseando-se em sistemas de conexões de estímulos e respostas, em fatores como repetição e adestramento e na redução da língua a um sistema de disposições, a uma rede de conexões associativas.

Para Chomsky, a teoria de Skinner é insuficiente não só porque se limita à observação dos dados iniciais e dos dados finais (a relação *input-output*), mas também, e sobretudo, porque toma por único objeto de seu estudo os estímulos exteriores, ignorando a estrutura interna do organismo e a maneira como este transforma as informações obtidas (SCHAFF, 1975).

Chomsky não rejeita a tese sobre o condicionamento e o reforço e sua função no processo de aprendizagem, mas observa que as reações aos estímulos significantes são determinadas geneticamente e se desenvolvem sem aprendizagem. Além disso, Chomsky refuta a teoria segundo a qual o sujeito falante compreende novas frases por comparação com modelos anteriormente adquiridos. Para ele, tal teoria não consegue explicar o caráter criativo do comportamento linguístico, isto é, o fato de o falante ser capaz de formular e compreender um número infinito de frases de sua língua, embora tenha tido à sua disposição, no período de aprendizagem, um número finito de frases. Segundo Chomsky, a teoria comportamentalista da linguagem não consegue explicar o comportamento linguístico porque se ocupa do uso efetivo da língua em situações determinadas e deixa de lado a competência linguística, o conhecimento que o falante-ouvinte tem de sua língua e que torna possível o comportamento linguístico. Na medida em que a Linguística deve realizar-se como teoria da competência do usuário linguístico, e sendo a competência uma realidade mental, a teoria linguística deve ser, segundo Chomsky, necessariamente mentalista. A linguagem seria, então, o produto complexo de uma estrutura inata, presente em todos os seres humanos normais, independente do grau de sua inteligência. A tese das estruturas inatas responsáveis pela linguagem conseguiria

explicar por que uma criança consegue aprender qualquer língua, permitindo a Chomsky deduzir a existência de uma gramática universal. Assim, Chomsky postula que, em cada gramática gerativa das línguas particulares, há elementos característicos próprios, que permitem especificar essa língua, e elementos universais presentes em qualquer língua humana. Decorre daí que uma teoria explicativa da linguagem deve dar conta do estudo de uma gramática universal, o que significa a compreensão também das propriedades gerais da inteligência humana.

Como se pode perceber, a teoria linguística de Chomsky pretende deslocar o foco de atenção do sistema linguístico (situado “fora” do falante) para o sistema de regras que regeriam a *performance* individual (a competência – situada “dentro” do falante). Uma das características principais desse sistema seria a particularidade de ser *criativo*. Como já se disse, o conhecimento de uma língua equivale à capacidade de produzir um número indefinido de frases que pertencem a essa língua – mesmo que não tenham ainda figurado no quadro de experiências do falante, ou mesmo na história da língua – e de compreender, da mesma forma, as produções linguísticas dos outros. O uso linguístico identifica-se, então, com a capacidade criativa, com produção. A produção linguística que interessa a Chomsky é a produção individual. Ela encontra-se ao nível da fala saussuriana. No entanto, para Chomsky,

[...] a teoria linguística ocupa-se primariamente de um falante-ouvinte ideal, numa comunidade completamente homogênea, que conhece sua língua perfeitamente e não é afetado por condições gramaticalmente irrelevantes, tais como limitações de memória, distrações, desvios de atenção e interesse e erros (casuais ou sistemáticos), ao aplicar seu conhecimento da língua no desempenho atualizante (CHOMSKY, 1967, p. 3 apud ELIA, 1987, p. 12).

Ademais, o conhecimento que o falante tem da língua não é consciente. Trata-se de um conhecimento tácito, quer dizer, o conhecimento linguístico consiste na capacidade de falar sem saber por que e como se fala.

## A crítica marxista ao Gerativismo Transformacional

A teoria de Chomsky tem o seu valor enquanto tentativa de refutação científica do comportamentalismo e do Estruturalismo clássico. Além disso, ela consegue dar conta de uma dimensão do real e tem sua utilidade técnica para a descrição da linguagem em certos aspectos e condições. No entanto, a ambição de se constituir como uma teoria explicativa da natureza humana e a pretensão de transportar certas concepções para o domínio das ciências da linguagem fazem com que o Gerativismo Transformacional se revele portador de uma ideologia conservadora. A imbricação do teórico e do ideológico nesta concepção será analisada aqui, principalmente, por meio das opiniões de dois autores marxistas: o italiano Augusto Ponzio (1974) e o polonês Adam Schaff (1975).

Para Ponzio, a descrição chomskyana da “competência” e da “performance” reproduz a descrição do sujeito falante alienado e reflete a dominação que o sistema socioeconômico exerce sobre ele: o locutor é reduzido a um simples usuário da língua, isto é, a um falante passivo de uma língua já constituída, da qual não conhece o funcionamento, de acordo com ideologias e interesses que não são os seus, mas que ele contribui para manter. Nesse sentido, ela nada difere da ideia de “língua” de Saussure. Neste, como em Chomsky, o sujeito falante está aprisionado: em Saussure, por uma estrutura imóvel, pronta, com a qual o sujeito se depara logo ao nascer e diante da qual ele não pode senão aceitar e assimilar sem contestação; em Chomsky, o falante está “programado” para falar. Sua atividade consiste em produzir a linguagem usando modelos e programas sobre os quais não possui nenhum conhecimento e controle.

Chomsky afirma que o uso da linguagem é criativo. No entanto, regido por sua “competência linguística”, o falante não está em condições de responder em primeira pessoa pelos processos de produção das frases que possa vir a formular ou a compreender. “Assim, ao invés de criatividade, temos, antes, o uso passivo de leis supra individuais que escapam ao controle do locutor, às suas possibilidades de explicação e à sua compreensão; no final das contas, a criatividade linguística consiste em ser falado pelas próprias palavras” (PONZIO, 1974, p. 35, tradução nossa).

O fato é que, de qualquer maneira, a competência linguística que a *performance* pressupõe, tal como é descrita por Chomsky, tem existência duvidosa. Não podendo ser constatada na prática, ao contrário do sistema linguístico de Saussure, o sistema de regras que constituiriam a competência do falante não passa de construção do linguista, existente, por conseguinte, apenas na teoria.

Quando verificado na prática, o abismo que separa a experiência da competência (argumento utilizado por Chomsky para refutar a teoria comportamentalista) é tão grande que a dicotomia competência-*performance* se torna inútil. Quer dizer, se a *performance* é sempre incongruente, repleta de frases “malformadas” ou “agramaticais”, de interrupções, ruídos etc., como de fato tem sido demonstrado, não se vê como se pode justificar a afirmação da existência de uma competência subjacente. O que ocorre é que, como Chomsky isola o falante-ouvinte de seu contexto de atuação linguística, ele acaba por tomar como critério de avaliação daquilo que é “gramatical” seus próprios padrões culturais, no caso, a variedade padrão de língua. Assim, os enunciados que não são explicáveis por sua teoria linguística são considerados “maus”, “degenerados”, “agramaticais”.

O mesmo ocorre com a hipótese das estruturas inatas responsáveis pela aquisição da linguagem e com a da existência de uma gramática universal. Segundo Schaff (1975), tanto uma como outra devem ser consideradas ficções, não só porque não foram verificadas, mas também porque existem hipóteses diferentes que ainda não foram refutadas. Schaff sublinha, a propósito, o caráter dedutivo de ambas as ideias. A existência das estruturas inatas é tomada como um dogma, um princípio que não pode ser questionado. O que Chomsky admite ser discutido e depender de critérios empíricos são somente os limites e as propriedades dessas estruturas. Essas mesmas estruturas, no entanto, funcionam, no âmbito da teoria da gramática transformacional, como um axioma, uma premissa, não sujeita a demonstração. A esse propósito, Ponzio mostra que, apesar disso, o Gerativismo Transformacional liga-se às tentativas da biologia de demonstrar os fundamentos biológicos da linguagem. No final das contas, porém, tudo não passa de uma tradução da teoria chomskyana em termos

biológicos, uma vez que o estudo dos fundamentos biológicos da linguagem tem obtido magros resultados. Muito pelo contrário, as pesquisas, mesmo de biólogos da escola de Chomsky – como Eric Lennenberg –, parecem confirmar a irredutibilidade da linguagem a uma interpretação biologista (SCHAFF, 1975).

Quanto à outra hipótese, Schaff observa que a dedução da existência de uma gramática universal a partir do princípio inatista é desautorizada pelas normas mais elementares da pesquisa científica contemporânea: “ainda que se conseguisse provar a tese da gramática universal, daí não se seguiria que a última constitua o produto específico das supostas estruturas linguísticas inatas. Este fenômeno poderia muito bem resultar de outras causas” (SCHAFF, 1975, p. 69). Cada uma das hipóteses necessitaria de demonstração empírica rigorosa, sob pena de se constituir como especulativa.

À parte tais “infrações” teórico-científicas cometidas por Chomsky, também a teoria chomskyana da compreensão não resiste a uma confrontação com a prática real. Chomsky pretende que a gramática gerativa explique como um falante-ouvinte ideal compreende as frases de sua língua explicitando os processos gramaticais que o mesmo tem que dominar para compreender tais frases.

Ora, Chomsky supõe que a compreensão linguística exige apenas um conhecimento técnico, “gramatical” da língua. Ele não compreende que, além dessa competência específica, é necessária uma mais geral, uma competência comunicativa e interativa sem a qual o falante não conseguiria entender nem se fazer entender pelos seus interlocutores. Ou seja, a produção verbal se dá em uma imbricação constante com códigos não verbais cujas relações ele precisa conhecer como condição de possibilidade para a compreensão e para o uso adequado das mensagens verbais. Além disso, os códigos culturais, inclusive os verbais, são tanto produtos como instrumentos de determinadas ideologias. Assim, o falante há que ter uma competência ideológica, no sentido de compreender as motivações ideológicas do signo e da emissão e circulação de frases, como também de se posicionar (aceitar ou questionar) diante dos projetos ideológicos implícitos ou explícitos nas mensagens verbais.

Chomsky tenta, portanto, explicar a linguagem descrevendo o que acontece dentro da cabeça do falante, dentro de sua mente, de seu cérebro. Assim, ele ignora que todo comportamento linguístico se produz em uma situação determinada, e que, conseqüentemente, há que se fazer referência à situação histórico-social a que pertencem as diferentes modalidades de uso linguístico.

Quando menciona o social, Chomsky limita-se à noção vaga de “comunidade linguística”, que seria responsável pela correção das frases agramaticais, incorretas ou aberrantes, ajudando na adaptação do sistema de regras do falante à sua língua específica. Não explica, assim, como frases incorretas da gramática de determinada língua podem chegar a ser gramaticais, nem porque algumas enunciações incorretas são consideradas desvios normais e outras são consideradas anormais. Chomsky quer resolver o problema da aceitabilidade gramatical das frases no âmbito estritamente linguístico, problema que exige, pelo contrário, uma análise das estruturas sociais que estão na base das produções linguísticas e dos critérios de sua seleção e valoração (PONZIO, 1974).

Dessa forma, a gramática chomskyana é extra-histórica e as-social. Sendo de tal modo formalizada, normatizada, pura, perfeita, a suposta gramática interiorizada do falante pouco tem a ver com a linguagem concreta.

Assim, Chomsky não só não consegue superar de fato a gramática estrutural, como retrocede ao nível da Gramática Tradicional em alguns pontos:

- a) A gramática internalizada do falante não passa de uma projeção nas estruturas mentais das regras institucionalizadas da língua tal como a concebia Saussure;
- b) A ideia de agramaticalidade e gramaticalidade é uma concepção normativa que pouco difere da concepção tradicional;
- c) O sistema de regras é considerado como dado (da mesma forma como o de Saussure) e não como produzido;
- d) Tal como vimos em Saussure, o falante é tomado como indivíduo e não como sujeito. Conseqüentemente, a produção linguística levada em consideração é a produção individual;

- e) Também o social, considerado a soma do individual, é tomado como totalidade vazia sob a forma de conceitos abstratos como “comunidade linguística”, “sociedade” etc.;
- f) O sincronismo gerativista é mais grave do que o estruturalista, visto que, para explicar as estruturas linguísticas inatas, a língua é fixada na mente do falante;
- g) Os gerativistas adotam acriticamente a taxonomia tradicional: advérbio, artigo, conjunção, auxiliar etc.

Também o comportamentalismo só aparentemente é superado por Chomsky. Segundo Ponzio, ao se defrontar com a teoria de Skinner, Chomsky faz ressurgir a velha polêmica empirismo x racionalismo, sob a forma da polarização tradicional de conceitos como consciência/experiência, comportamentalismo/mentalismo, físico/psíquico, interno/externo. Segundo Ponzio, “o problema de saber como é que cada sujeito falante pode formular e interpretar de modo adequado um número infinito de frases que nunca ouviu antes pode ser explicado sem apelar para a concepção skinneriana da aprendizagem e sem retornar a posições mentalistas” (PONZIO, 1974, p. 41-42, tradução nossa).

Para Ponzio, a superação da psicolinguística do estímulo-resposta só é possível se as relações sujeito-ambiente forem consideradas não como relações mecânicas, mas dialéticas; se se levar em conta o papel ativo do sujeito falante, considerando a linguagem como trabalho e as línguas como produto do trabalho linguístico. Resumindo as teses de Ponzio, temos que essa superação não se dá no nível da teoria chomskyana pelos seguintes motivos:

- a) Em primeiro lugar, porque a teoria das estruturas linguísticas inatas, assim como o behaviorismo, não consegue explicar o aprendizado da linguagem. A criança não aprende a falar pela simples presença de dados linguísticos à sua volta ou pela mera exposição a fatos da língua durante breve período, mas antes por utilizar-se dela e vê-la sendo utilizada no ambiente social em que vive, de forma que compreende cada vez mais suas funções práticas. A experiência da língua não basta para criar o comportamento linguístico: a compreensão do

sentido das palavras e a aprendizagem da sua utilização apropriada exigem que o sujeito ultrapasse os limites da esfera estritamente linguística e experimente contextos situacionais, e não apenas linguístico-verbais. Além disso, diante desse contexto, tal aprendizado é produto de um trabalho guiado pelas necessidades interativas.

b) Ao se opor ao caráter passivo do comportamento linguístico do behaviorismo, Chomsky exagera ao postular “a capacidade criadora da inteligência normal”. Ele esquece que, muito embora o homem seja um ser que possui a capacidade de fazer história, isto é, de agir ativamente sobre a natureza e sobre os outros, bem como de construir sua aprendizagem, ele assim o faz sob determinadas condições. Em suma, o materialismo mecanicista de Skinner esquece que, embora os homens sejam produtos de circunstâncias, estas são mudadas precisamente pelos homens; ao passo que o idealismo subjetivista de Chomsky esquece que “não é a consciência dos homens que determina a realidade, mas é a realidade social que determina a sua consciência” (MARX, 1987a, p. 83). Trata-se, em suma, do caráter dialético das relações sujeito-circunstâncias que é esquecido tanto por uma como por outra teoria.

c) Chomsky censura a teoria behaviorista da linguagem por esta se limitar a descrever o comportamento. Mais que isso, o Gerativismo Transformacional pretende explicá-lo. No entanto, como a teoria do conhecimento tácito (competência) é apenas uma hipótese – não observável, “não acessível à observação direta nem demonstrável a partir de dados reais por procedimentos indutivos de nenhuma espécie” (CHOMSKY, 1971, p. 19 apud PONZIO, 1974, p. 32) –, as análises linguísticas das chamadas estruturas de superfície realizadas pelos gerativistas não passam de descrições relativas a como se comporta o sujeito falante, apesar da pretensão de conhecer algo subjacente.

Não se atingindo de fato a competência, não se consegue sair dos limites da descrição do comportamento. Dessa forma, então, apesar dos esforços, o Gerativismo permanece confinado no campo de investigação do behaviorismo: o comportamento do falante-ouvinte passivo, usuário

da língua, falado por ela, máquina linguística inteligente, porém inconsciente. A diferença é que, enquanto o behaviorismo trata a linguagem sob o ponto de vista dos condicionamentos externos, o Gerativismo Transformacional procura analisar os fatores internos que condicionam a produção da linguagem humana. Há que acrescentar ainda que, tomando-se como objeto de investigação o saber falar de um falante-ouvinte ideal, o estudo do comportamento linguístico nem sequer chega a descrever adequadamente o comportamento linguístico efetivo em situações histórico-sociais determinadas.

### A ideologia gerativista

Ao contrário da teoria de Saussure, cuja aparência insípida torna difícil a inferência da ideologia subjacente, dedutível unicamente das categorias empregadas e dos ligeiros comentários a respeito de temas extralinguísticos, Chomsky tem o mérito de confessar o conteúdo ideológico de sua teoria linguística. No entanto, não nos interessa aqui o conteúdo ideológico do Gerativismo segundo Chomsky, mas a ideologia subjacente à teoria chomskyana a partir da ótica do materialismo histórico. Interessa-nos, pois, saber que projeto social está embutido no Gerativismo Transformacional de Chomsky.

Sabe-se que o *boom* do pensamento estruturalista, no início da segunda metade do século XX, é sintoma de um momento histórico em que a sociedade consegue superar as grandes crises mundiais que resultaram na Primeira e na Segunda Grandes Guerras. Tal período é marcado por um acentuado desenvolvimento das forças produtivas, pela sofisticação tecnológica dos meios de produção e pelo melhoramento progressivo das condições de existência (especialmente nos países do hemisfério norte), enfim, por uma relativa estabilidade que levou o homem ocidental a despreocupar-se com as questões existenciais, sociais, históricas e com o papel do sujeito na condução dos destinos da sociedade. Tais fatores propiciaram o surgimento de ideologias que exaltavam os sistemas autorregulados, que faziam a apologia da estrutura imutável, do perene e do constante, que negavam a história e a historicidade da existência humana.

Pois bem, o estruturalismo de Chomsky representa a face tecnicista dessas ideologias: a tentativa de explicar os fenômenos humanos a partir da comparação com a máquina, com os sistemas artificiais. Não foi por acaso que Chomsky elaborou sua teoria da linguagem trabalhando no MIT (*Massachusetts Institute of Technology*), instituição que se ocupa com a teoria matemática aplicada à construção de organismos artificiais. Dessa forma, a ideologia tecnicista encara a vida pela ótica do técnico. Como observa Henri Lefebvre (1967), o homem estruturalista prefere a perna mecânica à perna viva. Diríamos que ele prefere o mecânico no vivo, considerando-se o não mecânico, isto é, o histórico-dialético, como um “resíduo ininteligível e irracional”.

Assim, diante da linguagem, Chomsky quer captar o palpável tecnicamente, a fim de construir um simulacro da linguagem. No entanto, esta, essencialmente histórica, humanamente histórica, não se reduz às grades analíticas do tecnicismo. A linguística chomskyana quer, simultaneamente, reduzir a linguagem ao biológico humano, o biológico humano ao biológico animal e todos esses elementos a máquinas de tipo complexo. Daí a terminologia técnica: dispositivo, *in put, out put* (Eletrônica); gerar, transformação (Matemática); processar, dados (Informática) etc.

Como se vê, a teoria chomskyana é reflexo direto da tecnologia da sociedade capitalista, especialmente a norte-americana. O desenvolvimento extraordinário da Eletrônica, da Teoria da Informação, da Cibernética, da Engenharia Genética etc. marcou profundamente a teoria gerativa, em curiosa restauração da interferência externa das ciências exatas na linguística, tão criticada por Saussure. Evidentemente que, em si, a tecnologia não é um mal. No entanto, o imperialismo tecnicista nas ciências humanas decreta a morte do humano, pois o homem passa a ser estudado como coisa entre coisas. Desta forma, reifica-se o homem e fetichiza-se a coisa. A tecnologia deixa de ser instrumento a serviço do homem e passa a justificar a ordem estabelecida, a impregnar todas as instâncias de reflexão humana.

Assim, a sociedade capitalista da era da Informática é tida, ela própria, como um circuito integrado; a sociedade da Eletrônica é tida como um sistema autorregulado; a sociedade da Engenharia Genética é tomada como um organismo geneticamente programado e geneticamente modificável.

A ideologia do estruturalismo chomskyano representa, na verdade, uma radicalização da ideologia subjacente ao estruturalismo saussureano. Tal radicalização se expressa precisamente em conceber o estrutural naquilo que Saussure tinha deixado ingenuamente de lado: a liberdade e a criatividade da fala humana.

Para o Gerativismo Transformacional, não só a língua constitui um sistema. Também a fala é regida por regras sistemáticas. Muito embora Chomsky exalte a criatividade da fala, para ele, a criatividade no terreno da linguagem, como em qualquer outro comportamento humano, é entendida como uma criatividade regida por regras. Entretanto, para ele, diferentemente de Saussure, não é o social que condiciona e garante a liberdade e a criatividade individual, mas as estruturas inatas.

Chomsky pretende também que, assim como existem princípios correspondentes ao comportamento linguístico que constituem uma gramática universal, analogamente, existem também princípios subjacentes ao comportamento social que garantiriam a convivência dos homens em sociedade. Da mesma forma que, para um sistema poder ser qualificado de língua humana, ele precisa satisfazer determinadas condições e princípios, uma organização social precisa respeitar certas condições e princípios que permitam o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas.

É assim que a sua teoria assume as feições do liberalismo burguês, que se insurge contra a opressão dos indivíduos pelo Estado e por outras instituições e contra a limitação das liberdades individuais. Ocorre que estas são, no fundo, a liberdade de explorar o trabalho humano e de se apropriar de seu produto, a liberdade de empresa, a chamada “livre iniciativa”.

Cabe ressaltar, enfim, que Chomsky concebe a existência de uma *natureza humana*, que valeria tanto para a linguagem como para o comportamento do indivíduo na sociedade. Assim, da mesma forma que o ser humano possui uma capacidade natural de desenvolver a fala, também faz parte da natureza humana a tendência natural para a liberdade, para a convivência harmônica em sociedade, para a autogestão das instituições sociais etc. Deste modo, conforme ressalta Ponzio, apelando-se de forma acrítica à natureza humana e às necessidades humanas, consideradas de

modo extra-histórico, acaba-se convertendo em necessidades humanas naturais aquilo que, na realidade, é fruto de um determinado sistema social em um determinado momento histórico.

Logo, a ideologia de Chomsky revela-se reformista e espontaneísta, uma vez que, negando a precariedade das estruturas (sociais, linguísticas e de qualquer espécie), ou seja, negando a possibilidade da transformação, ele se limita a uma crítica vaga às sociedades capitalistas e burocráticas e à apologia da espontaneidade das massas. Noutras palavras, apelando para a ação natural do indivíduo ou das massas, e não para a ação consciente de um sujeito parcial e histórico (o proletariado), Chomsky contribui para a escamoteação da luta de classes e das reais contradições do regime capitalista.

O discurso chomskyano é, portanto, portador de uma ideologia conservadora, na medida em que não aponta para a superação efetiva da sociedade capitalista.



## MARXISMO E LINGUÍSTICA

### Alienação linguística e ciências da linguagem

**S**egundo Marx e Engels (1987, p. 72), “as ideias dominantes em uma sociedade nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias”. No capitalismo, as relações materiais dominantes são relações de alienação, isto é, no regime capitalista de produção, os indivíduos, os grupos sociais, estão alheios, estranhos, enfim, alienados, ao produto ou resultado de suas atividades, de suas práticas.

Assim, por exemplo, na atividade produtiva, o homem produtor não se reconhece no produto de seu trabalho porque as condições desse trabalho, suas finalidades reais e seu valor não dependem do próprio trabalhador, mas do proprietário dos meios de produção. Isto faz com que o produto surja como um poder separado do produtor, que o domina e que o ameaça (CHAUÍ, 1988). É o mesmo que ocorre com a religião quando o homem cria e coloca acima de si mesmo um ser superior e curva-se diante dele como escravo.

Em decorrência da alienação, dois fenômenos são produzidos: a fetichização e a reificação. Alienando os homens, o sistema capitalista converte-os em coisas, isto é, reifica-os, transforma suas

relações em relações entre coisas, na medida em que transforma todos os aspectos da atividade humana em mercadorias, objetos de compra e venda. Na produção,

[...] o trabalhador passa a ser uma coisa denominada força de trabalho que recebe outra coisa chamada mercadoria que possui uma outra coisa, isto é, um preço. O proprietário das condições de trabalho e dos produtos do trabalho passa a ser uma coisa chamada capital, que possui uma outra coisa, a capacidade de ter lucros. Desaparecem os seres humanos, ou melhor, eles existem sob a forma de coisas (CHAUÍ, 1988, p. 58).

Por outro lado, as coisas passam a comportar-se como seres vivos. A mercadoria passa a se relacionar como se tivesse vida própria. Como se não fossem produto de trabalho humano e de relações materiais entre pessoas, as mercadorias mantêm relações com outras mercadorias como se fossem dotadas de vida e passam a dominar a vida dos indivíduos. Estes passam, cada vez mais, a depender da vida das coisas. No trabalho, o homem vive em função da máquina. No mercado financeiro, o dinheiro “cresce”, “fica nervoso”, “foge”, “se multiplica” e, conforme esse “comportamento”, milhares de vidas humanas são arruinadas ou afortunadas. Verdadeiros palácios são construídos para acomodá-lo, e não o possuir significa a miséria de muitos. É o fenômeno do fetichismo da mercadoria.

No campo da linguagem, é possível também falar-se em todos esses fenômenos. Pode-se falar de alienação linguística considerando a situação do falante alienado como análoga à do operário do sistema capitalista. Dado o controle que a classe dominante exerce sobre os códigos, sobre os meios de comunicação e sobre as modalidades de codificação e interpretação das mensagens, o sujeito falante usa linguagens pré-fabricadas, chavões, clichês etc.; ele se encontra na situação de ser falado por suas próprias palavras, de ser porta-voz de uma ideologia que não é a sua, cujo fim e cuja função não compreende (PONZIO, 1974).

Não é difícil perceber que a Linguística tradicional, formalista, estrutural, toma a linguagem alienada (Saussure) e o falante alienado

(Chomsky) como a linguagem e o falante. Toma, portanto, a aparência pela essência.

Da mesma forma, ao reduzirem a situação-signo a uma relação entre signos, ou a uma relação entre signo e objeto, ou a uma relação entre signo e pensamento, como se um e outro não fossem, no fundo, produtos de relações sociais, as correntes estruturalistas caem no fetichismo verbal. A elas escapa o fato de que o signo é produto de um trabalho social e linguístico. Adam Schaff, em seu trabalho *Introdução à Semântica*, mostra que a significação pressupõe uma relação entre seres humanos que se comunicam entre si; entre os seres humanos e a realidade; entre os seres humanos e os signos enquanto frutos de relações entre seres humanos.

Desse modo, a sintaxe e a semântica estruturais, por não questionarem a motivação social da produção e utilização de determinados significados e de determinados modelos de produção de mensagens e as motivações subjetivas que levam o falante a falar do modo que fala e a se dirigir de determinado modo à pessoa a quem fala etc., acabam por abstrair a significação de sua motivação social e histórica, fetichizando seus elementos, que passam a se comportar independentemente dos falantes concretos.

Por outra parte, quando a linguística saussuriana reduz a linguagem ao seu aspecto coisal, paralisando o signo, esvaziando seu conteúdo ideológico, matando a vivacidade do signo ideológico, ela também reifica o elemento linguístico (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1988).

Por sua vez, o estruturalismo de face gerativista reifica e fetichiza a fala e o falante. Considerado de modo ideal, o falante não passa de uma máquina linguisticamente programada. O que é vivo, então, é transformado em coisa. O falante idealizado por Chomsky é, de fato, uma máquina, uma vez que não teria condições de humanamente comunicar, pois não atinge a competência comunicativa e ideológica que é tomada como “falante”, dotada de “criatividade” e “liberdade”.

Como se vê, a reificação e a fetichização da linguagem são momentos dialéticos de uma teoria que não supera a alienação linguística existente na sociedade.

## A opção pela Análise do Discurso

### Análise do Discurso e o Estruturalismo

A crítica radical que os marxistas fazem à concepção estruturalista da linguagem não impede que sejam aproveitadas conquistas importantes para a construção de uma nova teoria científica da linguagem.

Tal teoria não poderia, por exemplo, desprezar o achado estruturalista de que a linguagem é, de alguma forma, passível de uma análise sistemática. O que o estruturalismo se revelou incapaz de fazer foi abordá-la de frente, o que o levou a construir abstratamente um simulacro da linguagem: a língua. Não que esta não exista e que não seja possível estudá-la, mas que, desta forma, ela se torna uma dimensão bastante reduzida e restrita do fenômeno linguístico.

Nessa perspectiva, Rossi-Landi assinala:

Não nego um método também estrutural, contanto que as estruturas a alcançar sejam as de uma totalidade apropriada, historicamente real, isolada por meio de abstrações determinadas. No caso da linguagem, parece-me claro que a totalidade apropriada é, em primeiro lugar, a do homem falante, produtor e consumidor, que por sua vez é parte da maior e decisiva totalidade da sociedade em que o homem se forma e trabalha. Entendamo-nos: que também a língua constitua em si mesma uma totalidade suscetível de estudo, ninguém pode atrever-se a negar. Mas que o estudo, seja histórico ou formal, de uma totalidade como a língua, isolado do resto do social, possa servir para esclarecer ou resolver problemas que concernem ao homem, isso é desde logo muito discutível (ROSSI-LANDI, 1972, p. 287 apud PONZIO, 1974, p. 78-79, tradução nossa).

Percebe-se que uma teoria materialista da linguagem não pretende negar de forma absoluta uma teoria das formas linguísticas, mas ultrapassá-la, superá-la dialeticamente. Tampouco pretende negar dimensões estruturais do real linguístico, o que seria um retorno ao empirismo vulgar, para o qual os acontecimentos compõem, de forma caótica e desarticulada, o real. Para uma teoria materialista, a linguagem se apresenta,

conforme já foi dito, como uma totalidade cujos nexos internos é preciso pesquisar. No entanto, sua dimensão estrutural é apenas um momento de seu desenvolvimento histórico e de sua unidade. O devir histórico é condição de sua aparição como estabilidade relativa e de sua provisoriamente, de seu movimento de desestruturação. Como afirma Henri, “o pensamento histórico afirma que os conteúdos têm tanta ou mais importância e interesse quanto as formas. Ele diz que as formas e estruturas se fazem e se desfazem, se dissolvem ou se quebram. Colocam no mesmo plano, no tempo, a formação das estruturas (estruturação) e sua desaparecimento (desestruturação). Mostra, no seio da estruturação, a dissolução que começa ou a quebra inevitável” (LEFEBVRE, 1967, p. 89-90).

### Teoria marxista da linguagem e autonomia das ciências

Embora corroborem a tese que afirma que toda ciência possui um fundamento filosófico implícito ou explícito que expressa determinada ideologia ligada ao projeto social de uma classe, fração de classe ou grupos sociais, acreditamos, com Löwy (1987), na autonomia relativa das ciências sociais. Isto significa que o fato de que determinada ciência social produza seus conhecimentos tendo por base visão de mundo ou interesses vinculados a determinada classe não impede que esses conhecimentos sejam aproveitados pelas ciências, fundamentadas por pontos de vista antagônicos de classes antagônicas.

Esta tese desdobra-se em três corolários:

- a) Uma determinada concepção científica não deixa de ser científica pelo fato de ser superada por outra. Ela pode, inclusive, como tem sido demonstrado historicamente, prosseguir refinando-se no interior de seu próprio método, sem necessariamente incorporar o método mais avançado.
- b) A autonomia relativa das ciências permite que aquelas que um dia serviram a determinada classe dominante possam, noutra época e em outras condições, servir à nova classe hegemônica.
- c) Embora duas concepções se antagonizem em um mesmo momento histórico, nada impede que os conhecimentos científicos

produzidos a serviço da classe dominante sejam apropriados pela ciência engajada na luta da classe dominada contra a dominação de que é vítima.

Além da tese da autonomia relativa das ciências, acreditamos também que, conforme afirma Goldmann (1978), as diferentes perspectivas e ideologias subjacentes ao pensamento científico não se situam no mesmo plano. Certos juízos de valor permitem maior compreensão da realidade do que outros. Geralmente, o ponto de vista das classes revolucionárias permite às ciências a ele ligadas um aprofundamento maior devido ao fato de que tais classes necessitam da verdade para realizar sua revolução.

No caso das ciências da linguagem, vimos que a Linguística estrutural cumpre magnificamente sua função de estabelecer um método que satisfaça os anseios burgueses de uma ciência humana tão objetiva quanto as ciências naturais, sem que para isso precise transplantar-lhes o método característico. No caso do Gerativismo Transformacional, o caráter de ciência de classe ficou mais evidente devido ao seu comprometimento com a tecnologização dos meios de produção. O êxito logrado pela Linguística foi tão grande que ela serviu de ciência-piloto para várias outras ciências humanas, chegando mesmo a influenciar o marxismo: o que, no início, era a luta contra o velho (preconceitos e dogmas feudais), passou a ser a luta contra o novo (a historicidade da sociedade, o papel do homem na construção do futuro).

## Análise do Discurso e teoria marxista da linguagem

Com base no exposto, reconhecemos na Análise do Discurso do tipo que foi desenvolvido a partir dos anos 60, na França, uma tentativa de superar dialeticamente a concepção estruturalista da linguagem.

À parte todas as divergências, algumas características daquilo que se tem denominado Análise do Discurso Francesa (doravante AD) constituem, a nosso ver, as bases para uma ciência marxista da linguagem:

## A perspectiva crítica

A AD se pretende uma teoria crítica da linguagem. Segundo os teóricos da Escola de Frankfurt, uma teoria crítica apresenta três traços distintivos essenciais (GEUSS, 1988):

- a) Tem posição especial como guia para a ação humana, visto que objetiva produzir esclarecimento e é, inerentemente, emancipatória.
- b) Tem conteúdo cognitivo, isto é, é uma forma de conhecimento.
- c) Difere epistemologicamente de teorias das ciências naturais por serem estas “objetificantes”, enquanto as teorias críticas são “reflexivas”.

Quanto ao primeiro aspecto, na medida em que a AD pretende, mais do que propor modelos de análise, verificar as determinações político-ideológicas da produção linguística concreta, ou ainda, investigar os nexos que se situam para além das formas linguísticas, ela esclarece e contribui para a emancipação crítica do falante-ouvinte. Além do mais, a AD não separa o produto do processo de produção. Para ela, a exterioridade é constitutiva do texto, isto é, o falante (escritor), o ouvinte (leitor) e o contexto social e histórico no qual estão inseridos, bem como as próprias formulações e objetos linguísticos fixados na memória discursiva, são levados em conta na sua prática. Dessa forma, ela rompe com a alienação, a reificação e o fetichismo linguísticos, presentes tanto nas ciências quanto no senso comum, reconstituindo o processo de produção linguístico. Diante deste, o procedimento da AD é, portanto, de reflexão crítica, pois procura problematizar continuamente as evidências e explicitar seu caráter político-ideológico (ORLANDI, 1987).

Quanto ao segundo aspecto, note-se que a AD, muito embora rejeite a proposta epistemológica da Linguística tradicional, não abre mão de princípios universais de cientificidade, tais como a busca da universalidade, a produção de conhecimento útil, a validação prática de suas descobertas e criações, a investigação metódica etc. A AD não se pretende colocar como uma espécie de “Linguística da fala”,

tal como sugeriu Saussure em seu *Cours*, isto é, como uma ciência complementar ou alternativa à Linguística enquanto ciência positiva principal incumbida de descrever e explicar a linguagem verbal humana, mas como proposta crítica que pretende problematizar as formas de reflexão estabelecidas por essa própria ciência. O discursivo não é pensado como um resíduo, mas como constitutivo da linguagem. A AD não se pensa como uma “medicina holística” que deve dar conta do que a medicina estabelecida não consegue dar: para ela, *o linguístico é discursivo*.

Daí que, enquanto teoria crítica, a AD se diferencia da teoria científica da linguagem (Linguística) não só em seu propósito ou fim, mas também e, principalmente, na forma de encarar o objeto. A AD olha seu objeto como uma totalidade concreta e, assim, sendo também ela uma prática discursiva, ela é, da mesma forma, parte do objeto-domínio sobre o qual produz suas reflexões.

Além disso, na medida em que a AD encara seu objeto como histórico, disperso, incompleto, fragmentário e não transparente, ela assume diante dele uma atitude nômade, interdisciplinar, procurando, a cada passo, redimensioná-lo, reavaliar seus aspectos teóricos e seus métodos (ORLANDI, 1987).

Assim é que, ao abordar a linguagem, a AD vai ao real em busca de conhecê-lo como parte da totalidade social e histórica, procurando articular aquilo que a olho nu aparece como desarticulado: a linguagem, a história, a sociedade, os sujeitos.

Quanto ao último aspecto, a AD é também crítica no sentido de que marca posição contra o positivismo linguístico, tanto em sua face objetivista (que advoga a onipotência do sistema, a autonomia da língua em relação aos falantes), como em sua face subjetivista (que propala falsamente a onipotência do sujeito e do território livre da fala) (ORLANDI, 1987). Tais perspectivas diferem da AD por visarem à manipulação satisfatória, instrumental, do mundo exterior, considerado objetivamente (a língua e a fala). A AD, enquanto teoria crítica da linguagem, visa à emancipação e ao esclarecimento ao tentar tornar os falantes cientes de coerções ocultas nas tramas discursivas (suas próprias e dos outros).

## A concepção de linguagem

No início do capítulo anterior, verificamos como alguns pensadores marxistas concebem a linguagem. Assinalamos cinco de suas dimensões, postas em primeiro plano por uma teoria marxista da linguagem: a social, a interacional, a produtiva, a ideológica e a histórica. Vejamos agora como tais dimensões são incorporadas pela AD.

Colocamos que, para a teoria marxista da linguagem, o social é uma dimensão ontológica da linguagem, isto é, constitui essencialmente o seu ser. Assim, o caráter social da linguagem determina as outras dimensões.

Vimos também que não se trata de qualquer concepção de social. Para a teoria marxista, social não se opõe a individual, o que suporia conceber uma linguagem individual, não social. Além disso, social não é coletivo, isto é, a soma do individual. O social é, para o materialismo histórico, o conjunto das práticas dos sujeitos individuais e coletivos (grupos) interagindo e atuando de forma conflituosa no sentido de determinar o modo de produção da sociedade. Duas destas formas de atuação são o trabalho e a linguagem, ou seja, o trabalho linguístico e o trabalho não linguístico, donde, assim como o trabalho manipulativo, a linguagem é uma práxis social.

Em nossa sociedade, tal práxis, como vimos, é uma práxis conflituosa, em que os sentidos são disputados ideologicamente, em que as enunciações ora se engajam em esquemas de performatividade revolucionária, que conspiram e subvertem o *status quo* (micro e macro) linguístico e extralinguístico, ora se enquadram em esquemas de performatividade coercitiva, que, polemizando com os primeiros ou silenciando-os, legitimam e reproduzem a ordem social. Há ainda o esquema da performatividade passiva ou astuta do calar e o da linguagem comum, menos marcada ideologicamente.

Pensamos que tais dimensões da linguagem são operacionalizadas pela AD pelo conceito de *condições* ou *contexto de produção* referido ao processo de produção do discurso. Quando a AD postula que toda enunciação se dá sob certas condições ou contextos de produção, ela está tomando a linguagem como ontologicamente social, pois, em

primeiro lugar, o sujeito enunciador não representa uma mera presença física de um organismo humano individual e sim um lugar determinado na estrutura de uma formação social (PÊCHEUX, 1987). Em segundo lugar, “todo discurso remete a outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele ‘orquestra’ os termos principais ou anula os julgamentos” (PÊCHEUX, 1987, p. 77). O discurso, portanto, interage socialmente com outros discursos, não enquanto entidade autônoma (embora assim (a)pareça), mas enquanto produção do trabalho linguístico de sujeitos que interagem socialmente. Por fim, pretendendo ter como objeto o processo de produção do discurso, a AD concebe a significação como histórica, considerando a linguagem e a sociedade como processos em constituição mútua.

No conceito de condições de produção, está pressuposta também a consideração da linguagem como trabalho. Com isso, restaura-se o verdadeiro papel do sujeito, hipotrofiado pelo Estruturalismo saussureano e pelo Gerativismo Transformacional de Chomsky e hipertrofiado por filosofias idealistas tais como a de Vossler (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1988). Por essa concepção, o falante não é “falado”, mas também não fala universalmente (nem cria a língua); nem é mendigo, nem é deus; o falante é um trabalhador de sua língua. Quer-se ressaltar, portanto, que:

as línguas são resultados do trabalho dos falantes. Se foi o trabalho de todos os que falaram uma língua que a levou a determinado estágio, seria incongruente afirmar que os falantes não trabalham mais [...]. Por outro lado, como nem todos os que trabalham por uma língua são iguais (nem trabalham sob as mesmas condições – NBC), é de se esperar que o produto apresente irregularidades, desigualdades, traços, enfim, da trajetória de cada um dos elementos constituidores de uma língua. Produzir um discurso é continuar agindo com essa língua não só em relação a um interlocutor, mas também sobre a própria língua (POSSENTI, 1988, p. 57).

Como se vê, com a noção de trabalho linguístico, a AD quer chamar a atenção sobre as maneiras como, sob certas condições,

os falantes agem sobre a língua produzindo seu discurso. Orlandi salienta que:

[...] ao definir a linguagem como trabalho, desloca-se a importância dada à função referencial. Essa função tem ocupado uma posição central na lingüística clássica e daí decorre pensar-se a comunicação apenas sob o enfoque da informação. Na perspectiva da Análise do Discurso, entretanto, tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades, etc.” (ORLANDI, 1988, p. 17).

Percebe-se que a AD assume a crítica que a teoria marxista faz da concepção da linguagem como comunicação. Vimos que tal concepção, segundo a teoria marxista, idealiza as relações linguísticas, neutralizando seus componentes: o ouvinte, o falante, a língua e o contexto. Nesse sentido, a categoria de condições ou contexto de produção tem a vantagem de incorporar essa crítica, tanto quando chama a atenção para os condicionamentos sociais da produção da linguagem, como quando considera o fato de que a presença do outro ou dos outros interfere em tal produção. Essa interferência tem um papel central na constituição das condições de produção e se expressa por meio das imagens subjetivas que o locutor formula em relação a seu ouvinte. Ao falar de determinada forma, por exemplo, o locutor implicitamente se questiona sobre que imagem ele faz de si, do seu ouvinte e do assunto ou referente para estar falando daquela forma.<sup>19</sup> Esse imaginário não é

<sup>19</sup> Michel Pêcheux pretende integrar ao tripé interdisciplinar sob o qual a AD monta seu quadro epistemológico (materialismo histórico, Linguística e teoria do discurso) uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. Baseado na tese de que as condições de produção não se centram somente nas relações do indivíduo com a sociedade enquanto totalidade considerada “de cima”, Pêcheux postula que tais relações precisam ser analisadas do ponto de vista do indivíduo, uma vez que suas impressões subjetivas influenciam sua enunciação. Para isso, Pêcheux lança mão da psicanálise, especialmente da visão do médico-psiquiatra francês Jacques Lacan. Faz parte das condições de produção, então, o imaginário que subjaz as interações linguísticas, podendo ser explicitado sob a forma de questões como as seguintes:

- 1) Qual imagem faço do ouvinte para lhe falar dessa forma?
- 2) Qual imagem penso que o ouvinte faz de mim para que eu lhe fale dessa forma?

dado, mas histórico; não é apenas subjetivo, mas também social; não é neutro nem universal, mas ideológico. Isso significa que todo enunciado é único, pois as ideologias, as sociedades, a história, os sujeitos jamais se repetem.

Do que foi dito, depreende-se que o ideológico atravessa a produção do sentido. Falante(s) e ouvinte(s) são inevitavelmente chamados a assumir um lugar na sociedade de classes. Falando, trabalham para a formação, destruição ou conservação de um modo ideológico de falar que irá condicionar o que poderá e deverá ser dito por outros falantes, modo este inserido em uma formação ideológica que rege os comportamentos gerais dos sujeitos. Evidentemente que há instâncias menos marcadas ideologicamente (uma conversa de bar, por exemplo) e outras fortemente marcadas (uma manifestação política), mas as condições de produção de todo e qualquer falar são ideológicas, senão o são no sentido imediatamente classista, o são no sentido axiológico do termo, aquele sugerido por Bakhtin/Volochínov (1988).

## O caráter interdisciplinar

Logo no início deste capítulo, apontamos que é próprio do idealismo metafísico a “balcanização” do conhecimento, isto é, a tendência a fragmentar o saber em compartimentos estanques que se relacionam funcional ou causalmente. Para o marxismo, trata-se de um reflexo das relações materiais dominantes, que geraram tal ideologia. A sociedade dividida em classes tende, desde seu advento, a alienar o sujeito em todos os seus aspectos. No capitalismo, esse processo se acentua tremendamente. Uma teoria, por conseguinte, terá que romper com o especialismo burguês e caminhar para perspectivas inter e multidisciplinares, que abordem determinado fenômeno articulando dialeticamente seu caráter de totalidade com seu caráter de subtotalidade.

---

3) Que imagem faço do referente para lhe falar dessa forma?

4) Que imagem penso que o ouvinte faz de mim para lhe falar dessa forma?

5) Que pretendo do ouvinte para lhe falar dessa forma?

No entanto, é fato que a integração à AD de uma teoria psicanalítica da subjetividade é problemática e ainda não está satisfatoriamente elaborada (GADET et al., 1987).

Pensamos que a AD é um exemplo de tentativa de ruptura com a monodisciplinaridade acadêmica, como atesta o seguinte comentário de Michel Pêcheux e Catherine Fuchs:

Observemos desde logo que, nas condições atuais [1975] do trabalho universitário, tudo concorre para tornar mais difícil a articulação teórica entre estas regiões [materialismo histórico, Lingüística e teoria do discurso]. Além de esta articulação parecer a alguns de gosto teórico duvidoso, subsiste o fato de que, mesmo com a melhor vontade teórica e política do mundo, é difícil levantar os obstáculos organizacionais e epistemológicos ligados à balcanização dos conhecimentos e sobretudo ao recalcanento-mascaramento universitário do materialismo histórico [...] Mesmo em relação aos pesquisadores marxistas, acontece frequentemente que, capazes de uma crítica lúcida de sua disciplina de origem, permanecem cegos a certos aspectos acadêmico-idealistas das disciplinas vizinhas, a ponto de acreditarem poder encontrar aí ‘instrumentos’ úteis para a sua prática, inclusive sua prática crítica (PÊCHEUX; FUCHS, 1987, p. 165).

## Considerações finais

Como se deve ter notado, as cinco dimensões consideradas fundantes do fenômeno linguístico pela concepção marxista (social, laborativa, interativa, ideológica e histórica) estão em relação indissociável. Nenhuma delas pode ser ignorada, nem tampouco menosprezada em função de outra, em um pensamento sobre a linguagem que pretenda superar o modelo tradicional. Acreditamos que esta visão é incompatível com o reducionismo operado pelos estruturalismos de todos os matizes, embora só tenhamos analisado dois deles no terceiro capítulo.

Vimos também que, conforme esse modo de pensar, o falante aqui não é considerado o terminal de execução do sistema sociolinguístico nem da gramática inata. O falante e sua fala são sínteses particulares de múltiplas determinações. A fala é social, e aprender a falar não é simplesmente aprender a usar uma técnica combinatória. Aprender a falar é construir, interagindo com os outros, um espaço de significação do ser, de suas práticas cotidianas (políticas, econômicas, ideológicas etc.). Ao se organizar

socialmente, esse espaço se intersecciona com o espaço dos outros e de acordo com as práticas e ideologias que se inter-relacionam na formação social. Ademais, ao mesmo tempo em que esse espaço é trabalhado em cotejo com espaços já construídos, ele mesmo se constitui como espaço já construído com o qual se confrontarão discursos futuros, constituindo-se, portanto, como intrinsecamente histórico.

A língua, por sua vez, para a Análise do Discurso, não pode ser reduzida a mero sistema formal indiferente às interações sociais concretas. Assim procedendo, transforma-se a linguagem em mero objeto, distanciado dos falantes e a ele imposto. Encará-la como um sistema de signos abstratos que se sobrepõe aos indivíduos, seja socialmente (como afirma Saussure), seja em forma de uma estrutura mental (como afirma Chomsky), significa, ao mesmo tempo, solapar o poder da subjetividade e ignorar a dimensão sociointerativa da linguagem.

Para a Análise do Discurso, a linguagem está imbricada nas relações sociais na medida em que acompanha os indivíduos em seus mínimos atos, nas mais variadas relações que eles contraem cotidianamente e que constituem sua subjetividade, ainda que condicionada pelas circunstâncias socioeconômicas. A visão da linguagem como sistema de signos não dá conta da natureza complexa do fenômeno linguístico. Assim, como apontamos, os signos, embora arbitrários do ponto de vista da relação entre significante e significado, não são arbitrários em relação aos propósitos dos indivíduos e aos efeitos que estes obtêm ao usá-los.

Quando se observa a linguagem do ponto de vista do discurso, o fenômeno linguístico assume novas dimensões. Percebe-se, por esse ângulo, por exemplo, o caráter ideológico. As palavras estão carregadas de valor, umas mais, outras menos, mas todas carregam em si, quando em uso, marcas dos julgamentos pessoais dos que as usam, e estes julgamentos não são puramente individuais, mas determinados pela conotação social e histórica que elas assimilaram. Uma palavra seria como uma arma: em qualquer posição que esteja está sempre apontando para uma determinada direção.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, G. A. de. Aspectos da filosofia da linguagem: contribuição para um confronto e uma aproximação entre filosofia e ciência da linguagem. In: SOUSA FILHO, D. M. de (Org.). *Significado, verdade e ação*: ensaios de filosofia analítica da linguagem. Niterói: Eduff, 1986.

ALTUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV, V. N.). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988.

BOTTOMORE, T. (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BOUQUET, S. *Introdução à leitura de Saussure*. Tradução de Carlos Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2000.

CALVET, J. L. *Pour et contre Saussure*. Paris: Payot, 1975.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Estruturalismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, s/d.

CERVONI, J. *A enunciação*. São Paulo: Ática, 1989.

CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. 27. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos, n. 13).

COSTA, N. B. *A produção do discurso operário*. 1991. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1991.

COSTA, N. B. A produção do discurso operário. In: MAGALHÃES, I. (Org.). *As múltiplas faces da linguagem*. Brasília: UnB, 1996. p. 57-68.

COSTA, N. B. Competência discursiva: saber e poder dizer no discurso político sindical. *Revista de Letras*, Fortaleza, v. 18, n. 1, p. 43-55, 1996.

COSTA, N. B. Contribuições do marxismo para uma teoria crítica da linguagem. *DELTA: documentação de estudos em linguística teórica e aplicada*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 27-54, 2000.

COSTA, N. B. *Música popular, linguagem e sociedade: analisando o discurso literomusical brasileiro*. Prefácio de Dominique Maingueneau. Curitiba: Appris, 2012.

COSTA, N. B. (Org.). *Práticas discursivas: exercícios analíticos*. Campinas: Pontes, 2005.

CULLER, J. *As ideias de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 1979.

DOMENACH, J.-M. *La propagande politique*. Paris: PUF, 1979.

DUBOIS, J. et al. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1990.

ELIA, S. *Orientações da lingüística moderna*. São Paulo: Ao Livro Técnico, 1987.

ENGELS, F. Humanização do macaco pelo trabalho. In: ENGELS, F. *Dialética da natureza*. Rio de Janeiro: Leitura, s/d.

GADET, F. et al. Apresentação da conjuntura em lingüística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Edunicamp, 1987. p. 39-57.

GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Edunicamp, 1987.

GEUSS, R. *Teoria crítica: Habermas e a escola de Frankfurt*. Campinas: Papirus, 1988.

GOLDMANN, L. *Ciências humanas e filosofia: o que é a sociologia*. 6. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

IANNI, O. Introdução. In: IANNI, O. (Org.). *Marx: Sociologia*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1987.

KOSIK, K. *A dialética do concreto*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

LEFEBVRE, H. Claude Lévi-Strauss e o novo eleatismo. In: GOLDMANN, L.; LEFEBVRE, H.; MAKARIUS, R. *Debate sobre o estruturalismo: uma questão de ideologia*. São Paulo: Documentos, 1968. p. 7-53.

LEFEBVRE, H. *Lógica formal/Lógica dialética*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

LEFEBVRE, H. Reflexões sobre o estruturalismo e a história. In: ESCOBAR, C. H. (Org.). *Método estruturalista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967. p. 80-103.

LENIN, V. I. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Global, 1987.

LENIN, V. I. Que fazer. In: LENIN, V. I. *Obras completas I*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

LIMOEIRO, M. O mito do método. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 25, 1976.

LOPES, E. *Fundamentos da lingüística contemporânea*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1979.

LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 5. ed. São Paulo: Busca Vida, 1987.

MAGALHÃES, I. (Org.). *As múltiplas faces da linguagem*. Brasília: UNB, 1996.

MAINGUENEAU, D. Discurso constituinte. In: MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Organizado por Sírio Possenti e Maria Cecília P. de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola, 2008. p. 37-54.

MAINGUENEAU, D. *Doze conceitos em análise do discurso*. Organizado por Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva e Sírio Possenti. Tradução de Adail Sobral et al. São Paulo: Parábola, 2010.

MARCUSE, H. *Razão e revolução*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 2. ed. Lisboa: Avante!, 1984.

MARX, K. Infraestrutura e superestrutura. In: IANNI, O. (Org.). *Marx: Sociologia*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1987a. p. 82-96.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1987b. (Coleção Os Pensadores 1).

MARX, K. *Miseria de la filosofia*. Moscú: Progreso, s/d.

MARX, K. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas I).

OLIVEIRA, M. A. de. Dialética e hermenêutica em Jürgen Habermas. In: HAGUETE, A. (Org.). *Dialética hoje*. Fortaleza: Edições UFC, 1990.

OLIVEIRA, M. A. de. Linguagem e práxis social. *Revista Contexto: língua, literatura e sociedade*, n. 1, Fortaleza, 1989.

OLIVEIRA, M. A. de. *Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo: Loyola, 1996.

ONFRAY, M. *A sabedoria trágica: sobre o bom uso de Nietzsche*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Pontes, 1987.

ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1988.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E.; TARALLO, F. *Vozes e contrastes*. São Paulo: Cortez, 1989.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Edunicamp, 1987. p. 61-161.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Edunicamp, 1988.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Edunicamp, 1987.

PONZIO, A. *Producción lingüística y ideología social: para una teoría marxista del lenguaje y de la comunicación*. Madrid: Alberto Corazón, 1974.

POSSENTI, S. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

RADICS, K.; KELEMAN, J. Lingüística (verbetes). In: BOTTOMORE, T. (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 214-216.

ROSSI-LANDI, F. *A linguagem como trabalho e como mercado: uma teoria da produção e alienação lingüísticas*. São Paulo: Difel, 1985.

SAUSSURE, F. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1971.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2000.

SCHAFF, A. Consciência de classe e consciência de uma classe. In: LUKÀCS, G.; SCHAFF, A. *Sobre o conceito de consciência de classe*. Porto: Escorpião, 1973.

SCHAFF, A. *Introdução à Semântica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SCHAFF, A. et al. *Linguística, sociedade e política*. Lisboa: Edições 70, 1975.

STALINE, J. et al. A propos du marxisme en linguistique. In: CALVET, J.-L. (Org.). *Marxisme et Linguistique*. Paris: Payot, 1969.

VERÓN, E. A pertinência [ideológica] do código. In: VERÓN, E. *A produção do sentido*. São Paulo: Cultrix: Edusp, 1980. p. 87-96.

VOGT, C. *Linguagem, pragmática e ideologia*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

## O AUTOR

Possui Graduação em Letras, Especialização em Ensino do Português, Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará e Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com Doutorado Sanduíche em *Science du Langage* pela Université de Rouen. Realizou Estágio Pós-Doutoral Sênior, com bolsa Capes, na Université de Paris XII (Val de Marne), sob orientação do Prof. Dominique Maingueneau. Atualmente é Professor Associado IV do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Ceará (UFC) e coordena o Grupo de Pesquisa Discurso, Cotidiano e Práticas Culturais (Grupo Discuta), onde orienta mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso e Linguística Aplicada, atuando principalmente com os seguintes temas: discurso literomusical, canção em sala de aula, ensino do português e gênero. Publicou os seguintes livros: *Práticas Discursivas – exercícios analíticos* (Org., Campinas: Pontes), *O Charme dessa Nação – música popular; discurso e sociedade brasileira* (Org., Fortaleza: Expressão Gráfica) e *Música Popular, Linguagem e Sociedade – analisando o discurso literomusical brasileiro* (Curitiba: Appris).



Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará – UFC  
Av. da Universidade, 2932 – fundos – Benfica  
Fone: (85) 3366.7485 / 7486  
CEP: 60020-181 – Fortaleza – Ceará  
[imprensa.ufc@pradm.ufc.br](mailto:imprensa.ufc@pradm.ufc.br)

**A** Universidade Federal do Ceará contribui por excelência para a educação e para a ciência em nosso país. Como um dos seus avanços acadêmicos, merece destaque o desenvolvimento da pós-graduação, que fortalece o pilar da formação de recursos humanos por meio da pesquisa.

A pós-graduação brasileira, sistematicamente avaliada nas últimas décadas, ganha credibilidade, e seus pesquisadores gozam de reconhecimento internacional. Nesse processo, o livro integra a produção intelectual acadêmica das múltiplas áreas que compõem o quadro científico da Universidade e apura os esforços dos pesquisadores que veiculam parte de sua produção nesse formato.

A Coleção de Estudos da Pós-Graduação foi criada, portanto, para apoiar os programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFC e consolidar uma política acadêmica, científica e institucional de valorização da pesquisa, ao franquear o curso da produção intelectual em forma de livro.

